

PREGÃO ELETRÔNICO 90027/2026

CONTRATANTE (UASG): 983501 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BASÍLIO

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLTADOS À IMPLANTAÇÃO, SUSTENTAÇÃO, SUPORTE, CAPACITAÇÃO E OPERAÇÃO DO E-SUS APS PEC E SOLUÇÕES CORRELATAS, EM APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 168.016,92 (cento e sessenta e oito mil dezesseis reais e noventa e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20 de maio de 2026 às 08:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior desconto global

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
8. DOS RECURSOS	21
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BASÍLIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2026

(Processo Administrativo nº 060/2026)

Torna-se público que Prefeitura Municipal de Dom Basílio, sediada na Rua Manoel Araújo, 01, Centro, Dom Basílio, Estado da Bahia, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLTADOS À IMPLANTAÇÃO, SUSTENTAÇÃO, SUPORTE, CAPACITAÇÃO E OPERAÇÃO DO E-SUS APS PEC E SOLUÇÕES CORRELATAS, EM APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será julgada de forma global, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Desconto do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, E SERÁ CONSIDERADA APENAS AS DUAS PRIMEIRAS CASAS DECIMAIS.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto

licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021,

legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e

contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada;

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Exigências de habilitação

7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.10. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

7.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.23. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

7.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação

7.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.26. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

7.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

7.28. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente com os itens pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.28.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.28.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.28.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

7.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.dombasilio.ba.gov.br/site/editais>

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade

mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao.dombasilio@hotmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.dombasilio.ba.gov.br/site/editais>

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

11.11.3. ANEXO III – Modelo de proposta de preços.

Dom Basílio, 04 de maio de 2026.

VALMOR SANTOS FÉLIX

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº. 060/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLTADOS À IMPLANTAÇÃO, SUSTENTAÇÃO, SUPORTE, CAPACITAÇÃO E OPERAÇÃO DO E-SUS APS PEC E SOLUÇÕES CORRELATAS, EM APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	Unidade	Quant	Valor unit	Valor total
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLTADOS À IMPLANTAÇÃO, SUSTENTAÇÃO, SUPORTE, CAPACITAÇÃO E OPERAÇÃO DO E-SUS APS PEC E SOLUÇÕES CORRELATAS, EM APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE	Mês	12	R\$ 14.001,41	R\$ 168.016,92
VALOR TOTAL				R\$ 168.016,92	

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. A prestação de serviços é enquadrada como continuado tendo em vista que a aquisição de reagentes ocorre em todos os exercícios financeiros, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DO TESTE DE CONCEITO

4.1 O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá submeter o sistema de gestão tributária ofertado à realização de Teste de Conceito (Prova de Conceito – PoC), com o objetivo de comprovar o atendimento às especificações técnicas exigidas no edital.

4.2 O teste de conceito será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação pela Administração, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

4.3 Durante esse período, o licitante deverá disponibilizar o sistema em ambiente de testes, com acesso pleno às funcionalidades exigidas, permitindo a validação dos requisitos técnicos, operacionais e de desempenho definidos no termo de referência.

4.4 A não realização do teste no prazo estipulado, ou a não comprovação do atendimento integral aos requisitos estabelecidos, implicará na desclassificação do licitante, sendo convocado o próximo classificado, sucessivamente.

4.5 O resultado do teste de conceito será formalizado por meio de relatório técnico, que atestará a conformidade ou não do sistema apresentado, servindo como condição para a adjudicação do objeto.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

DOS SERVIÇOS E SOFTWARES ABRANGIDOS

A solução objeto da presente contratação compreende o fornecimento, a disponibilização, a sustentação, a integração e a operação de ambiente tecnológico em nuvem privada corporativa destinado ao pleno funcionamento do sistema e-SUS APS PEC, bem como das soluções, serviços e recursos técnicos a ele relacionados, abrangendo, de forma integrada e indissociável, a infraestrutura necessária ao processamento, armazenamento, segurança, disponibilidade, atualização e continuidade operacional do ambiente, os serviços de parametrização e adequação operacional, a qualificação e manutenção da base cadastral da Atenção Primária à Saúde, a solução de Pannel de Chamadas integrada ao prontuário eletrônico, a plataforma de Business Intelligence para monitoramento, análise e gestão da Atenção Primária à Saúde, as ações continuadas de Educação Permanente em Saúde e o monitoramento contínuo de indicadores de saúde, além de todos os serviços, mecanismos e providências técnicas indispensáveis à adequada implantação, manutenção, segurança, suporte especializado e regular execução do objeto.

A contratação não se restringe à mera disponibilização de infraestrutura computacional ou de softwares isolados, abrangendo, em sentido materialmente mais amplo, a prestação continuada de serviços técnicos, operacionais, analíticos e formativos voltados à sustentação integral do ambiente sob gestão da contratada, de modo a assegurar estabilidade, desempenho, disponibilidade, integridade, segurança da informação, rastreabilidade, capacidade de recuperação, interoperabilidade, consistência cadastral, organização dos fluxos assistenciais, qualificação do uso das informações em saúde e plena aderência às necessidades institucionais da contratante, tanto no que se refere ao prontuário eletrônico quanto à organização operacional da rede, ao acompanhamento gerencial e ao suporte à tomada de decisão.

Integram a solução, no mínimo, os componentes, serviços e atividades a seguir descritos, sem prejuízo de outras obrigações correlatas expressamente previstas neste Termo de Referência, em seus anexos ou nos documentos que vierem a instruir a contratação.

6.1. FORNECIMENTO DE NUVEM PARA SISTEMA E-SUS PEC

6.1.1 Infraestrutura técnica em nuvem

6.1.1.1 A contratada será inteiramente responsável por prover, operar e manter toda a infraestrutura computacional necessária para sustentação do sistema E-SUS PEC para a contratante, com ambientes hospedados em nuvem privada de padrão corporativo, escalável e altamente disponível. Essa infraestrutura deverá contar com instância dedicada e isolada para o município, provendo serviços de banco de dados, aplicação e backup, garantindo recursos independentes, segurança reforçada e desempenho otimizado.

6.1.1.2 Deverão ser empregadas tecnologias de última geração, com suporte a expansão horizontal e vertical automática, sem interrupção dos serviços.

6.1.1.3 Entre os requisitos mínimos da infraestrutura, destacam-se:

- a. Alta disponibilidade, com SLA mínimo de 99%, balanceamento de carga, failover automático e replicação em tempo real entre diferentes regiões geográficas ou Availability Domains (ADs).
- b. Capacidade de armazenamento com atendimento à necessidade da contratante e garantia de escalonamento de maneira automática, desempenho de 3.000 IOPS e espelhamento via RAID, com criptografia ponta a ponta.
- c. Ambiente Linux 64 bits, com suporte a live patching do kernel.
- d. Processadores com garantia para atender de maneira escalável à demanda de serviços de software, banco de dados e APIs instalados, com expansão automática conforme demanda.
- e. Conectividade robusta, escalável, com capacidade suficiente para garantir baixa latência, alta disponibilidade e performance, adequada ao tráfego contínuo de dados em tempo real, para suportar simultaneamente múltiplos acessos, calculados conforme a rede de colaboradores e volume de atendimento na saúde municipal, sem degradação de performance.
- f. URLs de acesso protegidas por certificados SSL/TLS válidos, sem exposição de IPs ou portas.

6.1.1.4 Todos os acessos deverão ser feitos via SSH seguro com autenticação multifator (MFA), sendo vedado o uso de senhas simples ou compartilhadas.

6.1.1.5 A estrutura deverá estar em conformidade com a LGPD, a norma ISO/IEC 27001, e demais diretrizes internacionais reconhecidas, além de atendimento às diretrizes de segurança da informação do Ministério da Saúde.

6.1.1.6 A contratada deverá monitorar em tempo real o desempenho, a disponibilidade, a segurança e o controle de possíveis incidentes, mantendo equipe técnica disponível em regime de plantão 24 horas por dia, 7 dias por semana (24/7), para atuação imediata em casos críticos.

6.1.2. Segurança e proteção do ambiente

6.1.2.1 A contratada deverá apresentar, previamente à entrada em operação do ambiente, plano de gerenciamento de riscos e plano de resposta a incidentes, contemplando medidas preventivas, corretivas e de mitigação relacionadas a falhas operacionais, eventos de indisponibilidade, incidentes de segurança da informação e demais situações que possam comprometer a continuidade dos serviços. Esses planos deverão prever procedimentos objetivos de resposta rápida a eventos de *downtime*, com definição de fluxos de escalonamento, responsáveis técnicos, tempos de resposta e ações para restabelecimento do ambiente em prazo compatível com a criticidade dos serviços prestados.

6.1.2.2 O acesso ao sistema deverá ocorrer por meio de URL única e personalizada para o município contratante, observando padrão de identificação institucional compatível com a identidade digital do ente público, de forma a favorecer segurança, rastreabilidade, organização do ambiente e reconhecimento oficial do serviço pelos usuários.

6.1.2.3 A solução deverá ser compatível, quando solicitado pela contratante, com mecanismos de autenticação federada, inclusive integração com os padrões e diretrizes relacionados à identidade digital do Governo Federal, a exemplo do ecossistema gov.br, desde que tecnicamente aplicável ao contexto da solução e aos requisitos definidos pela Administração. A contratada deverá assegurar aderência aos níveis de garantia, autenticação e proteção exigidos para prestação de serviços públicos digitais.

6.1.2.4 Toda a navegação e comunicação com o sistema deverá ocorrer exclusivamente sob protocolo seguro HTTPS, com utilização de certificados digitais SSL/TLS válidos, emitidos por autoridade certificadora reconhecida, devendo sua renovação ocorrer de forma tempestiva e, preferencialmente, automatizada, sem impacto à continuidade do serviço.

6.1.2.5 Fica vedada a exposição explícita de endereços IP públicos, portas de acesso, parâmetros técnicos internos, cabeçalhos sensíveis, identificadores de infraestrutura, mensagens de erro detalhadas ou quaisquer outros elementos que possam ampliar a superfície de ataque ou comprometer a segurança do ambiente e das informações processadas.

6.1.2.6 A contratada deverá implementar mecanismos de proteção que impeçam a execução remota, a partir de interfaces públicas ou URLs acessíveis externamente, de comandos administrativos, operacionais ou de manutenção que possam afetar o funcionamento do sistema. Tal vedação abrange, entre outras ações críticas, reinicializações, interrupções de serviços, redefinições de parâmetros, alterações de configuração, acionamento de rotinas administrativas, execução de scripts ou qualquer outra operação que represente risco à integridade, à disponibilidade, à confidencialidade ou à continuidade do ambiente.

6.1.2.7 Deverão ser adotados controles robustos de proteção contra ataques automatizados e explorações comuns em aplicações expostas à internet, incluindo, no mínimo:

- a. mecanismos de proteção contra tentativas de acesso indevido por força bruta (*brute force*);
- b. mitigação contra ataques de negação de serviço distribuída (DDoS);
- c. proteção contra injeção de código, incluindo SQL Injection (SQLi);
- d. proteção contra execução de scripts maliciosos no navegador, incluindo Cross-Site Scripting (XSS);
- e. utilização de Web Application Firewall (WAF) ou solução equivalente de proteção de aplicações;
- f. mecanismos de limitação e controle de requisições (*rate limiting*), com políticas de bloqueio, contenção e registro de eventos suspeitos.

6.1.2.8 A contratada deverá assegurar que os controles de segurança aplicados aos acessos e às interfaces públicas sejam continuamente monitorados, revisados e atualizados, de forma a manter aderência às boas práticas de segurança da informação e à evolução das ameaças cibernéticas.

6.1.3. Implantação do ambiente do e-SUS APS PEC

6.1.3.1 O cenário de implantação proposto para o PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão) deverá contemplar uma arquitetura centralizada, padronizada e moderna, com foco na eficiência, segurança e integração dos dados em todas as unidades de saúde do município.

6.1.3.2 No que se refere à implantação do PEC, todas as unidades de saúde deverão seguir o modelo previamente definido, garantindo uniformidade na estrutura tecnológica e nos fluxos operacionais.

6.1.3.3 A solução de implantação deverá prever um ambiente centralizado, com o servidor de dados atuando como núcleo principal das operações, responsável por abastecer as equipes de saúde da família, agentes comunitários e equipes técnicas. Este servidor será dimensionado conforme os requisitos de processamento, memória e armazenamento descritos no Termo de Referência, assegurando escalabilidade e desempenho adequado às demandas diárias e as constantes atualizações do e-SUS APS PEC, disponibilizadas pelo Governo Federal.

6.1.3.4 A transmissão dos dados inseridos no e-SUS APS PEC ocorrerá de forma contínua e automatizada para o centralizador do Ministério da Saúde, garantindo a conformidade com as exigências do Sistema de Informação em Saúde da Atenção Básica (SISAB). Além disso, todas as equipes de saúde do município deverão estar integradas a uma única base de dados, permitindo gestão unificada, maior controle das informações e melhor qualidade no atendimento à população.

6.1.4. Backup, recuperação e continuidade dos serviços

6.1.4.1 A contratada deverá implementar e manter política formal de backup e recuperação de dados, contemplando rotinas automatizadas de cópias de segurança dos bancos de dados, arquivos de configuração, aplicações, instâncias e

demais componentes críticos ao funcionamento da solução, de forma a assegurar a integridade, a disponibilidade e a restauração tempestiva das informações e dos serviços.

6.1.4.2 As rotinas de backup deverão ocorrer de forma automatizada, abrangendo cópias completas (*full*) e incrementais, com periodicidade mínima suficiente para preservar a continuidade operacional da contratante, devendo ser realizadas, no mínimo, quatro (04) vezes ao dia, com agendamento, execução monitorada e verificação automática de consistência e êxito das cópias realizadas.

6.1.4.3 Todos os arquivos de backup deverão ser armazenados com redundância, obrigatoriamente, em no mínimo dois ambientes fisicamente distintos, de modo a assegurar resiliência da informação, tolerância a falhas e continuidade dos serviços mesmo em situações de incidente grave, indisponibilidade estrutural ou evento catastrófico que afete um dos ambientes de armazenamento.

6.1.4.4 Os backups deverão ser protegidos por mecanismos de criptografia forte, tanto em trânsito quanto em repouso, assegurando sigilo, integridade, autenticidade e proteção contra acesso não autorizado, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com boas práticas de segurança da informação e com os normativos aplicáveis ao tratamento de dados sensíveis na área da saúde.

6.1.4.5 A política de backup deverá prever retenção mínima de 7 (sete) dias, com controle de versões e possibilidade de recuperação de pontos específicos no tempo, mediante solicitação da contratante, inclusive para fins de auditoria, análise de incidentes, verificação de integridade ou restauração operacional.

6.1.4.6 A contratada deverá manter e executar plano de recuperação de desastres e continuidade dos serviços, contemplando procedimentos técnicos, responsabilidades, fluxos de acionamento e recursos necessários para restauração do ambiente em caso de falhas críticas, incidentes de segurança, corrupção de dados ou indisponibilidade relevante. Em tais hipóteses, a solução deverá possibilitar restabelecimento dos dados e serviços com tempo máximo de indisponibilidade de até 12 (doze) horas, sem prejuízo injustificado à operação assistencial, administrativa e gerencial da contratante.

6.1.4.7 Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá assegurar à contratante acesso contínuo e seguro aos seus dados, por meio de mecanismo ou repositório controlado que permita, mediante autenticação apropriada, o download da versão mais atualizada da base de dados, observadas as regras de segurança definidas na fase de implantação e os perfis de acesso autorizados pela Administração.

6.1.4.8 Todos os dados produzidos, armazenados, processados ou derivados das operações realizadas pela contratante no âmbito da solução constituem propriedade exclusiva da contratante, integrando seu patrimônio informacional e digital, não podendo a contratada invocar qualquer direito de retenção tecnológica, limitação de acesso ou dependência proprietária que impeça sua extração, portabilidade, utilização ou migração.

6.1.4.9 Em caso de encerramento contratual, rescisão, distrato ou substituição da solução, a contratada deverá disponibilizar à contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal, a versão mais recente, íntegra e completa da base de dados, em formato aberto, estruturado, interoperável e reutilizável, livre de bloqueios tecnológicos, licenças restritivas ou dependências exclusivas da contratada que inviabilizem sua reutilização pela Administração ou por terceiros por ela indicados.

6.1.4.10 O acesso aos ambientes, repositórios e arquivos de backup deverá ser restrito exclusivamente a pessoal autorizado, mediante mecanismos de controle de identidade, autenticação multifator (MFA), segregação de perfis e registro auditável de acessos, operações e tentativas de uso, de forma a garantir rastreabilidade, responsabilização e proteção contra acessos indevidos.

6.1.5. Atualizações da nuvem e do sistema

6.1.5.1 A contratada deverá manter a infraestrutura de computação em nuvem, bem como todos os componentes de software utilizados na prestação dos serviços, permanentemente atualizados, seguros e compatíveis com os requisitos técnicos, operacionais e normativos aplicáveis à solução contratada.

6.1.5.2 A contratada deverá assegurar a permanente atualização do sistema e-SUS PEC, incluindo a aplicação tempestiva de novas versões, correções, ajustes evolutivos e adequações técnicas, funcionais e normativas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde ou pelos órgãos competentes, de modo a garantir a continuidade do atendimento às regras oficiais do sistema, a compatibilidade com os padrões nacionais de informação em saúde e o pleno funcionamento das rotinas assistenciais, administrativas e de envio de dados. Tais atualizações deverão ser realizadas de forma planejada, segura e controlada, com o devido monitoramento de impactos, preservação da integridade da base de dados e minimização de indisponibilidades para os usuários da contratante.

6.1.5.3 Deverão ser adotados mecanismos de gerenciamento de atualizações e correções (*patch management*), preferencialmente automatizados, para os sistemas operacionais, serviços de infraestrutura, componentes de segurança, bancos de dados, servidores de aplicação, bibliotecas críticas e demais elementos tecnológicos empregados no ambiente, assegurando aplicação tempestiva e controlada de correções de segurança, ajustes de estabilidade, melhorias de desempenho e atualizações de compatibilidade.

6.1.5.4 A aplicação de atualizações deverá ocorrer de forma planejada e segura, com utilização de procedimentos técnicos que minimizem riscos de indisponibilidade, perda de dados, degradação de desempenho ou impactos adversos à operação da contratante.

6.1.5.5 Sempre que tecnicamente possível, deverão ser empregados mecanismos que permitam atualização com redução de interrupções, inclusive por meio de janelas controladas, redundância operacional, reinício coordenado de serviços e técnicas de manutenção com mínima indisponibilidade.

6.1.5.6 Será de responsabilidade exclusiva da contratada manter todos os sistemas e componentes tecnológicos sob sua gestão em versões suportadas, estáveis e seguras, vedada a utilização, em ambiente produtivo, de versões descontinuadas, sem suporte do fabricante ou que apresentem riscos conhecidos sem tratamento adequado. Essa obrigação abrange, no mínimo:

- a. sistemas operacionais;
- b. servidores de aplicação;
- c. bancos de dados;
- d. serviços de integração e APIs;
- e. ferramentas de segurança, monitoramento e backup;
- f. bibliotecas, dependências e componentes críticos ao funcionamento da solução.

6.1.5.7 A contratada deverá assegurar a aplicação prioritária de correções críticas de segurança, especialmente aquelas relacionadas a vulnerabilidades conhecidas que possam comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade ou autenticidade dos dados e serviços, observando boas práticas de gestão de vulnerabilidades e resposta a riscos cibernéticos.

6.1.5.8 As atualizações que possam acarretar impacto funcional perceptível ao usuário, alteração de comportamento da solução, modificação de interface, indisponibilidade programada, necessidade de adaptação operacional ou qualquer efeito relevante sobre a rotina da contratante deverão ser comunicadas previamente, em prazo razoável, com informações claras sobre o escopo da alteração, os riscos envolvidos, a janela prevista para implantação e as medidas de contingência adotadas.

6.1.5.9 Quando a natureza da atualização justificar, a contratada deverá disponibilizar ambiente de homologação ou testes isolado, de modo a permitir à contratante verificar previamente os efeitos da alteração antes de sua aplicação em produção, especialmente nos casos de mudanças com potencial impacto funcional, operacional ou de integração com outros sistemas.

6.1.5.10 A contratada deverá manter registro das atualizações realizadas, contendo, no mínimo, data de aplicação, componentes afetados, objetivo da atualização, criticidade, evidências de validação e eventuais impactos identificados, garantindo rastreabilidade, governança técnica e suporte a auditorias.

6.2 PARAMETRIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO OPERACIONAL DOS CADASTROS, ACESSOS E CONFIGURAÇÕES DOS

A contratada será responsável pela execução dos serviços técnicos de levantamento de informações, organização cadastral, parametrização e configuração operacional dos elementos disponibilizados pelo sistema utilizado pela contratante, durante a fase de implantação, observados os fluxos de trabalho da rede municipal de saúde, as diretrizes institucionais aplicáveis e os limites funcionais da solução.

Considerando que o e-SUS PEC é sistema disponibilizado pelo Governo Federal, a atuação da contratada ficará restrita às atividades de apoio técnico, levantamento, organização, parametrização, inserção, conferência, ajuste e validação operacional de dados, cadastros, perfis e configurações acessíveis no âmbito dos recursos disponíveis ao usuário administrador ou técnico autorizado, não abrangendo desenvolvimento de software, alteração de arquitetura, modificação de regras nativas da plataforma, criação de funcionalidades inexistentes, manutenção evolutiva do sistema federal ou qualquer intervenção sobre seu código-fonte.

Os serviços terão por finalidade promover a adequada organização dos elementos operacionais necessários ao uso do sistema pela contratante, favorecendo a consistência cadastral, a correta vinculação de estabelecimentos, equipes e usuários, a adequada definição de perfis de acesso e a utilização compatível da solução com a realidade local da atenção primária à saúde.

A execução deverá observar metodologia de trabalho compatível com o objeto contratado, mediante interação com os representantes designados pela contratante, de modo a assegurar que as parametrizações realizadas reflitam as informações fornecidas pelo município e permaneçam adstritas aos recursos efetivamente disponíveis na solução utilizada.

O escopo compreenderá o quantitativo estimado de horas técnicas definido pela contratante para a execução das atividades descritas nos itens subsequentes.

6.2.1 Levantamento técnico das necessidades de parametrização

6.2.1.1 A contratada deverá realizar levantamento das necessidades de parametrização e configuração operacional relacionadas aos estabelecimentos da atenção primária à saúde, às equipes vinculadas e aos usuários que utilizarão o sistema.

6.2.1.2 O levantamento deverá contemplar a identificação das informações necessárias à organização cadastral e à adequada utilização dos recursos disponíveis no sistema, conforme a realidade operacional da contratante.

6.2.1.3 A contratada deverá, no início da execução, realizar levantamento da situação dos acessos, usuários, perfis e credenciais já existentes no ambiente utilizado pela contratante, com a finalidade de identificar múltiplos acessos ativos, perfis sobrepostos, usuários desatualizados, vínculos inadequados e práticas operacionais incompatíveis com a adequada organização e segurança do uso do sistema.

6.2.1.4 O levantamento referido no item anterior deverá ser realizado em articulação com a equipe local responsável pela operação do sistema, de modo a subsidiar a definição da real necessidade de regularização, ajuste ou reorganização de usuários, perfis e acessos, bem como a adequada dimensão das atividades executivas necessárias à implantação e à parametrização do ambiente.

6.2.1.5. As inconsistências identificadas nessa etapa deverão ser registradas em diagnóstico técnico inicial, com indicação, quando cabível, das medidas de regularização operacional compreendidas no escopo contratado, observados os limites funcionais da solução e as atribuições institucionais da contratante.

6.2.1.6 A coleta de informações poderá ser realizada por meio de reuniões técnicas, entrevistas, questionários, análise documental e outros instrumentos compatíveis com o objeto, sempre em articulação com os representantes da contratante.

6.2.1.7 Ao final dessa etapa, a contratada deverá consolidar as informações obtidas em documento técnico de diagnóstico, contendo, no mínimo:

- i. descrição das necessidades identificadas;
- ii. relação das informações requeridas para parametrização;
- iii. apontamento de inconsistências cadastrais ou operacionais identificadas;
- iv. orientações para organização prévia das informações pela contratante, quando necessário.

6.2.2 Organização cadastral dos estabelecimentos e das equipes

6.2.2.1 A contratada deverá apoiar a contratante na organização das informações necessárias à parametrização dos estabelecimentos de saúde da atenção primária, observando os campos, estruturas e possibilidades existentes no sistema utilizado.

6.2.2.2 As atividades dessa etapa compreenderão a inserção, conferência, atualização e ajuste das informações cadastrais dos estabelecimentos e das equipes, desde que tais operações sejam permitidas pelos recursos disponíveis na solução.

6.2.2.3 A contratada atuará com base nas informações apresentadas, validadas e autorizadas pela contratante, não lhe cabendo responsabilidade pela definição institucional originária dos dados, pela veracidade material de documentos fornecidos ou por decisões administrativas do município.

6.2.3 Organização cadastral dos usuários

6.2.3.1 A contratada deverá apoiar o levantamento e a organização das informações dos usuários que utilizarão o sistema no âmbito da atenção primária à saúde, observando os perfis funcionais indicados pela contratante.

6.2.3.2 As atividades dessa etapa compreenderão, quando cabível e permitido pelo sistema, a criação, conferência, atualização, vinculação e ajuste de usuários, perfis e relações operacionais necessárias ao uso da solução.

6.2.3.3 A contratada deverá identificar e comunicar à contratante eventuais inconsistências verificadas durante a execução, tais como duplicidades, ausência de informações obrigatórias, divergências de vinculação ou incompatibilidades cadastrais.

6.2.4 Parametrização de perfis e acessos

6.2.4.1 A contratada deverá apoiar a configuração dos perfis de acesso, permissões e vinculações operacionais disponíveis no sistema, de acordo com os perfis funcionais informados pela contratante e dentro das possibilidades existentes na solução utilizada.

6.2.4.2 As configurações deverão observar a coerência entre o perfil de uso pretendido e os recursos disponibilizados pelo sistema, com vistas a reduzir acessos incompatíveis com a função exercida.

6.2.4.3 A atuação da contratada limitar-se-á à parametrização operacional dos acessos permitidos pelo sistema, não abrangendo a criação de novos mecanismos de autenticação, autorização, segurança lógica ou regras estruturais de controle de acesso não nativamente disponibilizadas pela plataforma.

6.2.5 Apoio à configuração de parâmetros operacionais disponíveis

6.2.5.1 A contratada deverá executar a parametrização e a configuração dos parâmetros operacionais acessíveis no sistema, desde que compatíveis com o escopo contratado e com os recursos efetivamente disponíveis na solução.

6.2.5.2 Incluem-se nessa atividade, quando cabíveis, a organização de nomenclaturas, vínculos, associações, perfis, estruturas cadastrais e demais elementos parametrizáveis pelo usuário autorizado, desde que não impliquem alteração estrutural do sistema.

6.2.5.3 Não integram o escopo deste serviço o desenvolvimento de rotinas próprias, a criação de novos módulos, a implementação de funcionalidades inexistentes ou a modificação de comportamentos nativos do sistema federal.

6.2.6 Apoio à utilização de consultas, relatórios e visualizações nativas

6.2.6.1 Quando houver, no sistema utilizado, recursos nativos de consulta, filtragem, visualização ou emissão de relatórios, a contratada poderá apoiar sua organização e utilização, conforme o escopo definido pela contratante.

6.2.6.2 O apoio referido neste item restringe-se à orientação e à configuração operacional dos recursos já existentes na solução, não abrangendo desenvolvimento de novos relatórios, painéis, dashboards, indicadores customizados ou mecanismos analíticos inexistentes.

6.2.7 Registro das atividades executadas

6.2.7.1 A contratada deverá manter registro das atividades de parametrização, configuração e ajuste operacional realizadas no âmbito do serviço.

6.2.7.2	O	registro	deverá	conter,	sempre	que	aplicável:
i.	descrição		sintética	da	atividade		executada;
ii.		data		de			realização;

- iii. identificação do responsável pela execução;
- iv. identificação do estabelecimento, usuário, perfil ou elemento objeto da intervenção.

6.2.8 Conferência e validação operacional

6.2.8.1 Concluídas as atividades de parametrização e configuração aplicáveis, a contratada deverá apoiar a contratante na conferência das informações inseridas e dos ajustes realizados, com a finalidade de verificar aderência às informações fornecidas e compatibilidade com a rotina operacional pactuada.

6.2.8.2 A validação de que trata este item possui natureza operacional e cadastral, não abrangendo testes de engenharia de software, homologação de arquitetura, análise de desempenho sistêmico, certificação de segurança estrutural ou validação técnica do sistema federal em si.

6.2.9 Testes operacionais e tratamento de inconsistências

6.2.9.1 A contratada deverá realizar testes operacionais compatíveis com o objeto contratado, voltados à conferência dos elementos efetivamente parametrizados ou configurados no âmbito do serviço.

6.2.9.2 Os testes deverão abranger, no mínimo, a verificação de consistência cadastral, vinculação de perfis, acessos disponíveis e aderência dos parâmetros inseridos às informações fornecidas pela contratante.

6.2.9.3 As inconsistências verificadas durante a execução deverão ser registradas e comunicadas à contratante, cabendo à contratada promover os ajustes que estiverem compreendidos no escopo do serviço e que dependam de atuação sobre os elementos parametrizáveis da solução.

6.2.9.4 Não se incluem no escopo de correção da contratada falhas originárias do próprio sistema federal, limitações estruturais da plataforma ou comportamentos decorrentes de regras nativas não passíveis de ajuste pela via de parametrização.

6.2.10 Homologação pela contratante

6.2.10.1 A validação final das atividades executadas ocorrerá com a participação de representantes designados pela contratante, responsáveis por conferir a conformidade das parametrizações e configurações realizadas.

- 6.2.10.2 A homologação considerará:
- i. a aderência das informações inseridas aos dados fornecidos pela contratante;
 - ii. a consistência cadastral dos elementos tratados;
 - iii. a adequação dos perfis configurados;
 - iv. o funcionamento operacional dos parâmetros ajustados, dentro dos limites da solução utilizada.

6.2.11 Documentação dos serviços executados

6.2.11.1 Ao final da execução, a contratada deverá entregar documentação consolidada dos serviços prestados, contendo, no mínimo:

- i. relatório de diagnóstico;
- ii. relação das atividades executadas;
- iii. indicação dos estabelecimentos, equipes, usuários e perfis tratados no âmbito do serviço;
- iv. registro das inconsistências identificadas e dos ajustes realizados;
- v. orientações operacionais necessárias à continuidade de uso pela contratante.

6.2.11.2 A documentação terá caráter descritivo e comprobatório das atividades desenvolvidas, não se confundindo com documentação de engenharia, documentação-fonte do sistema federal ou manual técnico de desenvolvimento da plataforma.

6.2.12 Apoio inicial pós-execução

6.2.12.1 Após a conclusão das atividades, a contratada poderá prestar apoio inicial à contratante para esclarecimentos e ajustes pontuais relacionados às parametrizações executadas, observados os limites temporais e materiais estabelecidos contratualmente.

6.2.12.2 O apoio referido neste item não se confunde com suporte irrestrito, manutenção continuada, desenvolvimento evolutivo, customização, sustentação técnica permanente ou correção de falhas intrínsecas ao sistema federal.

6.3 QUALIFICAÇÃO, SANEAMENTO E MANUTENÇÃO DA BASE CADASTRAL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Trata-se de serviço especializado de qualificação, saneamento e manutenção da base cadastral da Atenção Primária à Saúde, destinado a promover a integridade, a consistência, a completude, a aderência territorial e a confiabilidade dos registros populacionais, domiciliares e familiares utilizados pela contratante, por meio de diagnóstico técnico da base, tratamento de inconsistências, padronização e atualização cadastral, reorganização dos vínculos territoriais e manutenção continuada da qualidade da informação em saúde.

6.3.1 Diretrizes gerais do serviço

6.3.1.1 A contratada deverá prestar serviços especializados de qualificação, saneamento e manutenção da base cadastral da Atenção Primária à Saúde, com a finalidade de promover a integridade, a consistência, a completude, a aderência territorial e a conformidade técnica dos registros utilizados pela contratante na gestão da APS.

6.3.1.2 A execução do serviço deverá observar as diretrizes normativas aplicáveis à Atenção Primária à Saúde, especialmente aquelas relacionadas à organização territorial, à vinculação da população às equipes, à qualidade da informação em saúde e aos critérios de financiamento federal.

6.3.1.3 O serviço não se confunde com correções pontuais de registros isolados, devendo ser compreendido como atuação técnica estruturada e continuada, voltada ao diagnóstico da base, ao tratamento de inconsistências, à reorganização dos vínculos territoriais e à preservação da qualidade cadastral ao longo do tempo.

6.3.1.4 A execução deverá ser compatível com os sistemas, bases e ambientes de informação utilizados pela contratante, sem que isso implique, por si só, desenvolvimento de software, customização de sistemas ou alteração de arquitetura de plataformas.

6.3.1.5 O tratamento da base cadastral deverá observar critérios técnicos objetivos, rastreabilidade das intervenções, coerência dos registros, preservação de histórico quando cabível, segurança da informação e proteção de dados pessoais, nos termos da legislação aplicável.

6.3.1.6 A contratada deverá atuar em articulação com a contratante, cabendo à Administração validar critérios operacionais relevantes, prioridades de execução, parâmetros territoriais e demais definições necessárias à adequada condução do serviço.

6.3.2 Objetivos do serviço

6.3.2.1 Os serviços de qualificação, saneamento e manutenção da base cadastral da APS terão por objetivo melhorar a qualidade, a consistência, a completude, a confiabilidade e a aderência territorial dos registros utilizados pela contratante.

6.3.2.2 O serviço deverá contribuir para a identificação, o tratamento e a redução de inconsistências cadastrais, inclusive duplicidades, incompletudes, divergências, desatualizações e vínculos territoriais inadequados.

6.3.2.3 Constitui objetivo do serviço promover a reorganização técnica dos registros de indivíduos, famílias, domicílios e territórios, de forma a favorecer maior aderência entre a base cadastral, a realidade local e a organização das equipes da APS.

6.3.2.4 O serviço deverá apoiar a contratante no uso qualificado da informação cadastral para fins de territorialização, planejamento, monitoramento da população adscrita, organização do processo de trabalho, gestão e financiamento.

6.3.2.5 Constitui ainda objetivo do serviço fortalecer rotinas permanentes de qualificação cadastral, de modo a prevenir reincidência de inconsistências e ampliar a estabilidade da base ao longo do tempo.

6.3.3 Escopo da qualificação, saneamento e manutenção da base cadastral

6.3.3.1 O escopo do serviço compreende a execução de ações técnicas destinadas à qualificação, ao saneamento e à manutenção da base cadastral da Atenção Primária à Saúde utilizada pela contratante.

6.3.3.2 Integram o escopo do serviço, quando aplicáveis:
i. diagnóstico técnico inicial da base cadastral;
ii. identificação de inconsistências, duplicidades, divergências e fragilidades cadastrais;
iii. padronização, regularização, atualização e complementação de registros;
iv. reorganização territorial de vínculos relacionados a equipes, áreas e microáreas;
v. definição ou aperfeiçoamento de rotinas e fluxos voltados à preservação da qualidade cadastral;
vi. produção de registros técnicos, relatórios e evidências de execução.

6.3.3.3 A atuação da contratada poderá compreender consolidação, inativação técnica, reclassificação, correção, complementação ou ajuste de registros, conforme a natureza da inconsistência identificada e os critérios validados pela contratante.

6.3.3.4 Quando necessário, a contratada poderá realizar confronto técnico com bases de referência oficialmente disponíveis e juridicamente compatíveis com o objeto, sem que isso implique integração sistêmica ampla ou irrestrita com bases externas não previstas na contratação.

6.3.3.5 O escopo do serviço não inclui, salvo previsão expressa em sentido diverso, recadastramento censitário amplo de campo, levantamento domiciliar irrestrito, desenvolvimento de software, customização de sistemas ou outras atividades estranhas à qualificação, ao saneamento e à manutenção da base cadastral.

6.3.4 Execução dos serviços de qualificação e saneamento cadastral

6.3.4.1 A execução dos serviços deverá iniciar-se com análise técnica da base cadastral em uso, com a finalidade de identificar sua composição, estrutura, consistência, fragilidades e vínculos territoriais relevantes para o saneamento.

6.3.4.2 Com base na análise inicial, a contratada deverá promover o tratamento das inconsistências identificadas, adotando as medidas técnicas cabíveis, inclusive regularização, padronização, complementação, inativação técnica, reclassificação ou reorganização de registros.

6.3.4.3 A reorganização territorial dos cadastros deverá integrar a execução do serviço, com vistas a promover maior aderência entre os registros e a divisão por áreas e microáreas da APS, inclusive quanto à identificação de vínculos inadequados e registros fora de área.

6.3.4.4 A execução poderá ser organizada por etapas, lotes, territórios, unidades, equipes ou outros recortes técnicos que favoreçam a efetividade do trabalho e a aderência à realidade do município.

6.3.4.5 A contratada deverá manter registros técnicos suficientes para demonstrar as análises realizadas, os problemas identificados, as ações executadas, os critérios aplicados e os resultados alcançados em cada etapa.

6.3.4.6 Sempre que a inconsistência exigir definição institucional ou providência complementar da contratante, a contratada deverá comunicar a situação e orientar tecnicamente quanto às medidas necessárias à regularização.

6.3.5 Manutenção da qualidade da base cadastral

6.3.5.1 A contratada deverá executar ações continuadas de manutenção da qualidade da base cadastral da APS, com a finalidade de preservar os resultados do saneamento inicial, prevenir a reincidência de inconsistências e assegurar a continuidade da integridade técnica e da aderência territorial dos registros.

6.3.5.2 As ações de manutenção deverão abranger, quando aplicáveis, acompanhamento periódico da base, identificação de novas inconsistências, tratamento recorrente de fragilidades cadastrais, verificação de vínculos territoriais e apoio à atualização e complementação de registros com pendências.

6.3.5.3 A contratada deverá contribuir para a consolidação de rotinas permanentes de prevenção e regularização de inconsistências cadastrais, inclusive por meio da definição ou aperfeiçoamento de fluxos operacionais, critérios técnicos e mecanismos de acompanhamento.

6.3.5.4 Sempre que identificadas inconsistências no curso da manutenção, a contratada deverá adotar as providências cabíveis no âmbito de sua responsabilidade contratual e, quando necessário, orientar a contratante quanto às medidas institucionais pertinentes.

6.3.5.5 A contratada deverá manter registros das ações de manutenção executadas, contendo, quando aplicável, inconsistências identificadas, quantitativos de registros afetados, medidas adotadas, pendências comunicadas e resultados obtidos.

6.3.6 Medição e remuneração do serviço

6.3.6.1 A medição e a remuneração dos serviços observarão o modelo definido pela contratante, tendo como referência a efetiva execução das atividades previstas no objeto, a regularidade das entregas técnicas exigidas e o cumprimento das ações ordinárias de manutenção da qualidade cadastral.

6.3.6.2 A remuneração do serviço não se confunde com pagamento por cadastro individualmente tratado ou por correção isolada de registro específico, devendo refletir a natureza estruturada e continuada da atuação técnica sobre a base cadastral da APS.

6.3.6.3 A medição considerará a execução das ações previstas no escopo do serviço, a apresentação de evidências técnicas compatíveis com o período de apuração e a aderência da atuação da contratada aos critérios validados pela contratante.

6.3.6.4 Para fins de medição, a contratada deverá apresentar relatório técnico de execução e documentação comprobatória compatível com a natureza do serviço, contendo, no mínimo, síntese das atividades realizadas, inconsistências tratadas, quantitativos alcançados, medidas adotadas, eventuais pendências e resultados consolidados do período.

6.3.6.5 A insuficiência de comprovação documental, a ausência de execução compatível com o objeto ou o descumprimento de obrigações essenciais poderá ensejar glosa, ajuste proporcional da medição ou determinação de regularização, nos termos do contrato.

6.3.7 Disposições complementares

6.3.7.1 Os serviços de qualificação, saneamento e manutenção da base cadastral da APS deverão ser executados de forma integrada, contínua e coerente com as diretrizes, objetivos, escopo, regras de execução, manutenção e medição estabelecidos neste Termo de Referência.

6.3.7.2 Eventuais ajustes em fluxos de execução, prioridades, cronogramas, recortes territoriais ou estratégias de manutenção não descaracterizam o objeto contratado, desde que compatíveis com as finalidades da contratação e alinhados com a contratante, quando cabível.

6.3.7.3 O serviço deverá ser interpretado e executado como solução continuada de qualificação e sustentação da base cadastral da APS, voltada ao fortalecimento da gestão da informação, da organização territorial e da utilização qualificada dos dados pela contratante.

6.4 PAINEL DE CHAMADAS INTEGRADO AO e-SUS PEC

6.4.1 Descrição da Solução

Trata-se de solução tecnológica de Pannel de Chamadas Integrado ao e-SUS PEC, compreendendo seu fornecimento, implantação, configuração, disponibilização, suporte e manutenção, destinada à organização do fluxo de atendimento nas unidades de saúde do Município, por meio de plataforma web integrada à base do prontuário eletrônico, com recursos de chamada visual e sonora de pacientes, gestão de usuários, profissionais, estabelecimentos e equipamentos, de modo a operar em aderência à rotina assistencial e administrativa da rede, aproveitando, sempre que possível, as informações já existentes no e-SUS PEC para evitar duplicidade de registros, reduzir retrabalho e ampliar a eficiência na condução do fluxo de pacientes.

6.4.2 Finalidade da Contratação

6.4.2.1 A contratação tem por finalidade dotar as unidades de saúde de ferramenta tecnológica apta a apoiar a organização do atendimento, a padronização do processo de chamada de pacientes e a integração entre os fluxos administrativos e clínicos, contribuindo para a melhoria da ambiência assistencial, da comunicação com o usuário e da eficiência operacional dos estabelecimentos de saúde.

6.4.2.2 A solução deverá ser compreendida como componente de apoio à gestão operacional das unidades, não se restringindo à mera exibição de informações em painel, mas atuando como instrumento de suporte à condução do atendimento, à organização das salas de espera e ao alinhamento entre o momento da chamada e o efetivo início do atendimento ao paciente.

6.4.3 Requisitos Gerais da Solução

6.4.3.1 A solução a ser fornecida deverá possuir arquitetura compatível com ambiente institucional de rede pública de saúde, operar em plataforma web e permitir integração com a base do e-SUS PEC, de modo a utilizar dados já existentes no prontuário eletrônico para subsidiar a operação do painel de chamadas.

6.4.3.2 Deverá contemplar, no mínimo, os seguintes elementos integrados de funcionamento:

- i. base de dados do e-SUS PEC;
- ii. usuários autorizados da unidade de saúde;
- iii. profissionais de saúde;
- iv. estabelecimentos de saúde;
- v. painéis visuais de chamada;
- vi. periféricos e demais equipamentos associados à chamada de pacientes.

6.4.3.3 A contratada deverá assegurar que a solução funcione de forma articulada com a rotina das unidades, observando a estrutura física dos estabelecimentos, o fluxo assistencial local e as necessidades operacionais da rede municipal.

6.4.4 Requisitos Funcionais

6.4.4.1 A solução deverá contemplar as seguintes funcionalidades, sem caráter exaustivo e em articulação com as demais exigências funcionais, técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. integração com a base do e-SUS PEC;
- ii. configuração da conexão com o ambiente do prontuário eletrônico;
- iii. sincronização automática e periódica das informações necessárias ao funcionamento do painel;
- iv. utilização de dados já cadastrados no prontuário eletrônico, vedada a exigência de recadastramento desnecessário;
- v. manutenção de histórico das integrações realizadas;
- vi. cadastro e gestão de usuários do sistema;
- vii. controle de permissões conforme perfil de acesso;
- viii. identificação de profissionais e estabelecimentos vinculados à operação;
- ix. associação de painéis e periféricos às respectivas unidades de saúde;
- x. cadastro e gestão dos equipamentos periféricos;
- xi. geração de código de instalação ou mecanismo equivalente para ativação dos dispositivos;
- xii. instalação simplificada dos equipamentos;
- xiii. aplicação automática das configurações necessárias ao funcionamento dos painéis;

- xiv. chamada de pacientes pela recepção;
- xv. chamada de pacientes pelo profissional de saúde;
- xvi. possibilidade de chamada automática a partir do fluxo clínico, quando iniciado o atendimento no e-SUS PEC, caso tal funcionalidade esteja habilitada;
- xvii. exibição visual do nome do paciente e do local de atendimento;
- xviii. exibição dos últimos pacientes chamados;
- xix. reprodução sonora da chamada por voz ou mecanismo equivalente;
- xx. sincronização entre o painel visual e a chamada sonora;
- xxi. disponibilização de conteúdos de apoio e capacitação aos usuários.

6.4.5 Integração com o e-SUS PEC

6.4.5.1 A integração com o e-SUS PEC constitui requisito essencial da solução, devendo a contratada assegurar capacidade de conexão com a base utilizada pelo prontuário eletrônico, de modo a permitir o aproveitamento de dados cadastrais e operacionais já existentes no ambiente municipal.

6.4.5.2 A solução deverá, no mínimo:

- i. reconhecer profissionais e estabelecimentos da rede municipal;
- ii. sincronizar automaticamente as informações necessárias ao funcionamento do painel;
- iii. manter histórico das integrações realizadas;
- iv. apoiar o fluxo de chamada sem gerar duplicidade de cadastros;
- v. observar compatibilidade com a estrutura de dados e com a rotina operacional do prontuário eletrônico utilizado pela contratante.

6.4.6 Organização Operacional por Unidade de Saúde

6.4.6.1 A solução deverá permitir parametrização individualizada por unidade de saúde, de forma que cada estabelecimento possa possuir seu próprio arranjo operacional, em conformidade com sua estrutura física, salas de atendimento, fluxos internos e lógica de organização da espera.

6.4.6.2 Deverá possibilitar, no mínimo:

- i. identificação das unidades participantes;
- ii. associação dos usuários ao respectivo local de trabalho;
- iii. vinculação de periféricos ao estabelecimento correspondente;
- iv. configuração individualizada do funcionamento do painel por unidade;
- v. implantação escalável em diferentes serviços da rede municipal.

6.4.7 Instalação e Parametrização dos Equipamentos

6.4.7.1 A contratada deverá disponibilizar mecanismo simplificado para instalação e ativação dos painéis e equipamentos periféricos, com o objetivo de reduzir complexidade técnica e facilitar a expansão da solução no âmbito da rede municipal.

6.4.7.2 Para esse fim, a solução deverá contemplar, no mínimo:

- i. cadastro prévio dos equipamentos no sistema;
- ii. geração automática de código de instalação ou recurso equivalente;
- iii. reconhecimento do dispositivo mediante inserção do código informado;
- iv. aplicação automática das configurações do equipamento;
- v. minimização da necessidade de parametrização manual no local de instalação.

6.4.8 Operação da Chamada de Pacientes

6.4.8.1 A solução deverá apoiar o fluxo de chamada de pacientes de forma compatível com a rotina da unidade de saúde, permitindo alinhamento entre sala de espera, deslocamento do usuário e início efetivo do atendimento.

6.4.8.2 A operação deverá admitir, no mínimo:

- i. chamada realizada pela recepção;
- ii. chamada realizada diretamente pelo profissional de saúde;
- iii. disparo automático da chamada vinculado ao início do atendimento no prontuário eletrônico, quando aplicável;
- iv. vinculação da chamada ao consultório, sala ou local de atendimento;
- v. sincronização entre a fila de espera e a dinâmica do atendimento clínico.

6.4.9 Recursos Visuais e Sonoros

6.4.9.1 A solução deverá disponibilizar recursos visuais e sonoros aptos a tornar a chamada mais clara, acessível e eficiente, contemplando, no mínimo:

- i. exibição do nome do paciente chamado;
- ii. indicação do local de atendimento;
- iii. apresentação dos últimos pacientes chamados;
- iv. reprodução sonora da chamada;
- v. integração entre o painel visual e o recurso de áudio.

6.4.10 Resultados Esperados

6.4.10.1 A solução deverá contribuir para o alcance dos seguintes resultados operacionais:

- i. melhoria da organização do fluxo de atendimento nas unidades;
- ii. redução de ruídos operacionais nas salas de espera;
- iii. maior alinhamento entre chamada e atendimento clínico;
- iv. melhoria da comunicação com o paciente;

- v. simplificação da implantação dos equipamentos na rede;
- vi. redução da dependência de procedimentos manuais;
- vii. maior aderência entre tecnologia, processo assistencial e rotina administrativa das unidades de saúde.

6.5 BUSINESS INTELLIGENCE PARA MONITORAMENTO, ANÁLISE E GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

6.51 Descrição da Solução

Trata-se de plataforma de Business Intelligence para monitoramento, análise e gestão da Atenção Primária à Saúde, compreendendo seu fornecimento, implantação, configuração, disponibilização, suporte e manutenção, destinada ao uso institucional da rede municipal de saúde, com funcionamento em ambiente web e integração às bases de dados utilizadas na rotina assistencial e gerencial do Município, especialmente ao e-SUS PEC, de modo a organizar, consolidar, cruzar e apresentar informações em painéis, relatórios, listas nominais, filtros territoriais e mecanismos de rastreabilidade, transformando a base operacional da APS em instrumento efetivo de monitoramento, planejamento, supervisão, intervenção e tomada de decisão.

6.5.2 Caracterização da Solução

6.5.2.1 A plataforma deverá permitir o acompanhamento estruturado de informações relacionadas, no mínimo, aos seguintes eixos:

- i. cadastro da população adscrita;
- ii. atualização cadastral;
- iii. visitas domiciliares;
- iv. atendimentos individuais e odontológicos;
- v. vacinação;
- vi. saúde bucal;
- vii. acompanhamento de grupos prioritários;
- viii. desempenho por equipe, microárea, profissional e território;
- ix. pendências assistenciais e operacionais;
- x. evolução histórica dos indicadores.

6.5.3 Finalidade da Contratação

6.5.3.1 A contratação tem por finalidade disponibilizar à gestão municipal e às equipes autorizadas ferramenta tecnológica apta a apoiar o monitoramento da APS, a qualificação do uso da informação em saúde e a ampliação da capacidade gerencial da rede, por meio da consolidação analítica de dados estratégicos oriundos da rotina assistencial e administrativa do Município.

6.5.3.2 A solução deverá apoiar, no mínimo, as seguintes finalidades gerenciais:

- i. qualificação do cadastro da população adscrita;
- ii. acompanhamento do desempenho das equipes da APS;
- iii. monitoramento de metas e indicadores prioritários;
- iv. identificação de usuários com pendências assistenciais;
- v. análise territorial por equipe e microárea;
- vi. acompanhamento da produção por profissional, CBO, equipe ou unidade;
- vii. apoio à coordenação de linhas de cuidado prioritárias;
- viii. análise da evolução do desempenho ao longo do tempo;
- ix. suporte à prestação de contas e ao acompanhamento gerencial da rede.

6.5.4 Capacidades Gerais Esperadas

6.5.4.1 A solução deverá contemplar, no mínimo, as seguintes capacidades operacionais e gerenciais:

- i. integração com o e-SUS PEC;
- ii. consolidação de dados cadastrais, assistenciais e territoriais;
- iii. monitoramento de indicadores de desempenho e qualidade;
- iv. acompanhamento da produção assistencial das equipes;
- v. visualização de dashboards gerenciais;
- vi. emissão de relatórios interativos e exportáveis;
- vii. geração de listas nominais para acompanhamento de pendências;
- viii. análise por equipe, microárea, profissional, unidade de saúde e condição de saúde;
- ix. rastreabilidade de acessos, alterações e sincronizações;
- x. apoio à supervisão, auditoria e planejamento da APS.

6.5.5 Requisitos Funcionais

6.5.5.1 A solução deverá contemplar as seguintes funcionalidades, sem caráter exaustivo e em articulação com as demais exigências funcionais, técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. acesso web com autenticação individual e controle de perfis;
- ii. controle de permissões por função, equipe, unidade e área de atuação;
- iii. integração e sincronização com o e-SUS PEC;
- iv. histórico das sincronizações realizadas;
- v. registro de acessos e trilhas de auditoria;
- vi. painéis consolidados com indicadores da APS;
- vii. dashboards específicos de cadastro, produção, absenteísmo e desempenho;
- viii. filtros territoriais por município, unidade, equipe e microárea;
- ix. filtros populacionais por faixa etária, sexo e condição de saúde;
- x. listas nominais de usuários com ações realizadas e pendentes;

- xi. relatórios temáticos sobre saúde da mulher, gestante e puérpera, desenvolvimento infantil, diabetes, hipertensão, pessoa idosa, saúde bucal e eMulti;
- xii. relatórios de produção assistencial por equipe, profissional, procedimento, competência e tipo de ficha;
- xiii. exportação de relatórios em formatos como PDF e Excel;
- xiv. visualização da evolução histórica de indicadores e desempenho.

6.5.6 Integração com o e-SUS PEC e Uso Qualificado da Informação

6.5.6.1 A integração com o e-SUS PEC constitui requisito essencial da solução, devendo a contratada assegurar capacidade de conexão, leitura, sincronização e aproveitamento qualificado das informações registradas na base utilizada pelo prontuário eletrônico do Município.

6.5.6.2 A integração deverá apoiar, no mínimo:

- i. atualização recorrente dos painéis e relatórios;
- ii. consolidação de informações cadastrais e assistenciais;
- iii. organização de indicadores por equipe e território;
- iv. geração de listas nominais de acompanhamento;
- v. monitoramento histórico da evolução dos dados.

6.5.6.3 A solução deverá, adicionalmente, permitir o rastreamento das sincronizações realizadas, com registro de data, hora e contexto associado à atualização, de modo a contribuir para segurança, transparência e governança no uso da informação.

6.5.7 Dashboards, Relatórios e Listas Nominais

6.5.7.1 A solução deverá apresentar os dados em formato útil à ação gerencial, de modo a viabilizar leitura analítica, identificação de problemas, priorização de ações e acompanhamento dos resultados.

6.5.7.2 Os dashboards, relatórios e listas nominais deverão apoiar, no mínimo:

- i. identificação de equipes com desempenho abaixo do esperado;
- ii. localização de microáreas com maior concentração de pendências;
- iii. acompanhamento de cidadãos com necessidades de cuidado ainda não atendidas;
- iv. comparação de produção entre equipes, profissionais e territórios;
- v. monitoramento de acesso, cobertura e seguimento de grupos prioritários;
- vi. organização de intervenções a partir de listas nominais de realizados e pendentes.

6.5.7.3 As listas nominais deverão permitir o acompanhamento individualizado de pessoas, famílias ou grupos populacionais, de forma a apoiar atuação orientada por território e por necessidade de cuidado, e não apenas por indicadores agregados.

6.5.8 Monitoramento de Grupos Prioritários e Linhas de Cuidado

6.5.8.1 A solução deverá contemplar recursos específicos para o acompanhamento de grupos prioritários e de linhas de cuidado relevantes à gestão municipal da APS.

6.5.8.2 Deverá permitir, no mínimo, o monitoramento dos seguintes temas:

- i. saúde da mulher;
- ii. acompanhamento da gestante e da puérpera;
- iii. desenvolvimento infantil;
- iv. acompanhamento de pessoas com diabetes;
- v. acompanhamento de pessoas com hipertensão;
- vi. cuidado da pessoa idosa;
- vii. saúde bucal;
- viii. ações da eMulti;
- ix. vacinação e outros componentes estratégicos da APS.

6.5.8.3 A apresentação desses temas deverá ocorrer por meio de painéis, relatórios estruturados e listas nominais, favorecendo intervenções mais precisas por parte das equipes e da gestão.

6.5.9 Implantação da Solução

6.5.9.1 A implantação da solução deverá ser realizada em articulação com a gestão municipal, observadas a estrutura organizacional da rede, a distribuição territorial das equipes e as necessidades informacionais da contratante.

6.5.9.2 A implantação deverá contemplar, no mínimo:

- i. configuração inicial da solução;
- ii. parametrização de usuários, perfis e permissões;
- iii. configuração da integração com o e-SUS PEC;
- iv. validação das sincronizações iniciais;
- v. organização dos acessos por unidade, equipe e território;
- vi. disponibilização dos painéis, relatórios e filtros iniciais;
- vii. alinhamento dos parâmetros de uso com a estrutura municipal.

6.5.9.3 A implantação deverá ser conduzida de forma a assegurar que a solução reflita adequadamente a organização da rede municipal e possa ser utilizada de forma efetiva pelos diferentes níveis de gestão e operação.

6.5.10 Apoio ao Usuário e Uso Orientado por Base Normativa

6.5.10.1 A solução deverá disponibilizar recursos de apoio ao usuário e de orientação metodológica, com vistas a favorecer interpretação adequada das informações e maior alinhamento entre o uso da plataforma e as diretrizes normativas aplicáveis à Atenção Primária à Saúde.

6.5.10.2 Deverá contemplar, no mínimo:

- i. tutoriais em vídeo;
- ii. documentação de apoio ao uso da plataforma;
- iii. acesso a portarias e notas técnicas relacionadas aos indicadores;
- iv. fichas técnicas e notas metodológicas;
- v. referências normativas associadas às telas e relatórios, quando aplicável.

6.5.11 Capacitação para Uso da Plataforma

6.5.11.1 A contratada deverá realizar capacitação inicial dos profissionais indicados pela contratante para uso da plataforma, contemplando abordagem suficiente para garantir navegação, interpretação dos dados, utilização dos filtros e aplicação gerencial da informação.

6.5.11.2 A capacitação deverá abranger, no mínimo:

- i. acesso e navegação na solução;
- ii. leitura dos dashboards e relatórios;
- iii. uso dos filtros territoriais e populacionais;
- iv. interpretação de listas nominais;
- v. acompanhamento de indicadores e desempenho;
- vi. uso gerencial da informação para planejamento e intervenção.

6.5.11.3 A capacitação deverá favorecer o uso da solução não apenas como ferramenta de consulta, mas como instrumento efetivo de gestão, monitoramento e apoio à tomada de decisão no âmbito da APS.

6.5.12 Resultados Esperados

6.5.12.1 A solução deverá contribuir para o alcance dos seguintes resultados operacionais e gerenciais:

- i. qualificação do uso da informação na Atenção Primária à Saúde;
- ii. maior capacidade de monitoramento do desempenho das equipes e territórios;
- iii. identificação mais precisa de pendências assistenciais e operacionais;
- iv. apoio à coordenação de grupos prioritários e linhas de cuidado;
- v. fortalecimento da supervisão, do planejamento e da auditoria;
- vi. melhoria da capacidade de prestação de contas e acompanhamento gerencial;
- vii. ampliação da efetividade do uso da base do e-SUS PEC como instrumento de gestão.

6.6 BUSINESS INTELLIGENCE PARA MONITORAMENTO, ANÁLISE E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

6.6.1 Descrição da Solução

Trata-se de plataforma de Business Intelligence para monitoramento, análise e gestão da Atenção Especializada, compreendendo seu fornecimento, implantação, configuração, disponibilização, suporte e manutenção, destinada ao uso institucional da rede municipal de saúde, com funcionamento em ambiente web e integração às bases de dados utilizadas na rotina assistencial e gerencial das unidades hospitalares, ambulatoriais e de pronto atendimento do Município, de modo a organizar, consolidar, cruzar e apresentar informações em painéis, relatórios gerenciais, filtros analíticos, séries históricas e mecanismos de rastreabilidade, transformando a base operacional da Atenção Especializada em instrumento efetivo de monitoramento, planejamento, supervisão e tomada de decisão, sem reproduzir funcionalidades próprias do sistema transacional de gestão hospitalar.

6.6.2 Finalidade da Contratação

6.6.2.1 A contratação tem por finalidade disponibilizar à gestão municipal e às equipes autorizadas ferramenta tecnológica apta a ampliar a capacidade gerencial da rede especializada, por meio da consolidação analítica de dados estratégicos oriundos da rotina assistencial e administrativa das unidades hospitalares, ambulatoriais e de pronto atendimento.

6.6.2.2 A solução deverá apoiar, no mínimo, as seguintes finalidades gerenciais:

- i. disponibilizar visão executiva consolidada da operação da Atenção Especializada;
- ii. monitorar o comportamento da porta de entrada e da classificação de risco;
- iii. acompanhar a produção do ambulatório especializado;
- iv. monitorar a ocupação, a movimentação e a utilização de leitos;
- v. consolidar informações gerais da produção laboratorial;
- vi. acompanhar consumo, dispensação e posição de estoque da farmácia hospitalar;
- vii. apoiar o acompanhamento simplificado da produção assistencial e do faturamento SUS;
- viii. favorecer leitura comparativa e histórica dos principais indicadores da operação especializada;
- ix. fortalecer a capacidade de supervisão, planejamento e tomada de decisão da gestão municipal.

6.6.3 Capacidades Gerais Esperadas

6.6.3.1 A solução deverá contemplar, no mínimo, as seguintes capacidades operacionais e gerenciais:

- i. integração com a base de dados do sistema de gestão hospitalar utilizado pelo Município;
- ii. consolidação de dados assistenciais, operacionais e administrativos relacionados à Atenção Especializada;
- iii. visualização de dashboards gerenciais voltados à operação hospitalar, ambulatorial e de pronto atendimento;
- iv. emissão de relatórios interativos e exportáveis;
- v. aplicação de filtros analíticos por período, especialidade, profissional, classificação de risco, tipo de exame, item de farmácia e competência, quando aplicável;

- vi. acompanhamento da evolução histórica de indicadores e volumes assistenciais;
- vii. rastreabilidade de acessos, sincronizações e atualizações de dados;
- viii. apoio à supervisão, auditoria, planejamento e prestação de contas da rede especializada.

6.6.4 Requisitos Funcionais

6.6.4.1 A solução deverá contemplar as seguintes funcionalidades, sem caráter exaustivo e em articulação com as demais exigências funcionais, técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. acesso web com autenticação individual e controle de perfis de uso;
- ii. integração e sincronização recorrente com a base do sistema de gestão hospitalar;
- iii. histórico das sincronizações realizadas, com registro de data e hora das atualizações;
- iv. registro de acessos e trilhas de auditoria da plataforma;
- v. painel executivo consolidado da Atenção Especializada, com visualização resumida dos principais números da operação;
- vi. dashboard de pronto atendimento e classificação de risco, com quantitativos de atendimentos, distribuição por classificação e acompanhamento dos tempos médios do fluxo inicial;
- vii. dashboard de ambulatório especializado, com acompanhamento da produção por especialidade, profissional, comparecimento e absenteísmo;
- viii. dashboard de internação e gestão de leitos, com quantitativos de leitos livres e ocupados, lista de internados, taxa de ocupação, permanência média e giro de leitos;
- ix. dashboard laboratorial em nível gerencial, com quantitativos gerais de exames solicitados, realizados, liberados e tipos de exames executados;
- x. dashboard de farmácia hospitalar, com acompanhamento de entradas, saídas, dispensação, posição de estoque, estoque mínimo e itens críticos;
- xi. dashboard simplificado de produção assistencial e faturamento SUS, com consolidação da produção ambulatorial e hospitalar, acompanhamento de volumes por competência e leitura gerencial da produção passível de faturamento, quando aplicável;
- xii. relatórios temáticos e consolidados dos módulos monitorados;
- xiii. exportação de relatórios em formatos como PDF e Excel;
- xiv. visualização da evolução histórica de indicadores e volumes monitorados.

6.6.5 Dashboards Gerenciais Prioritários

6.6.5.1 Os dashboards, relatórios e visões analíticas da solução deverão apresentar os dados em formato útil à ação gerencial, de modo a viabilizar leitura consolidada, identificação de problemas, priorização de ações e acompanhamento de resultados na Atenção Especializada.

6.6.5.2 A solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes dashboards gerenciais prioritários:

- i. painel executivo da Atenção Especializada;
- ii. painel de pronto atendimento e classificação de risco;
- iii. painel de ambulatório especializado;
- iv. painel de internação e gestão de leitos;
- v. painel laboratorial em nível quantitativo-gerencial;
- vi. painel de farmácia hospitalar;
- vii. painel simplificado de produção assistencial e faturamento SUS.

6.6.6 Integração com o Sistema de Gestão Hospitalar e Uso Qualificado da Informação

6.6.6.1 A integração com a base de dados do sistema de gestão hospitalar constitui requisito essencial da solução, devendo a contratada assegurar capacidade de conexão, leitura, sincronização e aproveitamento qualificado das informações registradas nos módulos assistenciais e administrativos utilizados pela rede municipal.

6.6.6.2 A integração deverá apoiar, no mínimo:

- i. atualização recorrente dos painéis e relatórios;
- ii. consolidação de informações oriundas da recepção, classificação de risco, ambulatório, internação, leitos, farmácia, laboratório e produção assistencial;
- iii. organização analítica das informações em perspectiva gerencial;
- iv. acompanhamento histórico da evolução dos dados;
- v. geração de subsídios para supervisão, monitoramento e tomada de decisão.

6.6.6.3 A solução deverá permitir o rastreamento das sincronizações realizadas, com registro de data, hora e contexto associado à atualização, de modo a contribuir para segurança, transparência e governança no uso da informação.

6.6.7 Resultados Esperados

6.6.7.1 A solução deverá contribuir para o alcance dos seguintes resultados operacionais e gerenciais:

- i. ampliação da capacidade de leitura executiva da operação da Atenção Especializada;
- ii. maior capacidade de monitoramento do pronto atendimento, do ambulatório e da internação;
- iii. melhor acompanhamento da utilização de leitos e da permanência hospitalar;
- iv. consolidação gerencial das informações laboratoriais e da farmácia hospitalar;
- v. qualificação do acompanhamento da produção assistencial e do faturamento SUS;
- vi. fortalecimento do uso da informação para planejamento, supervisão e correção de gargalos;
- vii. melhoria da capacidade de prestação de contas e acompanhamento gerencial da rede especializada;
- viii. ampliação da efetividade do uso da base operacional hospitalar como instrumento de gestão.

6.7 PLATAFORMA DE INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

6.7.1 Descrição da Solução

Trata-se de plataforma de informatização dos serviços de Vigilância Sanitária municipal, compreendendo seu fornecimento, implantação, configuração, disponibilização, suporte e manutenção, destinada ao registro, à gestão e ao acompanhamento dos processos operacionais da Vigilância Sanitária no âmbito do Município, por meio de ambiente web apto a estruturar, em plataforma única, os fluxos administrativos, documentais e operacionais da área, abrangendo a configuração institucional da unidade, o cadastro de profissionais, cidadãos e estabelecimentos, a emissão de alvarás sanitários, a geração e o controle de Documento de Arrecadação Municipal, quando aplicável, o registro e tratamento de denúncias, a execução e documentação de ações sanitárias, a consolidação de produção para BPA, quando aplicável, e a geração de indicadores, relatórios e formulários operacionais, de modo a apoiar o ciclo completo da operação sanitária com rastreabilidade e suporte gerencial.

6.7.2 Finalidade da Contratação

6.7.2.1 A contratação tem por finalidade disponibilizar à gestão municipal solução tecnológica apta a apoiar a execução, a formalização documental, o acompanhamento operacional e a gestão dos processos da Vigilância Sanitária municipal, com maior organização, rastreabilidade e padronização das atividades realizadas.

6.7.2.2 A solução deverá atender às seguintes finalidades operacionais e gerenciais, sem caráter exaustivo, observadas as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. estruturar o cadastro institucional da Vigilância Sanitária;
- ii. organizar o cadastro de estabelecimentos fiscalizados;
- iii. formalizar a emissão de alvarás sanitários;
- iv. controlar a arrecadação vinculada aos processos sanitários;
- v. registrar denúncias e acompanhar seus desdobramentos;
- vi. documentar as ações realizadas pela equipe;
- vii. gerar produção compatível com BPA, quando aplicável;
- viii. acompanhar indicadores de desempenho e volume operacional;
- ix. melhorar a rastreabilidade dos atos administrativos e sanitários.

6.7.3 Capacidades Gerais Esperadas

6.7.3.1 A solução deverá contemplar as seguintes capacidades, sem prejuízo de outras funcionalidades, integrações, parâmetros operacionais e requisitos a serem exigidos neste Termo de Referência e aferidos na Prova de Conceito:

- i. parametrização institucional da unidade de Vigilância Sanitária;
- ii. cadastro de dados do município, autoridades e órgão de destino das informações;
- iii. configuração de regras de cobrança e taxação de alvarás;
- iv. cadastro de profissionais e perfis de uso;
- v. cadastro de cidadãos e integração com denúncias identificadas;
- vi. cadastro e gestão de estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário;

- vii. emissão, acompanhamento e suspensão de alvarás sanitários;
- viii. geração e controle de Documento de Arrecadação Municipal, quando aplicável;
- ix. registro de denúncias e respectivos relatos;
- x. cadastro de ações sanitárias com procedimentos compatíveis com SIGTAP, quando aplicável;
- xi. geração de BPA em formatos compatíveis com uso institucional, quando aplicável;
- xii. emissão de relatórios e indicadores gerenciais;
- xiii. disponibilização de formulários e documentos de apoio à operação.

6.7.4 Requisitos Funcionais

6.7.4.1 A solução deverá contemplar as seguintes funcionalidades, sem caráter exaustivo e em articulação com as demais exigências funcionais, técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. cadastro inicial da unidade de Vigilância Sanitária;
- ii. registro de dados institucionais da unidade;
- iii. configuração de órgão de destino das informações;
- iv. cadastro de autoridades responsáveis;
- v. parametrização de convênio, arrecadação e código FEBRABAN, quando aplicável;
- vi. definição do modelo de alvará sanitário;
- vii. configuração da lógica de cobrança e taxação;
- viii. cadastro de profissionais com perfis de uso, login e senha;
- ix. cadastro de cidadãos, inclusive para denúncias identificadas;
- x. cadastro e gestão de estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário;
- xi. associação de CNAE principal e secundário;
- xii. anexação de documentos e evolução fotográfica;
- xiii. emissão de alvarás sanitários;
- xiv. geração de Documento de Arrecadação Municipal e controle de pagamento;
- xv. emissão de declaração provisória de funcionamento, quando aplicável;
- xvi. suspensão de alvarás com registro de motivo;
- xvii. cadastro de denúncias anônimas ou identificadas;
- xviii. inclusão de relatos, anexos e desfechos;
- xix. cadastro de ações independentes ou vinculadas a denúncias e estabelecimentos;
- xx. registro de procedimentos com base em SIGTAP, quando aplicável;
- xxi. agendamento de atendimentos ao cidadão, quando contemplado pela solução;
- xxii. geração de BPA por competência, quando aplicável;
- xxiii. exportação em PDF e em formato compatível com SIA/SUS, quando aplicável;
- xxiv. geração de indicadores, gráficos e relatórios;
- xxv. acesso a formulários administrativos e sanitários em PDF.

6.7.5 Parametrização Institucional da Unidade de Vigilância Sanitária

6.7.5.1 A solução deverá permitir configuração estruturada da unidade municipal de Vigilância Sanitária, estabelecendo a base institucional necessária ao funcionamento da plataforma e à emissão dos documentos oficiais.

6.7.5.2 Para essa finalidade, a solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro inicial da unidade de Vigilância Sanitária;
- ii. registro de dados institucionais e de identificação do Município;
- iii. configuração de informações do órgão de destino das ações e documentos;
- iv. vinculação das autoridades responsáveis;
- v. parametrização dos elementos financeiros e administrativos relacionados à arrecadação;
- vi. definição do modelo de alvará e dos textos legais utilizados na documentação emitida.

6.7.6 Cadastro de Profissionais, Cidadãos e Estabelecimentos

6.7.6.1 A solução deverá estruturar sua operação a partir das bases cadastrais de profissionais da Vigilância Sanitária, cidadãos e estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário, assegurando coerência entre os atos administrativos, denúncias, ações sanitárias e documentos emitidos.

6.7.6.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de profissionais com perfis e permissões diferenciadas;
- ii. vinculação de profissionais à estrutura organizacional da Vigilância Sanitária;
- iii. cadastro de cidadãos para uso em atendimentos e denúncias identificadas;
- iv. cadastro completo de estabelecimentos, com responsáveis, classificação sanitária e CNAE;
- v. anexação de documentos comprobatórios e registros fotográficos;
- vi. manutenção, edição e inativação dos cadastros ao longo do tempo.

6.7.7 Emissão de Alvarás Sanitários e Gestão de Documento de Arrecadação Municipal

6.7.7.1 A solução deverá apoiar o fluxo de emissão de alvarás sanitários e o controle do respectivo Documento de Arrecadação Municipal, quando aplicável, fortalecendo a formalização documental e o controle administrativo da unidade.

6.7.7.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. emissão de alvará para estabelecimento previamente cadastrado;
- ii. preenchimento automatizado de informações do documento;
- iii. definição de validade, observações e atividades vinculadas;
- iv. geração de Documento de Arrecadação Municipal com base nas regras parametrizadas pelo Município;
- v. definição de vencimento e composição do código de barras, quando aplicável;
- vi. registro da situação de pagamento;
- vii. liberação do alvará conforme confirmação do recolhimento, quando essa regra estiver configurada;
- viii. emissão de declaração provisória quando necessária;
- ix. suspensão de alvarás, com motivação registrada;
- x. acompanhamento da situação dos alvarás emitidos, inclusive vencidos.

6.7.8 Registro de Denúncias e Acompanhamento dos Desdobramentos

6.7.8.1 A solução deverá apoiar o registro das denúncias recebidas e o acompanhamento de seus desdobramentos administrativos e sanitários, assegurando continuidade operacional, documentação e rastreabilidade do caso.

6.7.8.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de denúncias anônimas ou identificadas;
- ii. registro do foco, da descrição e da localização da ocorrência;
- iii. vinculação do denunciante identificado ao cadastro de cidadão;
- iv. anexação de arquivos e evidências;
- v. inclusão de novos relatos ao longo do tratamento do caso;
- vi. visualização e edição do registro da denúncia;
- vii. abertura de ações vinculadas à denúncia;
- viii. registro de desfechos e procedimentos relacionados ao caso.

6.7.9 Registro de Ações da Unidade de Vigilância Sanitária e Produção Sanitária

6.7.9.1 A solução deverá apoiar o registro formal das ações executadas pela equipe da Vigilância Sanitária, inclusive para fins documentais, operacionais e de consolidação de produção, quando aplicável.

6.7.9.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de ações independentes;
- ii. cadastro de ações vinculadas a estabelecimentos ou denúncias;
- iii. registro da localidade da ação;
- iv. inclusão de procedimentos conforme SIGTAP, quando aplicável;
- v. registro de data, horário, quantidade e descrição da ação;
- vi. anexação de fotos e documentos comprobatórios;
- vii. visualização, edição e impressão das ações registradas.

6.7.10 Geração de BPA e Integração com Fluxos de Produção

6.7.10.1 Quando aplicável ao modelo adotado pela contratante, a solução deverá permitir consolidação da produção registrada no sistema para fins de BPA, apoiando a organização interna da produção e o atendimento às rotinas de prestação de informações em saúde.

X.10.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. recuperação da produção por competência;
- ii. visualização dos procedimentos registrados em determinado período;
- iii. geração de BPA com base nos lançamentos do sistema;

- iv. exportação dos dados em PDF;
v. exportação em formato compatível com o SIA/SUS.

6.7.11 Indicadores, Relatórios e Apoio Gerencial

6.7.11.1 A solução deverá apoiar a gestão da Vigilância Sanitária por meio da disponibilização de indicadores, gráficos e relatórios, favorecendo planejamento, priorização, fiscalização e acompanhamento do desempenho operacional.

6.7.11.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. estabelecimentos por bairro;
ii. estabelecimentos por CNAE;
iii. estabelecimentos inspecionados por período;
iv. denúncias por bairro;
v. denúncias por tipo de logradouro;
vi. denúncias por período;
vii. denúncias anônimas e identificadas;
viii. alvarás prestes a vencer;
ix. alvarás vencidos;
x. relatórios operacionais e analíticos do sistema.

6.7.12 Formulários, Documentos e Canais Complementares de Interação

6.7.12.1 A solução deverá disponibilizar recursos documentais e módulos complementares que apoiem a rotina administrativa da unidade e favoreçam o uso da plataforma como ambiente unificado de trabalho.

6.7.12.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. formulários em PDF vinculados aos processos da Vigilância Sanitária;
ii. formulários de cadastro de estabelecimento;
iii. formulários de denúncia;
iv. formulários de ação;
v. formulários de multa e notificação;
vi. módulos de sugestões, quando contemplados;
vii. canais de ouvidoria e manifestações, quando contemplados.

6.7.13 Atendimento ao Cidadão e Suporte à Rotina Administrativa

6.7.13.1 Quando contemplado pela solução ofertada e adotado pela contratante, o sistema poderá incorporar recursos de atendimento direto ao cidadão, apoiando a rotina administrativa da unidade e a organização da interface com o público.

6.7.13.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. agendamento de atendimentos;
- ii. atendimento por demanda espontânea;
- iii. uso de calendário para organização da agenda;
- iv. definição de assunto principal e descrição do atendimento.

6.7.14 Resultados Esperados

6.7.14.1 A solução deverá contribuir para o alcance dos seguintes resultados operacionais e gerenciais, sem prejuízo de outros resultados a serem exigidos contratualmente e aferidos na Prova de Conceito:

- i. maior organização institucional dos processos da Vigilância Sanitária;
- ii. ampliação da rastreabilidade dos atos administrativos e sanitários;
- iii. melhor controle sobre estabelecimentos, denúncias, alvarás e ações executadas;
- iv. fortalecimento da formalização documental da unidade;
- v. melhoria da capacidade gerencial de acompanhamento da produção e do desempenho operacional;
- vi. qualificação do uso das informações para planejamento, fiscalização e tomada de decisão.

6.8 SISTEMA VOLTADO À INFORMATIZAÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE

6.8.1 Descrição da Solução

Trata-se de sistema voltado à informatização do Gabinete do Secretário de Saúde, compreendendo seu fornecimento, implantação, configuração, disponibilização, suporte e manutenção, destinado ao registro, acompanhamento e gestão dos atendimentos realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de plataforma web apta a organizar, em ambiente único, os dados cadastrais, a agenda de atendimentos, os registros realizados no gabinete, as liberações administrativas e assistenciais, os encaminhamentos internos, as denúncias, os comprovantes e os elementos gerenciais vinculados à atuação institucional do gabinete, de modo a apoiar a rotina administrativa, assistencial e gerencial da Secretaria e funcionar como ponto de visão consolidada da trajetória do cidadão na rede municipal de saúde, com rastreabilidade das decisões e encaminhamentos realizados.

6.8.2 Finalidade da Contratação

6.8.2.1 A contratação tem por finalidade disponibilizar à gestão municipal solução tecnológica apta a organizar a recepção e o atendimento das demandas do cidadão no gabinete, padronizar o registro das decisões tomadas, consolidar a visualização do histórico do usuário na rede e apoiar a gestão institucional da Secretaria Municipal de Saúde.

6.8.2.2 A solução deverá atender às seguintes finalidades operacionais e gerenciais, sem caráter exaustivo, observadas as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. organizar a recepção e o atendimento das demandas do cidadão na secretaria;
- ii. padronizar o registro das decisões tomadas pelo gabinete;
- iii. acompanhar a trajetória do paciente em diferentes serviços da rede;

- iv. registrar liberações administrativas ou assistenciais realizadas no atendimento;
- v. encaminhar demandas para outros setores da secretaria;
- vi. estruturar o controle de viagens, medicamentos, consultas, exames e procedimentos autorizados;
- vii. consolidar informações gerenciais para apoio à tomada de decisão.

6.8.3 Capacidades Gerais Esperadas

6.8.3.1 A solução deverá contemplar as seguintes capacidades, sem prejuízo de outras funcionalidades, integrações, parâmetros operacionais e requisitos a serem exigidos neste Termo de Referência e aferidos na Prova de Conceito:

- i. informatização do fluxo de atendimentos do gabinete;
- ii. organização modular das funções administrativas e operacionais;
- iii. integração com outros sistemas e serviços da rede municipal;
- iv. cadastro de profissionais com perfis de uso diferenciados;
- v. cadastro de pacientes e fornecedores;
- vi. gestão de modelos e veículos da frota, quando aplicável;
- vii. agenda de atendimentos agendados e espontâneos;
- viii. registro detalhado dos atendimentos realizados;
- ix. visualização do histórico completo do paciente em diferentes áreas da secretaria;
- x. registro de deliberações e encaminhamentos;
- xi. cadastro e acompanhamento de denúncias;
- xii. emissão de indicadores, relatórios e comprovantes;
- xiii. disponibilização de módulos de feedback e sugestões, quando contemplados.

6.8.4 Requisitos Funcionais

6.8.4.1. A solução deverá contemplar as seguintes funcionalidades, sem caráter exaustivo e em articulação com as demais exigências funcionais, técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. cadastro de profissionais com perfil, lotação, login e senha;
- ii. cadastro de fornecedores;
- iii. cadastro de pacientes;
- iv. cadastro de modelos e veículos da frota, quando aplicável;
- v. registro de gastos com veículos, quando aplicável;
- vi. agenda de atendimentos com calendário;
- vii. marcação de atendimentos por turno;
- viii. atendimento de demandas agendadas ou espontâneas;
- ix. visualização do histórico geral e setorial do paciente;
- x. acesso a dados financeiros e estatísticos vinculados ao cidadão, quando aplicável;
- xi. liberação de viagem;
- xii. liberação de medicamentos;

- xiii. liberação de consultas;
- xiv. liberação de exames;
- xv. liberação de procedimentos;
- xvi. encaminhamento para outros setores da secretaria;
- xvii. registro textual do atendimento;
- xviii. visualização, edição, impressão e finalização do atendimento;
- xix. cadastro de denúncias e relatos vinculados;
- xx. geração de indicadores e relatórios;
- xxi. módulos de feedback e sugestões, quando contemplados.

6.8.5 Estrutura do Fluxo de Atendimento do Gabinete

6.8.5.1 A solução deverá estruturar o fluxo completo do atendimento realizado no gabinete do Secretário de Saúde, reduzindo dispersão de registros e fortalecendo a rastreabilidade das ações executadas no âmbito da secretaria.

6.8.5.2 Para essa finalidade, a solução deverá apoiar funcionalidades relacionadas a:

- i. agendamento do atendimento ou registro de demanda espontânea;
- ii. identificação do cidadão previamente cadastrado;
- iii. realização do atendimento no ambiente do gabinete;
- iv. registro das solicitações apresentadas;
- v. lançamento das decisões, pareceres e liberações;
- vi. encaminhamento do caso para outros setores quando necessário;
- vii. emissão de comprovantes e encerramento formal do atendimento.

6.8.6 Cadastro de Profissionais, Pacientes e Fornecedores

6.8.6.1 A solução deverá estruturar sua operação a partir de bases cadastrais essenciais ao funcionamento do gabinete, assegurando coerência entre os sujeitos envolvidos nos atendimentos, liberações, encaminhamentos e registros administrativos.

6.8.6.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de profissionais com perfis de acesso e lotação;
- ii. vinculação dos profissionais a unidades ou estruturas internas da secretaria;
- iii. cadastro de pacientes aptos a serem atendidos no gabinete;
- iv. cadastro de fornecedores utilizados em fluxos administrativos e assistenciais;
- v. manutenção, visualização e edição das informações cadastrais ao longo do tempo.

6.8.7 Agenda e Organização do Atendimento

6.8.7.1 A solução deverá apoiar a organização da agenda do gabinete e da fila de atendimentos, favorecendo melhor gestão da rotina institucional e melhor ordenação do atendimento ao cidadão.

6.8.7.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. visualização de calendário para marcação de atendimentos;
- ii. seleção de data e horário;
- iii. vinculação do atendimento ao cidadão previamente cadastrado;
- iv. definição do setor e do assunto principal;
- v. registro da descrição do agendamento;
- vi. organização dos pacientes por turno;
- vii. ações operacionais sobre o agendamento, inclusive atender, priorizar, visualizar, editar e imprimir;
- viii. atendimento por demanda espontânea, independentemente de agendamento prévio.

6.8.8 Histórico Completo do Paciente na Rede Municipal

6.8.8.1 A solução deverá possibilitar visão consolidada do histórico do paciente em diferentes serviços da rede municipal de saúde, transformando o gabinete em ponto de leitura integrada da trajetória do cidadão no sistema municipal.

6.8.8.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. visualização do histórico geral do paciente;
- ii. navegação por histórico setorial;
- iii. consulta a registros relacionados à Vigilância Sanitária;
- iv. consulta a registros do Tratamento Fora do Domicílio;
- v. consulta a histórico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência;
- vi. consulta a informações de estoque ou central de abastecimento farmacêutico;
- vii. consulta a marcações e pendências regulatórias;
- viii. consulta a atendimentos realizados na secretaria;
- ix. consulta ao histórico hospitalar, quando houver integração;
- x. visualização de informações financeiras vinculadas ao paciente, quando aplicável;
- xi. acesso a estatísticas relacionadas a CID, locais de atendimento, viagens e CNS;
- xii. consulta aos dados cadastrais gerais do cidadão.

6.8.9 Liberações, Decisões e Encaminhamentos Realizados no Atendimento

6.8.9.1 A solução deverá apoiar o registro formal das decisões tomadas durante o atendimento do gabinete, ampliando a capacidade de acompanhamento posterior das demandas e fortalecendo a formalização dos atos praticados.

6.8.9.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. liberação de viagens;
- ii. definição do município de destino;
- iii. seleção de fornecedor, veículo e condutor, quando aplicável;
- iv. registro do valor e do parecer da solicitação;
- v. emissão de pedido ou comprovante da liberação;
- vi. liberação de medicamentos, com possibilidade de múltiplos itens no mesmo atendimento;
- vii. liberação de consultas, exames e procedimentos;
- viii. uso de procedimentos compatíveis com SIGTAP, quando aplicável;
- ix. registro de quantidade, valor, fornecedor, prestador e parecer;
- x. encaminhamento do paciente para outros setores da secretaria;
- xi. deferimento ou indeferimento de solicitações diversas;
- xii. registro textual detalhado do atendimento realizado.

6.8.10 Frota, Viagens e Apoio Logístico

6.8.10.1 Quando contemplado pela solução ofertada e adotado pela contratante, o sistema poderá incorporar recursos voltados à organização da frota vinculada às atividades da secretaria, integrando liberações de viagem ao controle logístico institucional.

6.8.10.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de modelos de veículos;
- ii. cadastro de veículos próprios ou alugados;
- iii. vinculação do veículo ao modelo previamente cadastrado;
- iv. registro de quilometragem, chassi, placa e demais dados operacionais;
- v. visualização da agenda de viagem associada ao veículo;
- vi. registro de gastos com combustível, manutenção e revisão;
- vii. visualização e edição do histórico de gastos.

6.8.11 Denúncias e Manifestações

6.8.11.1 A solução deverá contemplar recursos para registro e acompanhamento de denúncias e manifestações recebidas no âmbito da secretaria, ampliando o papel institucional do sistema como ambiente de recepção e tratamento de demandas relacionadas à gestão da saúde.

6.8.11.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de denúncias anônimas ou identificadas;
- ii. vinculação da denúncia a cidadão cadastrado, quando identificada;
- iii. registro do foco da denúncia;
- iv. classificação do tipo de propriedade envolvida;

- v. registro da localidade denunciada;
- vi. descrição do fato relatado;
- vii. anexação de arquivos;
- viii. inclusão de novos relatos ao longo do tratamento do caso;
- ix. visualização e edição das denúncias registradas.

6.8.12 Indicadores, Relatórios e Apoio Gerencial

6.8.12.1 A solução deverá apoiar a gestão do gabinete por meio da disponibilização de indicadores e relatórios, favorecendo planejamento, priorização e acompanhamento das demandas recebidas e das decisões adotadas.

6.8.12.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. indicadores de auxílio por assunto;
- ii. indicadores por prestadores;
- iii. indicadores relacionados aos atendimentos realizados;
- iv. indicadores de gastos com veículos, quando aplicável;
- v. emissão de relatórios operacionais e gerenciais do sistema.

6.8.13 Integração com Outros Sistemas e Visão Consolidada da Rede

6.8.13.1 A solução deverá apoiar integração com outros sistemas utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, de modo a consolidar a trajetória do usuário em ponto único de consulta no gabinete e fortalecer a coordenação institucional das demandas.

6.8.13.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. compartilhamento de histórico do paciente com outros módulos;
- ii. visualização consolidada de informações provenientes de diferentes serviços da rede;
- iii. integração com sistemas relacionados a Tratamento Fora do Domicílio, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, estoque, regulação, Vigilância Sanitária e ambiente hospitalar, quando aplicável;
- iv. consolidação da trajetória do usuário em um ponto único de consulta no gabinete.

6.8.14 Feedback, Sugestões e Melhoria Contínua

6.8.14.1 Quando contemplado pela solução ofertada, o sistema poderá disponibilizar recursos destinados à escuta dos usuários e ao aprimoramento contínuo da plataforma.

6.8.14.2 A solução poderá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. módulo de feedback;
- ii. módulo de sugestões;
- iii. separação entre o registro de manifestações e a consulta às sugestões já lançadas.

6.8.15 Resultados Esperados

6.8.15.1 A solução deverá contribuir para o alcance dos seguintes resultados operacionais e gerenciais, sem prejuízo de outros resultados a serem exigidos contratualmente e aferidos na Prova de Conceito:

- i. maior organização do fluxo de atendimentos do gabinete;
- ii. ampliação da rastreabilidade das decisões, liberações e encaminhamentos realizados;
- iii. melhor consolidação da visão do histórico do cidadão na rede municipal de saúde;
- iv. fortalecimento da formalização administrativa dos atendimentos do gabinete;
- v. melhoria da capacidade gerencial de acompanhamento das demandas recebidas;
- vi. qualificação das informações para planejamento, priorização e tomada de decisão.

6.9 SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO

6.9.1 Descrição da Solução

Trata-se de sistema de informatização do Serviço de Tratamento Fora do Domicílio, compreendendo seu fornecimento, implantação, configuração, disponibilização, suporte e manutenção, destinado ao registro, à gestão e ao acompanhamento do fluxo completo do programa no âmbito municipal, por meio de plataforma web apta a organizar, em ambiente único, os dados cadastrais, as solicitações, as autorizações, as viagens, os tratamentos realizados, os desfechos assistenciais e os elementos gerenciais vinculados ao TFD, de modo a apoiar, de forma articulada com a rotina administrativa, logística e assistencial do Município, o cadastro de profissionais, pacientes, municípios, unidades de destino, fornecedores e frota, a abertura e análise das solicitações, a autorização por profissional competente, o registro e acompanhamento das viagens, a gestão do tratamento e de seu desfecho, a agenda de comparecimento e atendimentos, quando aplicável, a consolidação da produção para BPA, quando aplicável, e a emissão de relatórios e indicadores gerenciais, apoiando o ciclo completo do Tratamento Fora do Domicílio e reduzindo a fragmentação dos registros.

6.9.2 Finalidade da Contratação

6.9.2.1 A contratação tem por finalidade disponibilizar à gestão municipal solução tecnológica apta a organizar e acompanhar o fluxo do Tratamento Fora do Domicílio, padronizar registros, qualificar a análise e a autorização dos pedidos, fortalecer o controle das viagens e apoiar a consolidação gerencial e produtiva do serviço.

6.9.2.2 A solução deverá atender às seguintes finalidades operacionais e gerenciais, sem caráter exaustivo, observadas as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. organizar a entrada e o acompanhamento dos processos de TFD;
- ii. padronizar o cadastro dos pacientes e dos destinos do tratamento;
- iii. controlar a análise e a autorização dos pedidos;
- iv. registrar e monitorar as viagens realizadas;
- v. apoiar o controle da utilização da frota e de fornecedores;
- vi. documentar os desfechos do tratamento;
- vii. consolidar a produção do serviço para BPA, quando aplicável;
- viii. gerar relatórios e indicadores de apoio à gestão.

6.9.3 Capacidades Gerais Esperadas

6.9.3.1 A solução deverá contemplar as seguintes capacidades, sem prejuízo de outras funcionalidades, integrações e requisitos a serem exigidos neste Termo de Referência e aferidos na Prova de Conceito:

- i. informatização do fluxo completo do TFD;
- ii. organização modular e integrada das etapas do processo;
- iii. cadastro de profissionais com perfis de uso;
- iv. cadastro de pacientes e médicos autorizadores;
- v. cadastro de municípios e unidades de destino;
- vi. gestão de fornecedores e frota de veículos;
- vii. abertura de solicitações de atendimento;
- viii. análise, deferimento e indeferimento de pedidos;
- ix. registro das viagens e do acompanhamento do tratamento;
- x. controle de acompanhante, deslocamento, pernoite e alimentação;
- xi. registro do desfecho do tratamento;
- xii. geração de BPA em formato compatível com uso institucional, quando aplicável;
- xiii. emissão de indicadores e relatórios gerenciais;
- xiv. disponibilização de agenda, feedback e sugestões, quando contemplados.

6.9.4 Requisitos Funcionais

6.9.4.1 A solução deverá contemplar as seguintes funcionalidades, sem caráter exaustivo e em articulação com as demais exigências funcionais, técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. cadastro de profissionais com perfil, lotação, login e senha;
- ii. cadastro de municípios de destino com apoio a dados territoriais;
- iii. cadastro de unidades assistenciais de referência;
- iv. disponibilização de Ficha de Programação Orçamentária, quando aplicável;
- v. cadastro de pacientes;
- vi. cadastro de médicos autorizadores;
- vii. cadastro de fornecedores;

- viii. cadastro de modelos e veículos da frota;
- ix. registro de gastos com veículos;
- x. abertura de atendimentos e solicitações de TFD;
- xi. geração de laudo para avaliação do autorizador;
- xii. análise de solicitações com deferimento, indeferimento ou ressalvas;
- xiii. encaminhamento das solicitações deferidas para tratamento;
- xiv. registro de viagens e deslocamentos;
- xv. cálculo de custos de deslocamento, alimentação e pernoite;
- xvi. controle de acompanhante e acompanhante extra;
- xvii. impressão de documentos operacionais da viagem;
- xviii. lançamento do desfecho do tratamento;
- xix. agenda de comparecimento e atendimentos, quando aplicável;
- xx. indicadores de solicitações, viagens e tratamentos;
- xxi. geração de BPA em PDF e formato compatível com SIA/SUS, quando aplicável;
- xxii. módulos de feedback e sugestões, quando contemplados.

6.9.5 Estrutura do Fluxo do Tratamento Fora do Domicílio

6.9.5.1 A solução deverá estruturar o fluxo completo do Tratamento Fora do Domicílio de forma integrada, assegurando rastreabilidade entre a solicitação inicial, a autorização, o deslocamento, o tratamento realizado e o desfecho do caso.

6.9.5.2 Para essa finalidade, a solução deverá apoiar funcionalidades relacionadas a:

- i. abertura do atendimento e da solicitação do paciente;
- ii. análise técnica ou médica do pedido;
- iii. autorização ou indeferimento do processo;
- iv. encaminhamento para o módulo de tratamento quando deferido;
- v. registro de viagens e deslocamentos;
- vi. acompanhamento do tratamento realizado;
- vii. lançamento do desfecho do caso;
- viii. consolidação da produção somente após a finalização do ciclo, quando aplicável.

6.9.6 Cadastro de Profissionais, Pacientes e Autorizadores

6.9.6.1 A solução deverá estruturar sua operação a partir de bases cadastrais essenciais ao funcionamento do serviço, assegurando coerência entre os sujeitos envolvidos na solicitação, autorização e acompanhamento do tratamento.

6.9.6.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de profissionais com perfis de uso diferenciados;
- ii. vinculação dos profissionais à lotação correspondente;

- iii. cadastro de pacientes aptos a utilizar o TFD;
- iv. cadastro e ativação de médicos autorizadores;
- v. manutenção e edição das informações cadastrais ao longo do tempo.

6.9.7 Cadastro de Destinos, Unidades Assistenciais, Fornecedores e Frota

6.9.7.1 A solução deverá organizar os elementos logísticos e territoriais vinculados ao deslocamento do paciente, de forma a apoiar a programação das viagens e o controle dos recursos utilizados no Tratamento Fora do Domicílio.

6.9.7.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de municípios de destino;
- ii. registro da distância até o destino;
- iii. cadastro de unidades assistenciais de referência;
- iv. reaproveitamento dos dados das unidades no momento da viagem;
- v. cadastro de fornecedores utilizados no transporte;
- vi. cadastro de modelos de veículos;
- vii. cadastro de veículos efetivamente disponíveis para o serviço;
- viii. registro de gastos operacionais da frota.

6.9.8 Solicitação do TFD e Análise Autorizativa

6.9.8.1 A solução deverá apoiar a abertura da solicitação de Tratamento Fora do Domicílio e seu encaminhamento à etapa de autorização, estruturando a passagem formal do pedido para a fase de tratamento.

6.9.8.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. abertura de novo atendimento;
- ii. seleção do paciente previamente cadastrado;
- iii. registro do tipo de auxílio solicitado;
- iv. escolha do CID e descrição da necessidade apresentada;
- v. anexação de documentos comprobatórios;
- vi. exibição do status da solicitação;
- vii. geração de laudo para análise médica;
- viii. listagem das solicitações pendentes de autorização;
- ix. deferimento, indeferimento ou deferimento com ressalvas;
- x. registro da justificativa do autorizador;
- xi. reclassificação ou reavaliação de pedidos, quando cabível.

6.9.9 Tratamentos, Viagens e Acompanhamento do Paciente

6.9.9.1 A solução deverá apoiar o acompanhamento do tratamento após o deferimento do pedido, contemplando os registros logísticos e assistenciais necessários ao controle do deslocamento e ao monitoramento do caso.

6.9.9.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. listagem dos pacientes com processo deferido;
- ii. cadastro de novas viagens;
- iii. reaproveitamento dos dados da unidade de destino;
- iv. registro do tipo de pagamento e do tipo de transporte;
- v. definição do meio de transporte utilizado;
- vi. registro de datas de saída e de chegada;
- vii. inclusão de acompanhante e acompanhante extra;
- viii. cálculo automático de custos conforme parâmetros e procedimentos aplicáveis;
- ix. lançamento de valores adicionais de deslocamento, pernoite e alimentação;
- x. registro da etapa do tratamento;
- xi. inclusão de visitas a outras unidades na mesma viagem;
- xii. anexação de documentos da viagem;
- xiii. repetição de viagens já cadastradas;
- xiv. cancelamento de viagem;
- xv. emissão e impressão de documentos operacionais.

6.9.10 Desfecho do Tratamento e Produção para BPA

6.9.10.1 A solução deverá associar o encerramento adequado do processo de Tratamento Fora do Domicílio à consolidação da produção para BPA, quando aplicável, vinculando a produção do serviço à conclusão formal do fluxo assistencial e administrativo.

6.9.10.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. registro do desfecho do tratamento;
- ii. classificação do encerramento em categorias compatíveis com a rotina do serviço;
- iii. definição de encerramento do caso ou continuidade do tratamento com nova viagem;
- iv. contabilização da produção apenas após o lançamento do desfecho, quando aplicável;
- v. consolidação dos procedimentos registrados para fins de BPA.

6.9.11 Agenda, Comparecimento e Rotina de Atendimento

6.9.11.1 Quando contemplado pela solução ofertada e adotado pela contratante, o sistema poderá incorporar recursos voltados à organização da agenda dos atendimentos relacionados ao Tratamento Fora do Domicílio.

6.9.11.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. marcação de comparecimento do paciente;
- ii. uso de calendário para organização das datas e horários;
- iii. definição de setor, assunto principal e descrição do atendimento;
- iv. realização de atendimento por demanda espontânea.

6.9.12 Indicadores, Relatórios e Apoio Gerencial

6.9.12.1 A solução deverá apoiar a gestão municipal por meio da disponibilização de indicadores e relatórios capazes de conferir visibilidade à operação do TFD e subsidiar decisões de planejamento, reorganização e controle gerencial.

6.9.12.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. tratamentos por paciente;
- ii. tratamentos por período;
- iii. viagens por paciente;
- iv. viagens por unidade de destino;
- v. viagens por competência ou outros filtros;
- vi. solicitações por paciente;
- vii. solicitações por diferentes filtros;
- viii. relatórios anuais de solicitações;
- ix. solicitações deferidas e indeferidas;
- x. solicitações aprovadas e negadas por profissional autorizador;
- xi. maiores tratamentos por período;
- xii. impressão de relatórios operacionais do sistema.

6.9.13 Geração de BPA e Exportação para SIA/SUS

6.9.13.1 Quando aplicável ao modelo adotado pela contratante, a solução deverá permitir consolidação da produção registrada no sistema para fins de BPA, apoiando tanto a organização interna da produção quanto o atendimento às rotinas de prestação de informações em saúde.

6.9.13.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. recuperação da produção por competência;
- ii. visualização dos procedimentos registrados no período;
- iii. geração de BPA com base nos tratamentos finalizados;
- iv. exportação dos dados em PDF;
- v. exportação em formato compatível com o SIA/SUS.

6.9.14 Feedback, Sugestões e Melhoria Contínua

6.9.14.1 Quando contemplado pela solução ofertada, o sistema poderá disponibilizar recursos destinados à escuta dos usuários e ao aprimoramento contínuo da plataforma.

6.9.14.2 A solução poderá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. módulo de feedback;
- ii. módulo de sugestões;
- iii. separação entre o registro de manifestações e a consulta às sugestões já lançadas.

6.9.15 Resultados Esperados

6.9.15.1 A solução deverá contribuir para o alcance dos seguintes resultados operacionais e gerenciais, sem prejuízo de outros resultados a serem exigidos contratualmente e aferidos na Prova de Conceito:

- i. maior organização do fluxo do Tratamento Fora do Domicílio;
- ii. ampliação da rastreabilidade entre solicitação, autorização, viagem, tratamento e desfecho;
- iii. melhor controle dos recursos logísticos envolvidos no serviço;
- iv. fortalecimento da documentação administrativa e assistencial dos casos;
- v. melhoria da capacidade gerencial de acompanhamento das solicitações, viagens e tratamentos;
- vi. qualificação das informações para prestação de contas, planejamento e tomada de decisão.

6.10 SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO E DA REDE DE ABASTECIMENTO EM SAÚDE

6.10.1 Descrição da Solução

Trata-se de sistema de informatização da Central de Abastecimento Farmacêutico e da Rede de Abastecimento em Saúde, compreendendo seu fornecimento, implantação, configuração, disponibilização, suporte e manutenção, destinado ao controle logístico e operacional dos medicamentos e insumos utilizados pela rede municipal de saúde, por meio de plataforma web apta a organizar, em ambiente único, os processos de cadastro, inventário, movimentação, solicitação, transferência, dispensação, monitoramento de estoque e emissão de relatórios gerenciais relacionados à assistência farmacêutica municipal, de modo a apoiar a organização integrada da cadeia de abastecimento, conectando a central de abastecimento ao consumo final realizado nas unidades da rede municipal.

6.10.2 Finalidade da Contratação

6.10.2.1 A contratação tem por finalidade disponibilizar à gestão municipal solução tecnológica apta a organizar o fluxo logístico da assistência farmacêutica, controlar a distribuição de medicamentos e insumos, registrar a dispensação final ao paciente e qualificar o acompanhamento gerencial da rede de abastecimento em saúde.

6.10.2.2 A solução deverá atender às seguintes finalidades operacionais e gerenciais, sem caráter exaustivo, observadas as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. organizar o fluxo logístico da central de abastecimento;
- ii. controlar a distribuição de medicamentos e insumos para as unidades da rede;
- iii. registrar a dispensação final ao paciente;
- iv. monitorar estoque disponível, validade e ponto de reposição;
- v. reduzir perdas, vencimentos e inconsistências no abastecimento;
- vi. estruturar o acompanhamento das solicitações e transferências entre unidades;
- vii. apoiar a gestão descentralizada do estoque municipal;
- viii. produzir informações gerenciais para planejamento e tomada de decisão.

6.10.3 Capacidades Gerais Esperadas

6.10.3.1 A solução deverá contemplar as seguintes capacidades, sem prejuízo de outras funcionalidades, integrações, parâmetros operacionais e requisitos a serem exigidos neste Termo de Referência e aferidos na Prova de Conceito:

- i. informatização da central de abastecimento farmacêutico e da rede de abastecimento municipal;
- ii. funcionamento em modo centralizado ou descentralizado;
- iii. organização modular das funções logísticas e operacionais;
- iv. cadastro de unidades, pacientes, profissionais, fornecedores e produtos;
- v. utilização de tabelas oficiais para cadastro de medicamentos;
- vi. registro de inventário inicial e inventário de conferência;
- vii. atualização automática do estoque a partir das movimentações;
- viii. controle de entradas, saídas e transferências;
- ix. solicitação de itens pelas unidades da rede;
- x. dispensação por paciente nas unidades;
- xi. monitoramento de lotes, validade e estoque mínimo;
- xii. visualização do estoque das unidades pela central;
- xiii. emissão de indicadores e relatórios gerenciais;
- xiv. disponibilização de módulos de feedback e sugestões, quando contemplados.

6.10.4 Requisitos Funcionais

6.10.4.1 A solução deverá contemplar as seguintes funcionalidades, sem caráter exaustivo e em articulação com as demais exigências funcionais, técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. cadastro de unidades da rede de abastecimento;
- ii. classificação das unidades por tipo assistencial;
- iii. visualização do estoque das unidades pela central;
- iv. alternância de unidade de acesso por profissionais vinculados a mais de uma unidade;
- v. cadastro de pacientes para uso nas saídas por paciente;
- vi. cadastro de profissionais com perfil, unidade e credenciais de acesso;
- vii. cadastro de fornecedores;
- viii. cadastro de medicamentos e insumos;

- ix. busca de medicamentos com apoio de tabelas oficiais e leitor de código de barras, quando aplicável;
- x. cadastro da unidade de medida e quantidade mínima do produto;
- xi. realização de inventário inicial;
- xii. visualização do estoque consolidado;
- xiii. monitoramento de produtos vencidos, próximos ao vencimento e em estoque mínimo;
- xiv. registro de entradas com nota fiscal, fornecedor, lote, validade e valor;
- xv. registro de saídas da central para as unidades;
- xvi. registro de saídas das unidades para os pacientes;
- xvii. envio de solicitações pelas unidades à central;
- xviii. gestão de transferências entre unidades com análise pela central;
- xix. emissão de indicadores e relatórios de consumo, validade e movimentação;
- xx. módulos de feedback e sugestões, quando contemplados.

6.10.5. Estrutura do Fluxo Logístico da Central de Abastecimento e da Rede

6.10.5.1 A solução deverá estruturar o fluxo logístico dos medicamentos e insumos de forma integrada entre a central e as unidades da rede, reduzindo a fragmentação dos controles e fortalecendo a visibilidade da gestão sobre a cadeia de abastecimento municipal.

6.10.5.2 Para essa finalidade, a solução deverá apoiar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro prévio das bases necessárias ao funcionamento do sistema;
- ii. realização do inventário inicial da unidade;
- iii. atualização do estoque por entradas e saídas;
- iv. distribuição da central para as unidades da rede;
- v. dispensação das unidades ao paciente final;
- vi. solicitação de reposição pelas unidades à central;
- vii. transferência de itens entre unidades com mediação da central;
- viii. monitoramento contínuo do saldo, da validade e do consumo dos produtos.

6.10.6 Cadastro de Unidades, Profissionais e Governança de Acesso

6.10.6.1 A solução deverá estruturar sua operação a partir de bases cadastrais institucionais e de usuários responsáveis pelo funcionamento da rede de abastecimento, assegurando adequada distribuição de responsabilidades entre a central e as unidades descentralizadas.

6.10.6.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro da unidade principal da central de abastecimento;
- ii. cadastro das unidades da rede de abastecimento;
- iii. classificação das unidades por natureza assistencial;

- iv. vinculação de profissionais a uma ou mais unidades;
- v. definição de perfis de acesso compatíveis com o papel exercido;
- vi. alternância de contexto operacional para profissionais com múltiplas vinculações;
- vii. atualização dos dados institucionais da unidade principal.

6.10.7 Cadastro de Produtos, Fornecedores e Base da Logística Farmacêutica

6.10.7.1 A solução deverá organizar os cadastros que sustentam o funcionamento do estoque, assegurando rastreabilidade dos itens e consistência das movimentações registradas no sistema.

6.10.7.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de fornecedores utilizados nas entradas de estoque;
- ii. cadastro de medicamentos com apoio de bases oficiais;
- iii. cadastro de insumos de forma textual e estruturada;
- iv. uso de leitor de código de barras no cadastro e nas movimentações, quando aplicável;
- v. definição de unidade de medida;
- vi. definição de estoque mínimo desejado;
- vii. visualização e edição dos produtos cadastrados.

6.10.8 Inventário e Inicialização do Estoque

6.10.8.1 A solução deverá apoiar o processo de inventário como etapa estruturante do uso regular do sistema, assegurando confiabilidade do saldo inicial e base consistente para as movimentações posteriores.

6.10.8.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. realização do inventário inicial da unidade;
- ii. distinção entre inventário primário e inventário comparativo, quando adotado pela solução;
- iii. dependência do cadastro prévio dos produtos;
- iv. inclusão de produtos com lote, validade, quantidade e unidade;
- v. visualização dos itens inseridos no inventário;
- vi. finalização formal do inventário;
- vii. liberação do uso pleno do sistema após o fechamento do inventário;
- viii. atualização automática do estoque a partir das movimentações posteriores.

6.10.9 Controle de Estoque, Validade e Monitoramento de Itens Críticos

6.10.9.1 A solução deverá manter visão gerencial e operacional do estoque real da unidade e da rede, apoiando decisões de redistribuição, reposição, descarte e prevenção de perdas.

6.10.9.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. visualização do estoque completo da unidade;
- ii. consulta de nome, código, lote, validade, quantidade e status do produto;
- iii. sinalização visual de produtos vencidos, próximos do vencimento e dentro do prazo;
- iv. identificação de itens em estoque mínimo;
- v. consulta específica de produtos vencidos;
- vi. registro de descarte ou devolução de itens vencidos;
- vii. visualização, pela central, do estoque das unidades descentralizadas.

6.10.10 Entradas de Produtos e Formalização Documental da Recepção

6.10.10.1 A solução deverá apoiar o registro formal das entradas de medicamentos e insumos na unidade, conectando a recepção física do material ao controle documental e ao saldo efetivo do estoque.

6.10.10.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. registro da data da entrada;
- ii. associação da entrada ao fornecedor;
- iii. vinculação à nota fiscal ou ao número do pedido;
- iv. anexação de DANFE ou documento equivalente, quando aplicável;
- v. inclusão de múltiplos itens na mesma entrada;
- vi. registro de lote, validade, valor unitário e quantidade;
- vii. cálculo automático do valor total da operação;
- viii. visualização posterior das entradas cadastradas.

6.10.11 Saídas, Distribuição e Dispensação por Paciente

6.10.11.1 A solução deverá controlar as saídas tanto da central para as unidades quanto das unidades para o paciente final, fortalecendo a rastreabilidade da distribuição interna e da destinação final dos produtos.

6.10.11.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. saída da central para unidades da rede;
- ii. seleção da unidade de destino;
- iii. escolha do tipo de autenticação da saída, quando adotado;
- iv. visualização dos lotes disponíveis no momento da movimentação;
- v. inclusão de múltiplos itens na mesma saída;
- vi. emissão de comprovante de recebimento, quando aplicável;
- vii. saída por paciente nas unidades descentralizadas;
- viii. seleção do paciente previamente cadastrado;
- ix. registro do tipo de saída;
- x. registro da data da dispensação;
- xi. identificação de entregador, recebedor e profissional solicitante;

- xii. registro da quantidade dispensada;
- xiii. registro da posologia, quando aplicável;
- xiv. inclusão de múltiplos produtos na mesma dispensação;
- xv. visualização histórica das saídas por paciente.

6.10.12 Solicitações entre Unidades e Gestão pela Central

6.10.12.1 Em contextos descentralizados, a solução deverá organizar o fluxo de solicitações das unidades à central, conferindo transparência à reposição e apoio à coordenação central do abastecimento municipal.

6.10.12.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. criação de nova solicitação pela unidade da rede;
- ii. inclusão de múltiplos itens e quantidades;
- iii. registro da data da solicitação;
- iv. acompanhamento do status pela unidade solicitante;
- v. visualização do parecer da central;
- vi. impressão da solicitação, quando aplicável;
- vii. recebimento da solicitação pela central;
- viii. análise com base no estoque disponível;
- ix. deferimento ou indeferimento do pedido;
- x. registro do parecer e finalização formal da solicitação.

6.10.13 Transferências entre Unidades e Mediação da Central

6.10.13.1 Em contextos descentralizados, a solução deverá permitir registro e controle das transferências entre unidades da rede, sob coordenação da central de abastecimento, ampliando a capacidade de redistribuição de itens e o enfrentamento de desequilíbrios locais de estoque.

6.10.13.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. abertura de solicitação de transferência;
- ii. registro da data da transferência;
- iii. identificação da unidade de origem e da unidade de destino;
- iv. escolha do item e do lote a ser transferido;
- v. visualização da quantidade disponível em estoque;
- vi. registro da quantidade a ser fornecida;
- vii. inclusão de múltiplos itens na mesma transferência;
- viii. acompanhamento do status pela unidade solicitante;
- ix. análise da transferência pela central;

- x. deferimento ou indeferimento da movimentação;
xi. registro do parecer da central.

6.10.14 Indicadores, Relatórios e Apoio Gerencial

6.10.14.1 A solução deverá apoiar a gestão da assistência farmacêutica por meio da disponibilização de indicadores e relatórios, favorecendo decisões de compra, distribuição, reposição e racionalização do estoque.

6.10.14.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. valores das últimas compras;
- ii. produtos em estoque mínimo;
- iii. consumo médio;
- iv. curva ABC;
- v. quantidade total em estoque;
- vi. quantidade em estoque por categoria;
- vii. consumo médio por período;
- viii. saídas por unidade;
- ix. saídas por paciente;
- x. saídas por período;
- xi. entradas por período;
- xii. monitoramento da validade dos produtos;
- xiii. emissão de relatórios de consumo e movimentação.

6.10.15 Resultados Esperados

6.10.15.1 A solução deverá contribuir para o alcance dos seguintes resultados operacionais e gerenciais, sem prejuízo de outros resultados a serem exigidos contratualmente e aferidos na Prova de Conceito:

- i. maior organização do fluxo logístico da assistência farmacêutica municipal;
- ii. ampliação da visibilidade sobre estoques, validade, consumo e movimentações;
- iii. melhor controle da distribuição entre a central e as unidades da rede;
- iv. fortalecimento da rastreabilidade da dispensação ao paciente;
- v. redução de perdas, vencimentos e inconsistências no abastecimento;
- vi. melhoria da capacidade gerencial de acompanhamento da rede de abastecimento;
- vii. qualificação das informações para planejamento, aquisição, redistribuição e tomada de decisão.

6.11 SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO DA CENTRAL DE MARCAÇÃO DE EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS

6.11.1 Descrição da Solução

Trata-se de sistema de informatização da Central de Marcação de Exames, Consultas e Procedimentos, compreendendo seu fornecimento, implantação, configuração, disponibilização, suporte e manutenção, destinado à organização do fluxo de acesso a consultas, exames e procedimentos especializados no âmbito da rede municipal de saúde, por meio de plataforma web apta a estruturar, em ambiente único, os processos de solicitação, autorização, agendamento, execução, confirmação e consolidação da produção ambulatorial, contemplando os diferentes atores envolvidos no fluxo regulatório e operacional, de modo a apoiar a gestão de unidades com distintos papéis operacionais, o cadastro de profissionais e pacientes, a configuração da Programação Pactuada Integrada e da Ficha de Programação Orçamentária, quando aplicáveis, a distribuição e o acompanhamento de cotas, a criação de agendas, a abertura de solicitações, a organização da fila de espera, a realização de marcações, a confirmação da execução dos atendimentos, o histórico dos lançamentos e a geração de indicadores, relatórios e BPA, apoiando o ciclo completo da regulação ambulatorial em um mesmo ambiente.

6.11.2 Finalidade da Contratação

6.11.2.1 A contratação tem por finalidade disponibilizar à gestão municipal solução tecnológica apta a organizar o acesso a exames, consultas e procedimentos especializados, promover maior transparência e rastreabilidade no fluxo regulatório, apoiar a distribuição da oferta assistencial e qualificar o acompanhamento gerencial da rede.

6.11.2.2 A solução deverá atender às seguintes finalidades operacionais e gerenciais, sem caráter exaustivo, observadas as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. organizar a entrada das solicitações de exames, consultas e procedimentos;
- ii. dar transparência ao fluxo de fila de espera;
- iii. distribuir a oferta disponível entre unidades solicitantes e municípios pactuados;
- iv. controlar agendas dos prestadores;
- v. apoiar a marcação e remarcação de atendimentos;
- vi. acompanhar confirmações, cancelamentos e faltas;
- vii. monitorar a utilização de cotas e da capacidade instalada;
- viii. consolidar a produção ambulatorial realizada;
- ix. gerar informações gerenciais para planejamento e tomada de decisão.

6.11.3 Capacidades Gerais Esperadas

6.11.3.1 A solução deverá contemplar as seguintes capacidades, sem prejuízo de outras funcionalidades, integrações, parâmetros operacionais e requisitos a serem exigidos neste Termo de Referência e aferidos na Prova de Conceito:

- i. informatização do fluxo de marcação de exames, consultas e procedimentos;
- ii. funcionamento em modelo centralizado, descentralizado municipal ou descentralizado intermunicipal;
- iii. organização de perfis operacionais por tipo de unidade;
- iv. cadastro de unidades, profissionais e pacientes;
- v. gestão da Programação Pactuada Integrada, quando aplicável;
- vi. cadastro e manutenção da Ficha de Programação Orçamentária dos prestadores;

- vii. distribuição de cotas por unidade e por competência;
- viii. montagem de agendas por procedimento e profissional;
- ix. abertura de solicitações e marcação em tempo real quando houver disponibilidade;
- x. organização automática da fila de espera quando não houver vaga;
- xi. uso de autorizações para procedimentos específicos, quando configurado;
- xii. controle de confirmações e cancelamentos;
- xiii. geração de histórico de marcações e solicitações;
- xiv. emissão de indicadores, relatórios e BPA.

6.11.4 Requisitos Funcionais

6.11.4.1 A solução deverá contemplar as seguintes funcionalidades, sem caráter exaustivo e em articulação com as demais exigências funcionais, técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. cadastro de unidades com perfis distintos;
- ii. cadastro de profissionais com vinculação a uma ou mais unidades;
- iii. cadastro de pacientes com dados de contato para comunicação automatizada;
- iv. importação e configuração manual da Programação Pactuada Integrada;
- v. cadastro da Ficha de Programação Orçamentária dos prestadores por competência;
- vi. distribuição de cotas por unidade e procedimento;
- vii. montagem de agendas por unidade executora, procedimento e profissional;
- viii. abertura automática e manual de competências;
- ix. parametrizações adicionais, inclusive relacionadas a comunicação, validação de agenda e autorização;
- x. lançamento de novas solicitações;
- xi. procura de vagas no momento da solicitação;
- xii. envio da solicitação para fila de espera quando não houver vaga ou cota;
- xiii. visualização da fila de espera por paciente, procedimento ou vaga;
- xiv. aproveitamento de vagas iminentes;
- xv. análise de autorizações, quando o fluxo estiver habilitado;
- xvi. visualização e reimpressão das marcações;
- xvii. confirmação da realização do atendimento;
- xviii. cancelamento de atendimentos marcados;
- xix. histórico de lançamentos por paciente;
- xx. geração de relatórios, gráficos e BPA;
- xxi. recebimento de sugestões, elogios e críticas, quando esse módulo estiver contemplado na solução ofertada.

6.11.5 Estrutura do Fluxo de Marcação e Regulação Operacional

6.11.5.1 A solução deverá estruturar o fluxo completo da marcação de procedimentos especializados, desde a solicitação até a confirmação da execução, de forma a reduzir a fragmentação do processo e fortalecer a rastreabilidade da trajetória do paciente no acesso especializado.

6.11.5.2 Para essa finalidade, a solução deverá apoiar funcionalidades e regras relacionadas a:

- i. registro da solicitação do procedimento;
- ii. verificação de vagas disponíveis;
- iii. marcação imediata quando houver agenda e cota;
- iv. envio para fila de espera quando não houver disponibilidade;
- v. organização da fila por prioridade clínica;
- vi. aproveitamento posterior de vagas abertas;
- vii. confirmação ou cancelamento do atendimento;
- viii. consolidação da produção apenas para procedimentos efetivamente confirmados, conforme parametrização da contratante.

6.11.6 Perfis Operacionais e Tipos de Unidade

6.11.6.1 A solução deverá permitir organização do fluxo a partir de perfis institucionais de unidade, assegurando distribuição adequada de responsabilidades, permissões e operações conforme o modelo adotado pelo Município.

6.11.6.2 A solução deverá contemplar suporte a perfis e arranjos operacionais relacionados a:

- i. unidade central, responsável pela coordenação administrativa e operacional do sistema;
- ii. unidade solicitante, responsável pela entrada dos pedidos de atendimento;
- iii. unidade executora, responsável pela oferta e confirmação dos procedimentos;
- iv. unidade multifunção, que acumule funções de solicitação e execução;
- v. município pactuado, quando houver utilização intermunicipal da solução.

6.11.7 Cadastros Institucionais, Profissionais e Pacientes

6.11.7.1 A solução deverá organizar os cadastros que sustentam o fluxo operacional da central de marcação, assegurando consistência entre unidades, profissionais, pacientes, agendas, solicitações e confirmações.

6.11.7.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de unidades participantes do processo;
- ii. busca automática de unidade por CNES, quando tecnicamente aplicável;
- iii. classificação da unidade conforme seu papel operacional;
- iv. cadastro de profissionais;
- v. vinculação de profissionais a uma ou várias unidades;
- vi. definição de perfil do profissional;
- vii. cadastro de pacientes;
- viii. registro de dados pessoais, endereço e contato;
- ix. utilização de telefone e e-mail do paciente para comunicação automatizada.

6.11.8 Programação Pactuada Integrada e Pactuação Intermunicipal

6.11.8.1 Em cenários com pactuação entre municípios, a solução deverá apoiar a gestão da Programação Pactuada Integrada, observadas as regras administrativas e assistenciais definidas pela contratante.

6.11.8.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. importação de arquivo da Programação Pactuada Integrada;
- ii. visualização das informações importadas;
- iii. configuração manual da Programação Pactuada Integrada;
- iv. separação entre componentes ambulatoriais e hospitalares, quando aplicável;
- v. associação do procedimento ao respectivo código e descrição;
- vi. registro de quantidade física e financeira;
- vii. distribuição para o próprio município;
- viii. cadastramento de pactuações com outros municípios;
- ix. registro das quantidades pactuadas por município.

6.11.9 Ficha de Programação Orçamentária dos Prestadores e Programação da Oferta

6.11.9.1 A solução deverá apoiar a organização da Ficha de Programação Orçamentária das unidades executoras e multifunção, de forma a estruturar a oferta disponível para a marcação e a regulação ambulatorial.

6.11.9.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. seleção da unidade prestadora para configuração da Ficha de Programação Orçamentária;
- ii. definição da competência mensal;
- iii. inclusão de procedimentos da tabela SIGTAP;
- iv. registro da quantidade física e do valor correspondente;
- v. repetição sucessiva do processo para todos os procedimentos ofertados;
- vi. importação da Ficha de Programação Orçamentária para nova competência;
- vii. ajustes posteriores na programação importada.

6.11.10 Cotas e Distribuição da Capacidade Assistencial

6.11.10.1 A solução deverá apoiar a distribuição de cotas entre unidades e municípios participantes do fluxo, promovendo maior transparência na utilização da oferta assistencial e maior capacidade de planejamento do acesso.

6.11.10.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. distribuição mensal de cotas por procedimento;
- ii. gerenciamento centralizado ou descentralizado das cotas;
- iii. consulta do histórico de distribuição por unidade;
- iv. alteração das quantidades atribuídas;

- v. persistência formal das modificações realizadas;
- vi. sinalização visual de extrapolação da disponibilidade;
- vii. importação das cotas para a competência seguinte.

6.11.11 Agendas e Estruturação da Execução Assistencial

6.11.11.1 A solução deverá permitir a estruturação das agendas dos procedimentos orçados por competência, conectando a programação da oferta ao processo real de marcação e utilização das vagas.

6.11.11.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. seleção da unidade executora ou multifunção;
- ii. abertura de nova agenda;
- iii. definição da competência;
- iv. associação da agenda a procedimento e profissional;
- v. registro de recomendações que componham o comprovante;
- vi. montagem da agenda por data específica ou por competência;
- vii. inclusão de múltiplas datas na mesma agenda;
- viii. definição de turno e quantidade de atendimentos por data.

6.11.12 Solicitações, Fila de Espera e Vagas Iminentes

6.11.12.1 A solução deverá apoiar a gestão dinâmica da demanda por meio da organização de solicitações, fila de espera e vagas disponíveis, fortalecendo a regulação operacional cotidiana e o aproveitamento da capacidade instalada.

6.11.12.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. visualização das solicitações já lançadas pela unidade;
- ii. abertura de nova solicitação;
- iii. registro da data da solicitação e do profissional solicitante;
- iv. escolha do procedimento desejado;
- v. classificação da prioridade clínica;
- vi. busca direta por vaga no momento da solicitação;
- vii. marcação imediata quando houver disponibilidade;
- viii. envio para fila de espera quando não houver vaga ou cota;
- ix. visualização da fila por paciente, por procedimento ou por vagas disponíveis;
- x. aproveitamento de vagas iminentes nas próximas 48 horas, quando parametrizado;
- xi. marcação de pacientes que estavam aguardando em fila.

6.11.13 Autorizações, Confirmações e Controle da Execução

6.11.13.1 A solução deverá contemplar fluxos de autorização prévia e confirmação posterior da execução do atendimento, quando tais mecanismos forem adotados pela contratante para determinados procedimentos ou especialidades.

6.11.13.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. ativação ou desativação do fluxo de autorização;
- ii. definição dos procedimentos sujeitos à análise;
- iii. listagem das solicitações aguardando autorização;
- iv. análise por profissional autorizador;
- v. deferimento ou indeferimento dos pedidos;
- vi. visualização dos casos já avaliados;
- vii. confirmação da realização do atendimento marcado;
- viii. cancelamento de marcações;
- ix. utilização de código de verificação no controle da execução, quando configurado;
- x. consolidação da produção apenas para atendimentos confirmados.

6.11.14 Histórico, Relatórios, Indicadores e BPA

6.11.14.1 A solução deverá apoiar a gestão da central de marcação por meio da disponibilização de histórico, relatórios, indicadores e produção consolidada, favorecendo acompanhamento gerencial, auditoria e tomada de decisão.

6.11.14.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. histórico de lançamentos por paciente;
- ii. detalhamento por procedimento, CID, classificação e situação;
- iii. relatórios operacionais do sistema;
- iv. gráficos de utilização da plataforma;
- v. geração automática de BPA;
- vi. produção em formatos BPA-C e BPA-I, quando aplicável;
- vii. demonstração prévia da produção em tela;
- viii. exportação de arquivo para importação no SIA;
- ix. vinculação da produção apenas aos atendimentos confirmados.

6.11.15 Comunicação com o Paciente e Configurações Operacionais Complementares

6.11.15.1 A solução deverá contemplar recursos complementares de comunicação com o paciente e parametrização do fluxo, com vistas a apoiar organização ativa do acesso, redução de ociosidade das vagas e melhoria da gestão operacional.

6.11.15.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. envio de mensagens de lembrete ao paciente;
- ii. envio de mensagens para confirmação de presença;

- iii. definição do período de antecedência do lembrete;
- iv. possibilidade de resposta do paciente por mecanismo parametrizado;
- v. recebimento de notificação interna pela central;
- vi. cancelamento da marcação a partir da resposta do paciente, quando configurado;
- vii. configuração da obrigatoriedade de autorização;
- viii. configuração do uso de código de verificação;
- ix. configuração da validação prévia de agendas.

6.11.16 Resultados Esperados

6.11.16.1 A solução deverá contribuir para o alcance dos seguintes resultados operacionais e gerenciais, sem prejuízo de outros resultados a serem exigidos contratualmente e aferidos na Prova de Conceito:

- i. maior organização do fluxo de acesso a exames, consultas e procedimentos especializados;
- ii. ampliação da transparência e rastreabilidade da fila de espera;
- iii. melhor distribuição da oferta entre unidades e municípios pactuados;
- iv. fortalecimento do controle sobre agendas, cotas e execução assistencial;
- v. redução de fragmentação entre solicitação, marcação, confirmação e produção;
- vi. melhoria da capacidade gerencial de acompanhamento da central de marcação;
- vii. qualificação das informações para planejamento, regulação e tomada de decisão.

6.12 SISTEMA DE GESTÃO HOSPITALAR E PRONTUÁRIO ELETRÔNICO PARA UNIDADES HOSPITALARES, PRONTO ATENDIMENTO E SERVIÇOS AMBULATORIAIS

6.12.1 Descrição da Solução

Trata-se de sistema de gestão hospitalar e prontuário eletrônico para unidades hospitalares, pronto atendimento e serviços ambulatoriais, compreendendo seu fornecimento, implantação, configuração, disponibilização, suporte e manutenção, destinado à integração dos fluxos clínicos, assistenciais, laboratoriais, farmacêuticos, documentais e administrativos das unidades de saúde abrangidas pela contratação, por meio de plataforma web apta a estruturar, em ambiente único, o fluxo do paciente desde a recepção e classificação de risco até o atendimento clínico, a internação, a dispensação farmacêutica, os exames laboratoriais, a gestão documental do prontuário e a consolidação gerencial e produtiva da unidade, de modo a apoiar, de forma articulada com a rotina assistencial, administrativa e gerencial, a recepção e o cadastro de pacientes, a triagem, os módulos clínicos por perfil profissional, o ambulatório, a enfermaria, a internação e gestão de leitos, a farmácia hospitalar, o laboratório, o SAME digital, a administração institucional, a produção assistencial, o faturamento e os relatórios, funcionando como ambiente integrado de registro e gestão do cuidado em torno do prontuário eletrônico do paciente.

6.12.2 Finalidade da Contratação

6.12.2.1 A contratação tem por finalidade disponibilizar à gestão municipal solução tecnológica apta a organizar o fluxo do paciente dentro da unidade, padronizar o registro assistencial entre diferentes profissionais, integrar prontuário, prescrição, evolução e procedimentos, estruturar a internação e apoiar a gestão clínica, administrativa e documental das unidades hospitalares, de pronto atendimento e ambulatoriais.

6.12.2.2 A solução deverá atender às seguintes finalidades operacionais e gerenciais, sem caráter exaustivo, observadas as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. organizar o fluxo do paciente dentro da unidade;
- ii. padronizar o registro assistencial entre diferentes profissionais;
- iii. integrar prontuário, prescrição, evolução e procedimentos;
- iv. estruturar a internação e o acompanhamento em enfermaria;
- v. controlar dispensação de medicamentos e exames laboratoriais;
- vi. consolidar documentos clínicos e administrativos;
- vii. apoiar a produção assistencial e hospitalar;
- viii. fortalecer a rastreabilidade do cuidado e a composição formal do prontuário;
- ix. gerar informações gerenciais para apoio à tomada de decisão.

6.12.3 Capacidades Gerais Esperadas

6.12.3.1 A solução deverá contemplar as seguintes capacidades, sem prejuízo de outras funcionalidades, integrações, parâmetros operacionais e requisitos a serem exigidos neste Termo de Referência e aferidos na Prova de Conceito:

- i. autenticação individual de usuários com rastreabilidade dos registros;
- ii. controle de acesso por perfil profissional;
- iii. painel inicial com visão resumida do movimento assistencial;
- iv. organização modular por categoria profissional e por setor;
- v. cadastro de pacientes, profissionais, consultórios, fornecedores e estabelecimento;
- vi. recepção com registro de atendimento e encaminhamento interno;
- vii. classificação de risco manual e automática;
- viii. módulos assistenciais para enfermagem, médico e equipe multiprofissional;
- ix. gestão de ambulatório, internação, enfermaria e leitos;
- x. prontuário eletrônico integrado entre os setores;
- xi. prescrição, evolução, anotação e alta assistencial;
- xii. farmácia com inventário, entradas, saídas, dispensação e controle de estoque;
- xiii. laboratório com requisição, coleta, processamento, liberação de laudos e integração assistencial;
- xiv. SAME digital com busca e reimpressão de documentos;
- xv. apoio à produção assistencial e ao faturamento do SUS;
- xvi. emissão de formulários, relatórios e indicadores operacionais e gerenciais.

6.12.4 Requisitos Funcionais

6.12.4.1 A solução deverá contemplar as seguintes funcionalidades, sem caráter exaustivo e em articulação com as demais exigências funcionais, técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência e na Prova de Conceito:

- i. login individual de profissionais cadastrados;
- ii. redefinição de senha no primeiro acesso, quando aplicável;
- iii. controle de permissões por perfil profissional;
- iv. painel inicial com atalhos operacionais;
- v. cadastro e busca avançada de pacientes;
- vi. cadastro de profissionais, consultórios, fornecedores, estabelecimento e medicamentos;
- vii. registro de recepção, tipo e modalidade de atendimento;
- viii. encaminhamento do paciente para triagem ou outros fluxos internos;
- ix. classificação de risco manual e automática;
- x. chamada de pacientes em integração com painel de chamados;
- xi. registro estruturado da triagem clínica;
- xii. módulos de ambulatório, enfermaria e consultório;
- xiii. prescrição, evolução, anotações e procedimentos de enfermagem;
- xiv. prescrição médica, atestados, relatórios clínicos e internação;
- xv. funcionalidades multiprofissionais de consulta, exame, receituário e agendamento;
- xvi. mapa de leitos, internação, troca de leito e alta;
- xvii. farmácia com estoque, inventário, dispensação e relatórios;
- xviii. laboratório com requisição, coleta, resultados, laudos e encaminhamento externo;
- xix. SAME digital com busca de prontuários e reimpressão de documentos;
- xx. formulários institucionais e documentos pré-preenchidos;
- xxi. relatórios assistenciais, administrativos e financeiros.

6.12.5 Controle de Acesso, Rastreabilidade e Uso por Perfil Profissional

6.12.5.1 A solução deverá estruturar o acesso ao sistema conforme o papel desempenhado por cada profissional na unidade, assegurando responsabilização, rastreabilidade e segurança no uso do prontuário eletrônico e dos módulos administrativos.

6.12.5.2 Para essa finalidade, a solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. autenticação individual dos profissionais;
- ii. definição de perfis de acesso compatíveis com a função exercida;
- iii. disponibilização de menus e módulos conforme a categoria profissional;
- iv. vinculação dos registros ao usuário responsável;
- v. rastreabilidade dos atos assistenciais e administrativos realizados no sistema.

6.12.6 Recepção, Cadastro do Paciente e Entrada no Fluxo Assistencial

6.12.6.1 A solução deverá organizar a porta de entrada da unidade a partir do módulo de recepção e cadastro do paciente, assegurando alimentação adequada dos demais fluxos assistenciais, administrativos e de faturamento.

6.12.6.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. busca de pacientes já cadastrados;
- ii. cadastro de novos pacientes;
- iii. registro de dados pessoais e de responsáveis;
- iv. inclusão de pacientes não identificados e recém-nascidos;
- v. atualização posterior de dados para fins assistenciais e de faturamento;
- vi. classificação do tipo e da modalidade do atendimento;
- vii. encaminhamento do paciente para classificação de risco, consultório, enfermagem ou outros fluxos internos;
- viii. impressão de ficha de atendimento.

6.12.7 Classificação de Risco e Triagem Clínica Estruturada

6.12.7.1 A solução deverá estruturar a classificação de risco como etapa formal do pronto atendimento, qualificando o acolhimento, a priorização clínica e o direcionamento do paciente dentro da unidade ou para outros pontos da rede.

6.12.7.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. visualização da fila de pacientes encaminhados para triagem;
- ii. chamada do paciente com apoio de painel;
- iii. registro estruturado da triagem clínica;
- iv. lançamento de sinais vitais, alergias, dados gestacionais, antropometria e comorbidades;
- v. classificação de risco manual por cores;
- vi. classificação automática baseada em protocolo ministerial, quando adotada;
- vii. uso de descritores clínicos por grupos assistenciais;
- viii. identificação de situações de baixa complexidade;
- ix. encaminhamento do paciente após a classificação;
- x. geração de ficha de acompanhamento para unidade de referência, quando aplicável.

6.12.8 Módulo de Enfermagem, Ambulatório e Enfermaria

6.12.8.1 A solução deverá apoiar a atuação transversal da enfermagem e a continuidade documental do cuidado entre ambulatório, internação e enfermaria, fortalecendo o caráter assistencial e documental do prontuário eletrônico.

6.12.8.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. visualização de pacientes em ambulatório;
- ii. acesso aos procedimentos prescritos por outros profissionais;
- iii. checagem da realização ou da não realização de medicamentos e procedimentos;

- iv. lançamento de procedimentos executados;
- v. possibilidade de internação a partir do ambulatório;
- vi. seleção de leito a partir de mapa visual;
- vii. continuidade documental da internação pela enfermaria;
- viii. registro de desfecho do atendimento ambulatorial;
- ix. visualização do mapa de quartos e lista de internados;
- x. admissão de enfermagem com exame físico estruturado;
- xi. prescrição e evolução de enfermagem com validade temporal;
- xii. repetição, impressão e exclusão controlada de registros;
- xiii. anotações de enfermagem com sinais vitais;
- xiv. impressão documental para composição do prontuário;
- xv. alta de enfermaria com motivo, data e horário;
- xvi. bloqueios operacionais quando faltarem informações obrigatórias do internamento.

6.12.9 Módulos Clínicos, Consultório e Evolução Multiprofissional

6.12.9.1 A solução deverá apoiar o trabalho médico e multiprofissional no consultório, no ambulatório e na enfermaria, integrando o atendimento clínico à continuidade do cuidado nos demais setores da unidade.

6.12.9.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. visualização da fila de pacientes em espera;
- ii. consulta à triagem e ao histórico do paciente;
- iii. abertura formal do atendimento clínico;
- iv. registro de anamnese, exame físico, conduta e desfecho;
- v. prescrição de medicamentos e procedimentos ambulatoriais;
- vi. emissão de relatórios clínicos, atestados e documentos de comparecimento;
- vii. solicitação de exames e procedimentos;
- viii. agendamento por profissionais de nível superior, quando aplicável;
- ix. registro de procedimentos multiprofissionais;
- x. evolução multiprofissional na internação;
- xi. impressão, repetição e exclusão controlada da evolução;
- xii. registro de internação a partir do consultório.

6.12.10. Internação, Leitos e Continuidade do Cuidado Hospitalar

6.12.10.1 A solução deverá organizar a internação e a permanência do paciente em leito de forma integrada ao prontuário eletrônico, promovendo continuidade assistencial entre consultório, ambulatório, enfermaria, farmácia, laboratório e SAME.

6.12.10.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. visualização do mapa de quartos e leitos;
- ii. distinção entre leitos livres e ocupados;
- iii. seleção de leito no momento da internação;
- iv. acompanhamento da lista de internados;
- v. troca de leito;
- vi. acesso ao prontuário do internado;
- vii. registro de evolução e procedimentos durante a internação;
- viii. alta com fechamento documental da permanência hospitalar.

6.12.11 Farmácia Hospitalar, Estoque e Dispensação

6.12.11.1 A solução deverá contemplar módulo de farmácia voltado ao controle de estoque e à dispensação ambulatorial e hospitalar, integrando a gestão de medicamentos ao cuidado do paciente e à rastreabilidade do consumo.

6.12.11.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de fornecedores, medicamentos e insumos;
- ii. inventário inicial e inventários subsequentes;
- iii. registro de entradas e saídas;
- iv. dispensação por paciente em ambulatório e enfermaria;
- v. inclusão manual de itens quando a prescrição não estiver informatizada;
- vi. confirmação da saída com lote, quantidade e profissional responsável;
- vii. consolidação da dispensação;
- viii. visualização do estoque atual;
- ix. controle de estoque mínimo;
- x. monitoramento de validade;
- xi. gestão de pedidos e pendências;
- xii. emissão de relatórios e indicadores de consumo.

6.12.12 Laboratório, Requisições, Coleta, Resultados e Laudos

6.12.12.1 A solução deverá contemplar módulo laboratorial estruturado para apoiar desde a requisição até a liberação do resultado, incorporando os exames ao histórico clínico do paciente e ao fluxo diagnóstico da unidade.

6.12.12.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. cadastro de unidades vinculadas, bioquímicos e exames;
- ii. associação de exames à tabela SIGTAP, quando aplicável;
- iii. definição de nomenclatura e valores de referência;
- iv. criação de requisições laboratoriais;
- v. integração com solicitações oriundas da recepção e da enfermaria;

- vi. confirmação de presença do paciente;
- vii. registro de coleta individual ou coletiva;
- viii. lançamento, edição e conferência de resultados;
- ix. descarte de amostras e nova coleta;
- x. impressão e liberação de laudos;
- xi. confirmação de entrega do exame;
- xii. encaminhamento parcial ou total para laboratório externo, quando aplicável.

6.12.13 SAME Digital, Prontuário Eletrônico e Gestão Documental

6.12.13.1 A solução deverá contemplar SAME digital como ambiente de organização do histórico assistencial e documental do paciente, reforçando o papel do sistema como base do prontuário eletrônico e da memória assistencial da unidade.

6.12.13.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. armazenamento dos atendimentos ambulatoriais e hospitalares;
- ii. busca avançada de prontuários;
- iii. reimpressão de documentos clínicos;
- iv. acesso a resultados laboratoriais liberados;
- v. disponibilização de documentos de enfermagem, prescrições, relatórios e formulários;
- vi. composição do prontuário com registros que exijam assinatura e carimbo físico, quando aplicável.

6.12.14 Produção Assistencial, Faturamento SUS e Apoio Administrativo

6.12.14.1 A solução deverá apoiar dimensões administrativas e de consolidação da produção da unidade, conectando o registro assistencial à gestão institucional, ao faturamento e ao acompanhamento da programação orçamentária.

6.12.14.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. apoio à produção ambulatorial e hospitalar;
- ii. organização de fluxos compatíveis com BPA e SISAIH01, quando aplicável;
- iii. cadastro de programação orçamentária;
- iv. comparação entre programação e produção;
- v. registro de despesas e contratos;
- vi. importação de dados legados, quando aplicável;
- vii. cadastro de pacotes de serviços;
- viii. formulários e tabelas auxiliares institucionais.

6.12.15 Indicadores, Relatórios e Apoio Gerencial

6.12.15.1 A solução deverá apoiar a gestão da unidade por meio da disponibilização de indicadores, relatórios e documentos operacionais, favorecendo planejamento, monitoramento e gestão assistencial e administrativa.

6.12.15.2 A solução deverá contemplar funcionalidades relacionadas a:

- i. relatórios operacionais por módulo;
- ii. relatórios assistenciais da produção da unidade;
- iii. relatórios administrativos;
- iv. relatórios específicos da farmácia;
- v. relatórios específicos do laboratório;
- vi. relatórios clínicos e evoluções multiprofissionais;
- vii. documentos de enfermagem que compõem formalmente o prontuário.

6.12.16 Resultados Esperados

6.12.16.1 A solução deverá contribuir para o alcance dos seguintes resultados operacionais e gerenciais, sem prejuízo de outros resultados a serem exigidos contratualmente e aferidos na Prova de Conceito:

- i. maior organização do fluxo assistencial e administrativo das unidades;
- ii. ampliação da integração entre recepção, triagem, atendimento clínico, internação, farmácia, laboratório e SAME;
- iii. melhor padronização do registro assistencial entre diferentes profissionais;
- iv. fortalecimento da continuidade do cuidado e da composição formal do prontuário eletrônico;
- v. melhoria da capacidade gerencial de acompanhamento da produção, do faturamento e da operação hospitalar e ambulatorial;
- vi. qualificação das informações para planejamento, monitoramento e tomada de decisão.

6.13 PREVISÃO DE HORAS TÉCNICAS PARA CUSTOMIZAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE SOFTWARE, EXCETO E-SUS PEC

Trata-se de previsão estimativa e facultativa de horas técnicas destinadas à eventual execução de customizações, adequações específicas, evoluções pontuais e ajustes funcionais nas soluções de software contratadas, excetuado o e-SUS PEC, a serem utilizadas exclusivamente mediante solicitação e autorização formal da contratante, após análise de pertinência, viabilidade técnica, compatibilidade com o objeto e razoabilidade do esforço estimado, sem se confundir com serviços ordinários de parametrização, suporte técnico, manutenção corretiva, manutenção preventiva ou atualização rotineira das soluções fornecidas.

6.13.1 Disposição geral

Além dos serviços ordinários de disponibilização, implantação, suporte técnico, manutenção corretiva e manutenção preventiva das soluções de software fornecidas no âmbito da presente contratação, poderá ser prevista, a critério da

contratante, quantidade estimada de horas técnicas destinada à eventual execução de customizações, adequações específicas, evoluções pontuais e ajustes funcionais das soluções contratadas, excetuado o e-SUS PEC.

6.13.2 Natureza facultativa da contratação

A previsão de horas técnicas de que trata esta subseção possui natureza meramente estimativa e facultativa, não gerando obrigação de contratação mínima, contratação automática, utilização compulsória ou execução imediata pela contratante.

6.13.3 Condicionamento à decisão da contratante

A utilização das horas técnicas previstas nesta subseção somente ocorrerá caso a contratante, após avaliação de sua necessidade administrativa, operacional ou funcional, entenda conveniente a contratação da customização pretendida.

6.13.4 Condicionamento à análise da solução apresentada

A contratação de horas técnicas para customização dependerá, ainda, da análise, pela contratante, da solução proposta para atendimento da demanda apresentada, inclusive quanto à sua adequação ao interesse público, à compatibilidade com o objeto contratado, à pertinência funcional, à viabilidade técnica e à razoabilidade do esforço estimado para implementação.

6.13.5 Exclusão expressa do e-SUS PEC

A previsão de horas técnicas de que trata esta subseção não se aplica ao e-SUS PEC, considerando tratar-se de sistema disponibilizado pelo Governo Federal, cuja arquitetura, regras nativas, estrutura funcional e evolução tecnológica não se encontram sob gestão da contratada, nem integram o objeto de customização desta contratação.

6.13.6 Finalidade da previsão de horas

A previsão de horas para customização tem por finalidade permitir, quando expressamente decidido pela contratante, o atendimento de necessidades específicas relacionadas às soluções de software fornecidas no âmbito desta contratação, quando tais necessidades não puderem ser supridas exclusivamente por parametrização, configuração operacional, suporte técnico, manutenção ordinária ou uso das funcionalidades padrão já disponíveis.

6.13.7 Conceito de customização

Para os fins desta contratação, considera-se customização toda intervenção técnica que implique alteração, adaptação, extensão, adequação funcional ou implementação específica em solução de software fornecida pela contratada, voltada ao atendimento de necessidade particular da contratante, sem que isso se confunda com:

i. parametrização;

- ii. configuração operacional;
- iii. suporte técnico ordinário;
- iv. manutenção corretiva;
- v. manutenção preventiva;
- vi. atualização rotineira da solução.

6.13.8 Escopo possível das horas de customização

As horas técnicas previstas nesta subseção poderão ser utilizadas, quando cabível e desde que aprovadas pela contratante, para:

- i. adequação de fluxos operacionais específicos da contratante;
- ii. criação, alteração ou ampliação de campos, formulários, telas, filtros, relatórios, painéis, regras funcionais ou mecanismos de processamento, quando tecnicamente viáveis;
- iii. desenvolvimento de integrações complementares ou ajustes em integrações existentes, desde que vinculados às soluções contratadas e compatíveis com a arquitetura disponível;
- iv. implementação de melhorias funcionais específicas demandadas pela contratante;
- v. outras adaptações técnicas diretamente relacionadas ao objeto contratado, desde que não descaracterizem a natureza da solução fornecida.

6.13.9 Natureza não automática da execução

A mera previsão de horas técnicas para customização não gera obrigação de execução automática, irrestrita ou indeterminada de quaisquer demandas apresentadas pela contratante, ficando cada eventual contratação sujeita à conveniência administrativa, à análise técnica e à aprovação formal do escopo correspondente.

6.13.10 Condicionamento à análise técnica prévia

Toda demanda de customização deverá ser submetida à análise técnica prévia, com a finalidade de verificar:

- i. aderência ao objeto contratado;
- ii. viabilidade técnica de implementação;
- iii. impacto funcional, tecnológico e operacional;
- iv. estimativa de esforço em horas técnicas;
- v. eventuais dependências, restrições ou riscos associados;
- vi. adequação da solução proposta à necessidade apresentada pela contratante.

6.13.11 Condicionamento à autorização formal da contratante

A execução de customizações dependerá de solicitação específica da contratante e de aprovação expressa, pela Administração, do escopo, da solução proposta, da estimativa de horas, das condições de execução e, quando cabível, da priorização da demanda em relação às demais necessidades contratuais.

6.13.12 Limite material das customizações

As customizações previstas nesta subseção deverão guardar pertinência com as soluções efetivamente contratadas e com

- a finalidade institucional do objeto, não abrangendo:
- i. desenvolvimento de sistema autônomo distinto da solução originalmente fornecida;
 - ii. reconstrução integral de módulos;
 - iii. alteração que descaracterize o produto contratado;
 - iv. atendimento de demandas sem relação direta com o objeto;
 - v. intervenções em sistemas de terceiros não abrangidos pela contratação;
 - vi. customizações incidentes sobre o e-SUS PEC.

6.13.13 Estimativa e controle de consumo das horas

A contratada deverá apresentar, para cada demanda de customização, estimativa de horas acompanhada de descrição suficiente da solução proposta, de modo a permitir à contratante a avaliação de conveniência, prioridade, adequação técnica e consumo do saldo eventualmente disponível.

6.13.14 Registro e rastreabilidade

A execução das horas de customização deverá ser registrada de forma individualizada, contendo, no mínimo:

- i. identificação da demanda;
- ii. descrição sintética da customização;
- iii. solução proposta para atendimento;
- iv. estimativa de horas aprovada;
- v. quantitativo de horas efetivamente executadas;
- vi. período de execução;
- vii. resultado entregue;
- viii. situação de validação ou aceite.

6.13.15 Testes e validação

Toda customização implementada deverá ser submetida a testes compatíveis com sua natureza e, quando aplicável, à validação da contratante, antes de sua liberação definitiva para uso.

6.13.16 Documentação mínima

As customizações executadas deverão ser acompanhadas de documentação mínima compatível com sua complexidade, contemplando,

		quando		aplicável:
i.	objetivo	da		alteração;
ii.	descrição	funcional	da	implementação;
iii.		solução		adotada;
iv.	eventuais	impactos	sobre	rotinas existentes;
v.	orientações	de	uso,	quando necessárias;
vi.	registro da entrega realizada.			

6.13.17 Inexistência de direito à franquia irrestrita

A previsão de banco de horas para customização não assegura à contratante direito à utilização irrestrita, ilimitada ou desvinculada do objeto contratual, devendo toda utilização observar pertinência temática, disponibilidade contratual, viabilidade técnica, adequação da solução proposta e autorização formal da Administração.

6.13.18 Vedação de enquadramento indevido

Não serão contabilizadas como horas de customização as atividades que constituam obrigação ordinária da contratada relativas à correção de falhas, manutenção corretiva, manutenção preventiva, suporte técnico, atualização rotineira, restabelecimento do funcionamento regular das soluções fornecidas ou qualquer outra medida necessária à preservação das condições normais de uso do objeto contratado.

6.13.19 Horas não utilizadas

O instrumento convocatório ou o contrato poderá definir a forma de utilização, vigência, eventual renovação, compensação ou perda das horas técnicas não utilizadas no período contratual, conforme a modelagem adotada pela Administração.

6.13.20 Integração com as demais obrigações contratuais

As customizações de que trata esta subseção possuem natureza acessória e eventual, condicionada à decisão da contratante, e não substituem nem reduzem as obrigações ordinárias da contratada relativas ao fornecimento, implantação, suporte técnico e manutenção das soluções contratadas.

7. DIRETRIZES GERAIS PARA O FORNECIMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE SOFTWARE

7.1 Disposição Geral de Aplicação das Diretrizes

As diretrizes gerais estabelecidas nesta seção aplicam-se ao conjunto das soluções de software abrangidas pela presente contratação, no que forem compatíveis com a natureza de cada item, módulo, sistema, serviço ou componente contratado. Parágrafo único. As disposições desta seção possuem caráter geral e complementar, não excluindo, restringindo ou substituindo requisitos técnicos, funcionais, operacionais, de desempenho, segurança, implantação, integração, suporte, capacitação, manutenção, hospedagem, proteção de dados, níveis de serviço, prova de conceito, critérios de medição, aceite ou quaisquer outras exigências específicas previstas neste Termo de Referência, em seus anexos e demais documentos que integrem a contratação.

7.1.2 Regra de Compatibilização

Em caso de coexistência entre diretrizes gerais e disposições específicas constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as disposições específicas sobre o tema correspondente, sem prejuízo da aplicação subsidiária e complementar das diretrizes gerais no que não houver incompatibilidade.

7.2 Licença de Uso

7.2.1 Sem prejuízo dos requisitos específicos de licenciamento previstos para cada solução contratada, a contratada deverá assegurar à contratante, durante toda a vigência contratual, o direito de uso das soluções contratadas, em condições compatíveis com o objeto, com os quantitativos previstos, com os perfis de usuários autorizados e com as necessidades operacionais da Administração.

7.2.2 A licença de uso deverá abranger o acesso, a utilização e a operação regular das soluções, de seus módulos, funcionalidades, ambientes, rotinas, integrações e componentes necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2.3 A licença de uso deverá compreender, conforme aplicável à natureza das soluções contratadas:

- i. acesso aos ambientes de produção e demais ambientes disponibilizados para uso da contratante;
- ii. utilização das funcionalidades, módulos e recursos previstos na contratação;
- iii. utilização por usuários, perfis, unidades, equipes, setores ou áreas autorizadas pela contratante;
- iv. uso das integrações, canais, serviços acessórios, painéis, relatórios, rotinas, mecanismos de comunicação e demais componentes previstos no escopo contratado;
- v. disponibilização de atualizações, correções e ajustes necessários ao funcionamento das soluções durante a vigência contratual.

7.2.4 A licença de uso deverá ser disponibilizada sem imposição de restrições incompatíveis com a natureza institucional da contratação, devendo permitir o uso regular das soluções pela contratante, nos limites quantitativos e qualitativos definidos no instrumento contratual.

7.2.5 Não poderá haver bloqueio indevido de funcionalidades, módulos, acessos, integrações ou recursos necessários ao funcionamento das soluções durante a vigência contratual, desde que compreendidos no objeto contratado.

7.2.6 Quando a solução envolver licenciamento por usuário, perfil, unidade, módulo, volume de uso, canal, equipamento ou outro critério de mensuração, a contratada deverá explicitar de forma objetiva as condições de licenciamento aplicáveis, de modo a assegurar clareza quanto ao escopo efetivamente disponibilizado à contratante.

7.2.7 A contratada deverá garantir que a licença de uso abranja os elementos tecnológicos indispensáveis ao funcionamento regular das soluções contratadas, inclusive quando houver dependência de componentes complementares, serviços de apoio, bibliotecas, módulos auxiliares, painéis administrativos, conectores, APIs ou outros recursos integrados.

7.2.8 A licença de uso deverá permanecer válida e ativa durante toda a vigência contratual, observadas as condições pactuadas, cabendo à contratada adotar as medidas necessárias para evitar suspensão, expiração, limitação indevida ou interrupção do direito de uso da contratante.

7.2.9 A contratada deverá assegurar que o licenciamento das soluções não imponha à contratante dependência tecnológica incompatível com o uso institucional do objeto, nem restrições indevidas à operação, à continuidade do serviço, à extração de dados, à integração com outros ambientes ou à transição contratual, quando necessária.

7.2.10 O término da vigência contratual não afastará o dever da contratada de assegurar à contratante, nos termos previstos neste Termo de Referência, os meios necessários à extração, portabilidade, recuperação e entrega dos dados produzidos durante a execução contratual.

7.2.11 A licença de uso deverá contribuir para a utilização contínua, segura e funcional das soluções contratadas, observadas as necessidades institucionais da contratante e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.3 Suporte Técnico

7.3.1 Sem prejuízo dos requisitos específicos de atendimento, cobertura, criticidade, níveis de serviço ou canais eventualmente previstos para determinada solução contratada, a contratada deverá disponibilizar serviço de suporte técnico destinado ao recebimento, registro, acompanhamento, tratamento e resolução de dúvidas, incidentes, falhas, solicitações operacionais e demais demandas relacionadas às soluções contratadas.

7.3.2 O suporte técnico deverá ser disponibilizado por canais formais e permanentes de atendimento, contemplando, obrigatoriamente:

- i. atendimento telefônico por meio de número 0800;
- ii. atendimento por WhatsApp;

- iii. atendimento por correio eletrônico (e-mail);
- iv. sistema eletrônico de atendimento para registro, controle, acompanhamento e gestão de chamados e tickets.

7.3.3 O sistema de atendimento e gestão de chamados deverá permitir:

- i. abertura de chamados pela contratante;
- ii. geração de número ou identificador único para cada solicitação;
- iii. registro da data e hora de abertura;
- iv. classificação da demanda por tipo, assunto, categoria, criticidade ou prioridade;
- v. acompanhamento do andamento do ticket pela contratante;
- vi. registro das tratativas realizadas;
- vii. indicação do status da solicitação;
- viii. registro da data e hora de encerramento;
- ix. manutenção do histórico dos chamados abertos e concluídos.

7.3.4 A contratada deverá assegurar que as demandas encaminhadas por telefone, WhatsApp ou e-mail sejam formalmente registradas no sistema de tickets, de modo a garantir rastreabilidade, controle do atendimento e histórico das ocorrências.

7.3.5 O suporte técnico deverá ser prestado por equipe apta a orientar a contratante quanto ao uso das soluções, registrar ocorrências, propor encaminhamentos, executar tratativas técnicas e acompanhar a resolução das demandas até sua conclusão.

7.3.6 O atendimento deverá contemplar, conforme aplicável:

- i. esclarecimento de dúvidas operacionais;
- ii. orientação quanto ao uso das funcionalidades contratadas;
- iii. registro e tratamento de incidentes e falhas;
- iv. acompanhamento de indisponibilidades, erros e inconsistências;
- v. encaminhamento de demandas para manutenção corretiva, preventiva ou evolutiva, quando cabível;
- vi. retorno à contratante sobre o andamento e a solução adotada.

7.3.7 O suporte técnico deverá ser prestado com base no horário oficial de Brasília/DF, observados os seguintes regimes de atendimento:

- i. atendimento regular, em dias úteis, no horário comercial, para recebimento, registro, acompanhamento e tratamento das demandas ordinárias;
- ii. regime de sobreaviso, fora do horário comercial, aos fins de semana e feriados, destinado ao atendimento de ocorrências críticas ou de alto impacto que comprometam a continuidade da operação ou funcionalidade essencial das soluções contratadas.

7.3.8 Para fins desta contratação, considera-se horário comercial, pelo horário oficial de Brasília/DF, o período compreendido entre 8h e 18h, em dias úteis.

7.3.9 O regime de sobreaviso deverá assegurar disponibilidade de equipe técnica apta a receber, registrar, analisar, atender e dar encaminhamento imediato às ocorrências críticas comunicadas pela contratante fora do horário comercial, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

7.3.10 Para fins de atendimento e tratamento das demandas, os chamados deverão ser classificados, no mínimo, nas seguintes categorias de criticidade:

- i. Crítico: indisponibilidade total da solução, falha que impeça a execução de funcionalidade essencial, comprometimento grave da operação ou incidente que afete de forma relevante a continuidade do serviço;
- ii. Alto: falha relevante que comprometa parcialmente a operação, com impacto significativo sobre usuários, unidades, fluxos ou funcionalidades importantes, sem interrupção total da solução;
- iii. Médio: falha ou inconsistência com impacto moderado, que permita continuidade parcial da operação por meio alternativo ou solução paliativa;
- iv. Baixo: dúvidas operacionais, ajustes não urgentes, incidentes de baixo impacto ou solicitações sem comprometimento relevante da operação.

7.3.11 A contratada deverá observar os seguintes prazos máximos de atendimento inicial e solução, contados a partir do registro do chamado no sistema de tickets:

- | | | |
|------|--|----------|
| i. | Chamado | Crítico: |
| a) | atendimento inicial em até 1 (uma) hora, em qualquer dia e | horário; |
| b) | solução ou disponibilização de contorno operacional em até 8 (oito) horas. | |
| ii. | Chamado | Alto: |
| a) | atendimento inicial em até 4 (quatro) horas | úteis; |
| b) | solução em até 24 (vinte e quatro) horas. | |
| iii. | Chamado | Médio: |
| a) | atendimento inicial em até 8 (oito) horas | úteis; |
| b) | solução em até 3 (três) dias úteis. | |
| iv. | Chamado | Baixo: |
| a) | atendimento inicial em até 1 (um) dia | útil; |
| b) | solução em até 5 (cinco) dias úteis. | |

7.3.12 Os chamados classificados como críticos poderão ser acionados pela contratante também no regime de sobreaviso, fora do horário comercial, aos fins de semana e feriados, devendo receber tratamento prioritário.

7.3.13 Para os fins desta contratação, considera-se atendimento inicial a manifestação formal da contratada com confirmação do registro do chamado, classificação da ocorrência, início da tratativa e indicação do responsável ou da equipe de atendimento.

7.3.14 Para os fins desta contratação, considera-se solução a correção definitiva da ocorrência ou, quando tecnicamente justificado, a adoção de medida de contorno efetiva que restabeleça a operação até a implementação da correção definitiva, com ciência da contratante.

7.3.15 Nos casos em que a solução definitiva depender de intervenção de maior complexidade técnica, integração com terceiros, atualização estrutural ou janela programada, a contratada deverá apresentar justificativa formal, informar as medidas de contorno adotadas e indicar prazo estimado para conclusão definitiva, sem prejuízo do restabelecimento da operação no menor tempo possível.

7.3.16 A contratada deverá manter histórico de atendimento e base de registro das solicitações apresentadas, de forma a permitir rastreabilidade, geração de relatórios, acompanhamento do desempenho do suporte e verificação das providências adotadas.

7.3.17 Os canais de suporte técnico deverão permanecer ativos e aptos ao uso durante toda a vigência contratual, devendo a contratada comunicar previamente à contratante qualquer alteração relevante em contatos, rotinas de atendimento, fluxo de abertura de tickets ou mecanismos de registro.

7.3.18 O suporte técnico deverá contribuir para a continuidade do uso das soluções, para a redução de indisponibilidades e para a adequada resolução das demandas apresentadas pela contratante.

7.4 Implantação das Soluções

7.4.1 Sem prejuízo das etapas, marcos, entregáveis, cronogramas e critérios de aceite especificamente definidos para cada solução, a implantação deverá ser realizada em articulação com a contratante, observadas a estrutura organizacional do Município, as rotinas administrativas, operacionais e assistenciais da rede, os perfis de usuário envolvidos, a infraestrutura tecnológica disponível e as necessidades específicas de cada área contemplada pela contratação.

7.4.2 A implantação deverá contemplar etapas compatíveis com a efetiva entrada em operação das soluções, incluindo:

- i. configuração inicial dos ambientes e módulos contratados;
- ii. parametrização das regras de negócio, perfis de acesso, fluxos operacionais e permissões de uso;
- iii. cadastro, vinculação ou organização inicial das estruturas institucionais, usuários, profissionais, unidades, estabelecimentos, perfis e demais elementos necessários ao funcionamento das soluções;
- iv. integração com bases de dados, sistemas, canais, equipamentos, serviços ou ambientes tecnológicos necessários à operação;
- v. definição e configuração dos fluxos de utilização, comunicação, registro, acompanhamento, controle e validação, conforme a natureza de cada solução;
- vi. habilitação dos recursos necessários ao funcionamento das soluções nos ambientes e pontos de uso definidos pela contratante;
- vii. realização de testes operacionais, funcionais e de consistência;

- viii. validação do funcionamento das soluções nos ambientes implantados;
- ix. correção de falhas, inconsistências ou incompatibilidades identificadas durante a implantação;
- x. alinhamento do uso das soluções às rotinas institucionais da contratante;
- xi. apoio à entrada em operação assistida, quando aplicável.

7.4.3 A implantação deverá ser planejada e executada de modo a assegurar aderência das soluções à realidade institucional da contratante, observadas as particularidades dos processos de trabalho, dos fluxos internos, das unidades envolvidas e dos diferentes perfis de usuários.

7.4.4 A contratada deverá assegurar que, ao término da implantação, as soluções estejam configuradas, acessíveis, validadas e aptas para uso nos ambientes definidos pela contratante, em condições adequadas de operação.

7.4.5 Quando a natureza da solução exigir, a implantação deverá contemplar também a configuração de integrações, dispositivos, canais de comunicação, mecanismos de autenticação, parâmetros documentais, regras de controle, rotinas de validação e demais elementos técnicos ou operacionais indispensáveis ao seu pleno funcionamento.

7.4.6 A implantação deverá ocorrer de forma a reduzir impactos na rotina dos serviços da contratante, devendo a contratada adotar as medidas necessárias para compatibilizar a entrada em operação das soluções com a continuidade das atividades institucionais.

7.5 Capacitação e Apoio ao Uso das Soluções

7.5.1 Sem prejuízo da carga horária, do público-alvo, da metodologia, da quantidade de turmas, do formato e dos demais requisitos específicos de capacitação definidos neste Termo de Referência para cada solução, a contratada deverá disponibilizar recursos de apoio à adoção das soluções e realizar capacitação inicial dos usuários, profissionais, gestores e demais agentes indicados pela contratante.

7.5.2 A capacitação deverá abranger conteúdos compatíveis com o perfil dos usuários e com a natureza das soluções contratadas, incluindo, conforme aplicável:

- i. acesso aos ambientes, módulos e funcionalidades disponibilizadas;
- ii. navegação nas interfaces e uso das funcionalidades operacionais;
- iii. utilização dos fluxos de trabalho, rotinas, registros, acompanhamentos, consultas e controles previstos nas soluções;
- iv. operação dos recursos de comunicação, interação, monitoramento, registro, validação e acompanhamento, quando aplicáveis;
- v. leitura e interpretação das informações, indicadores, alertas, relatórios, painéis e demais elementos de apoio à decisão;
- vi. utilização de integrações, dispositivos, canais, mecanismos complementares e recursos acessórios vinculados às soluções, quando aplicáveis;
- vii. boas práticas de uso no contexto das rotinas administrativas, operacionais e assistenciais da contratante.

7.5.3 A capacitação deverá ser organizada de forma compatível com os diferentes perfis de usuário previstos na contratação, observadas as atribuições, necessidades e níveis de acesso de cada público.

7.5.4 A contratada deverá disponibilizar materiais de apoio ao uso das soluções, incluindo, quando aplicável, manuais, guias operacionais, vídeos, tutoriais, conteúdos explicativos, perguntas frequentes e demais recursos que favoreçam orientação continuada, consulta autônoma e padronização da utilização.

7.5.5 Os materiais de apoio deverão ser disponibilizados em formato acessível aos usuários da contratante, podendo estar integrados ao ambiente das próprias soluções, em repositório eletrônico, área de ajuda, central de suporte ou outro meio tecnicamente adequado.

7.5.6 A contratada deverá assegurar que os conteúdos de capacitação e os materiais de apoio estejam alinhados às funcionalidades efetivamente disponibilizadas, às parametrizações adotadas para a contratante e às rotinas institucionais relacionadas ao uso das soluções.

7.5.7 Quando houver atualizações relevantes, alterações operacionais, inclusão de novas funcionalidades ou mudanças que impactem a forma de uso das soluções, a contratada deverá atualizar os materiais de apoio e, quando cabível, realizar orientação complementar aos usuários indicados pela contratante.

7.5.87. A capacitação e os recursos de apoio ao uso deverão contribuir para a redução de dificuldades operacionais, para a correta utilização das funcionalidades contratadas e para a efetiva incorporação das soluções ao cotidiano da contratante.

7.6 Requisitos Técnicos, Segurança, Rastreabilidade e Compatibilidade

7.6.1 Sem prejuízo dos requisitos técnicos específicos, funcionais, de interoperabilidade, desempenho, arquitetura, segurança da informação e proteção de dados estabelecidos para cada solução, as soluções contratadas deverão observar requisitos técnicos, operacionais e de segurança compatíveis com o ambiente institucional da contratante.

7.6.2 As soluções deverão contemplar características compatíveis com as seguintes exigências:

- i. operação em arquitetura web, quando compatível com a natureza da solução;
- ii. funcionamento em, ao menos, um navegador web de ampla utilização no mercado, observada a aderência ao ambiente tecnológico adotado pela contratante;
- iii. compatibilidade com computadores e, quando aplicável, dispositivos móveis;
- iv. comunicação segura por protocolo HTTPS ou tecnologia equivalente, com criptografia adequada;
- v. funcionamento compatível com os ambientes, equipamentos, canais e contextos de uso previstos pela contratante;
- vi. possibilidade de operação sem necessidade de instalação local complexa, ressalvados os componentes estritamente necessários ao funcionamento da solução;
- vii. compatibilidade com a infraestrutura tecnológica, os perfis de uso e as rotinas institucionais adotadas pela contratante.

7.6.3 As soluções deverão contemplar mecanismos de autenticação, controle de acesso e segregação de permissões compatíveis com os perfis operacionais definidos pela contratante, de modo a assegurar uso adequado das funcionalidades e proteção das informações processadas.

7.6.4 As soluções deverão contemplar, conforme aplicável à sua natureza e ao escopo contratado:

- i. autenticação individual dos usuários;
- ii. controle de acesso por perfil, função, área de atuação, unidade, equipe, território ou outro critério institucional pertinente;
- iii. restrição de visualização, edição, validação ou confirmação de informações conforme o nível de permissão atribuído;
- iv. mecanismos de rastreabilidade das ações realizadas no ambiente;
- v. trilha de auditoria de acessos, registros, alterações, integrações, validações e demais operações relevantes;
- vi. preservação da integridade, consistência e coerência dos registros processados;
- vii. proteção contra acesso indevido, exposição inadequada, alteração não autorizada, perda de rastreabilidade ou manipulação incompatível com o uso institucional da informação.

7.6.5 Quando houver integração com bases de dados, sistemas, equipamentos, canais ou serviços complementares, as soluções deverão assegurar compatibilidade técnica, registro das integrações realizadas, rastreabilidade das sincronizações e preservação da integridade dos dados envolvidos.

7.6.6 As soluções deverão operar de forma aderente aos fluxos institucionais da contratante, sem comprometer o funcionamento dos ambientes oficiais utilizados, sem impor barreiras desnecessárias ao trabalho dos usuários e sem criar incompatibilidades indevidas com a rotina administrativa, operacional ou assistencial.

7.6.7 Os mecanismos de segurança, rastreabilidade e governança da informação deverão contribuir para o controle do uso das soluções, para a responsabilização das ações realizadas, para a confiabilidade dos registros e para a redução de riscos relacionados ao uso indevido dos ambientes contratados.

7.6.8 Quando a natureza da solução exigir, deverão ser observados ainda requisitos complementares de compatibilidade com dispositivos, canais de comunicação, fluxos documentais, ambientes de atendimento, mecanismos de validação, integrações externas e demais componentes tecnológicos necessários ao seu pleno funcionamento.

7.7 Backup, Recuperação/Restauração e Reversibilidade dos Dados

7.7.1 Sem prejuízo de exigências específicas relacionadas a guarda, retenção, exportação, portabilidade, auditoria, continuidade e transição contratual previstas para determinadas soluções, as soluções contratadas que possuírem base de dados própria para sua operação deverão contemplar mecanismos de backup, recuperação, restauração e disponibilização dos dados.

7.7.2 A contratada deverá implementar e manter política formal de backup aplicável às bases de dados, arquivos, registros, configurações e demais componentes necessários ao funcionamento das soluções, observadas a criticidade da informação e a necessidade de recuperação em caso de falhas, incidentes ou descontinuidade do serviço.

7.7.3 As rotinas de backup deverão ser executadas de forma automatizada, com periodicidade compatível com a natureza da solução e com o risco operacional envolvido, devendo contemplar, quando aplicável, cópias completas, incrementais ou mecanismo equivalente que assegure a adequada recuperação das informações.

7.7.4 Os arquivos de backup deverão ser armazenados com mecanismos de proteção compatíveis com a sensibilidade dos dados tratados, incluindo, quando aplicável, criptografia, controle de acesso, segregação de ambientes e redundância suficiente para reduzir o risco de perda de informações.

7.7.5 A contratada deverá manter procedimentos de recuperação e restauração aptos a restabelecer os dados e a operação das soluções em caso de falha, incidente, corrupção de base, exclusão indevida ou outro evento que comprometa a disponibilidade ou a integridade das informações.

7.7.6 Os processos de backup e restauração deverão preservar a consistência, a integridade e a rastreabilidade dos registros, de modo a evitar perda indevida de informações, duplicidade, truncamento ou comprometimento da base de dados.

7.7.7 O acesso aos ambientes, arquivos e rotinas de backup deverá ser restrito a usuários autorizados, mediante mecanismos compatíveis com as políticas de segurança adotadas, com registro das operações relevantes realizadas nesses ambientes.

7.7.8 Todos os dados produzidos, armazenados, processados ou derivados da utilização das soluções pela contratante constituem patrimônio informacional da contratante, não podendo a contratada impor restrições indevidas ao seu acesso, extração, portabilidade, recuperação ou reutilização.

7.7.9 Durante a vigência contratual, a contratada deverá assegurar à contratante, quando aplicável à natureza da solução, meios adequados de acesso, extração e recuperação dos dados armazenados, observadas as regras de segurança e os perfis autorizados.

7.7.107. Em caso de encerramento contratual, rescisão, distrato, substituição da solução ou solicitação formal da contratante ao término da relação contratual, a contratada deverá disponibilizar a versão mais recente, íntegra e consistente da base de dados da solução, em formato aberto, estruturado, legível e reutilizável.

7.7.11 Para fins de reversibilidade e portabilidade, a entrega dos dados deverá ocorrer, conforme aplicável à estrutura da solução, em formato CSV, JSON ou outro formato aberto e amplamente processável que preserve a estrutura lógica das informações e viabilize sua reutilização pela contratante.

7.7.12 A disponibilização dos dados ao término da contratação deverá ocorrer sem dependência tecnológica exclusiva da contratada, sem bloqueios proprietários e sem imposição de mecanismos que inviabilizem a leitura, tratamento, migração ou reaproveitamento das informações pela contratante ou por terceiros por ela indicados.

7.7.13 Quando solicitado pela contratante, a contratada deverá fornecer, juntamente com os arquivos de dados, elementos mínimos de compreensão da estrutura exportada, incluindo identificação de campos, relacionamentos lógicos relevantes, codificações utilizadas e demais informações necessárias à correta interpretação do conteúdo entregue.

7.7.14 A contratada deverá adotar as medidas necessárias para que a exportação, entrega e restauração dos dados ocorram de forma segura, íntegra e verificável, preservando a confidencialidade das informações e a completude da base entregue.

7.7.15 Os procedimentos de backup, restauração e reversibilidade dos dados deverão contribuir para a continuidade dos serviços, para a proteção do patrimônio informacional da contratante e para a transição segura entre soluções, quando necessária.

7.8 Manutenção Corretiva e Preventiva das Soluções de Software

7.8.1 Disposição geral

Sem prejuízo dos requisitos específicos aplicáveis a cada solução contratada, a contratada deverá executar serviços de manutenção corretiva e preventiva das soluções de software fornecidas no âmbito da presente contratação, com a finalidade de assegurar continuidade operacional, estabilidade, segurança, integridade funcional e adequação técnica dos ambientes disponibilizados à contratante.

7.8.2 Conceito de manutenção corretiva

Para os fins desta contratação, considera-se manutenção corretiva o conjunto de intervenções técnicas destinadas à identificação, análise, tratamento e correção de falhas, erros, defeitos, incidentes, inconsistências, comportamentos indevidos, degradações de funcionamento ou outras ocorrências que comprometam total ou parcialmente o uso regular da solução contratada.

7.8.3 Conceito de manutenção preventiva

Para os fins desta contratação, considera-se manutenção preventiva o conjunto de intervenções técnicas planejadas ou rotineiras destinadas a reduzir a probabilidade de falhas, preservar a estabilidade da solução, manter compatibilidade técnica dos ambientes, prevenir degradação operacional, corrigir vulnerabilidades conhecidas e assegurar condições adequadas de continuidade de uso das soluções contratadas.

7.8.4 Escopo da manutenção corretiva

A manutenção corretiva deverá abranger, no mínimo, quando aplicável à natureza da solução contratada:

- i. correção de falhas de funcionamento identificadas pela contratante ou pela própria contratada;
- ii. tratamento de erros sistêmicos, indisponibilidades, comportamentos anômalos e inconsistências operacionais;
- iii. correção de defeitos que comprometam funcionalidades contratadas;
- iv. restabelecimento da operação em caso de interrupção, degradação ou mau funcionamento da solução;
- v. adoção de medidas de contorno, quando a correção definitiva demandar maior complexidade técnica, sem prejuízo da implementação posterior da solução definitiva;
- vi. correção de falhas relacionadas a integrações, sincronizações, rotinas automatizadas, serviços acessórios, painéis, módulos ou componentes fornecidos no escopo da contratação, quando sob responsabilidade da contratada.

7.8.5 Escopo da manutenção preventiva

A manutenção preventiva deverá abranger, no mínimo, quando aplicável:

- i. verificação periódica das condições de funcionamento da solução;
- ii. revisão de componentes, rotinas, serviços e mecanismos necessários à continuidade operacional;
- iii. aplicação de ajustes técnicos destinados à prevenção de falhas recorrentes ou potenciais;
- iv. atualização de componentes, bibliotecas, dependências, conectores, serviços intermediários e demais elementos tecnológicos indispensáveis ao funcionamento regular da solução, desde que não impliquem alteração indevida do objeto contratado;
- v. tratamento de vulnerabilidades técnicas conhecidas que possam comprometer a segurança, a estabilidade ou a disponibilidade da solução;
- vi. ações de prevenção voltadas à preservação de compatibilidade com navegadores, ambientes operacionais, serviços integrados e infraestrutura necessária ao uso regular da solução.

7.8.6 Obrigação de preservação do funcionamento

A contratada deverá adotar as medidas necessárias para manter as soluções fornecidas em condições adequadas de funcionamento durante toda a vigência contratual, inclusive quanto à correção de falhas, prevenção de indisponibilidades evitáveis e preservação da operacionalidade dos recursos contratados.

7.8.7 Limites do escopo de manutenção

Os serviços de manutenção corretiva e preventiva não se confundem com desenvolvimento de novas funcionalidades, ampliação de escopo, customizações específicas, reestruturação integral da solução, implantação de novos módulos não contratados ou atendimento de demandas que impliquem alteração material do objeto originalmente pactuado.

7.8.8 Relação com suporte técnico

A manutenção corretiva poderá ser acionada a partir de demandas registradas no suporte técnico, observados os fluxos de classificação, criticidade, prazos de atendimento e mecanismos de acompanhamento previstos nesta seção geral, sem prejuízo da atuação proativa da contratada na identificação e tratamento de falhas.

7.8.9 Atualizações e correções ordinárias

As correções, ajustes e atualizações técnicas necessárias ao funcionamento regular, seguro e estável das soluções contratadas deverão ser disponibilizadas pela contratada durante toda a vigência contratual, sem ônus adicional para a contratante, desde que compreendidas no escopo ordinário de manutenção da solução fornecida.

7.8.10 Compatibilidade e continuidade

A contratada deverá assegurar que as manutenções realizadas preservem, no mínimo:

- i. o funcionamento das funcionalidades contratadas;
- ii. a integridade dos dados processados ou armazenados pela solução;
- iii. a compatibilidade com os ambientes e condições de uso previstos na contratação;
- iv. a continuidade operacional da contratante;
- v. a rastreabilidade das intervenções técnicas relevantes.

7.8.11 Planejamento das intervenções preventivas

Sempre que possível, as intervenções de manutenção preventiva que possam gerar indisponibilidade, degradação temporária de desempenho ou impacto perceptível ao uso da solução deverão ser previamente planejadas e comunicadas à contratante, com indicação de:

- i. objeto da intervenção;
- ii. motivação técnica;
- iii. janela prevista para execução;
- iv. impacto estimado;
- v. medidas de mitigação adotadas.

7.8.12 Execução com redução de impacto operacional

A manutenção deverá ser executada de forma a reduzir impactos sobre a rotina institucional da contratante, devendo a contratada adotar medidas compatíveis com a criticidade da solução e com a necessidade de continuidade dos serviços apoiados.

7.8.13 Registro das atividades de manutenção

A contratada deverá manter registro das atividades de manutenção corretiva e preventiva executadas, contendo, quando aplicável:

- i. identificação da ocorrência, falha, risco ou necessidade tratada;
- ii. data de início e de conclusão da intervenção;
- iii. classificação da atividade como corretiva ou preventiva;
- iv. descrição sintética das medidas adotadas;
- v. indicação dos componentes, módulos, integrações ou ambientes afetados;
- vi. resultado obtido após a intervenção.

7.8.14 Tratamento de reincidências

Na hipótese de falhas recorrentes, reincidentes ou de comportamento intermitente que comprometam a adequada utilização da solução, a contratada deverá adotar análise técnica específica para identificação da causa subjacente, implementação de correção adequada e redução do risco de repetição da ocorrência.

7.8.15 Segurança e integridade nas intervenções

Toda intervenção de manutenção deverá observar os requisitos de segurança da informação, proteção de dados, integridade dos registros, rastreabilidade das alterações e preservação da base operacional da contratante, nos termos previstos neste Termo de Referência.

X.8.16 Contribuição para a sustentação da solução

Os serviços de manutenção corretiva e preventiva deverão contribuir para a sustentação contínua das soluções contratadas, para a redução de falhas, para a melhoria da estabilidade operacional e para a preservação das condições de uso institucional do objeto durante toda a execução contratual.

7.9 Hospedagem em Nuvem e Infraestrutura Tecnológica

7.9.1 Sem prejuízo dos requisitos específicos de arquitetura, desempenho, disponibilidade, continuidade, segurança, localização lógica dos ambientes, integração e demais exigências de infraestrutura previstas para cada solução, a contratada deverá prover, administrar, monitorar e manter, em ambiente de computação em nuvem, toda a infraestrutura tecnológica necessária ao pleno funcionamento das soluções contratadas.

7.9.2 A infraestrutura deverá ser disponibilizada em modelo de hospedagem em nuvem, compatível com a criticidade dos serviços prestados, com o volume de dados processados, com a quantidade de usuários previstos, com os fluxos operacionais suportados e com a necessidade de continuidade dos serviços da contratante.

7.9.3 A hospedagem em nuvem deverá contemplar ambiente capaz de suportar, conforme a natureza das soluções contratadas:

- i. processamento das aplicações;
- ii. armazenamento e tratamento de dados;
- iii. execução de integrações, rotinas, serviços e APIs;
- iv. comunicação com canais, dispositivos, sistemas e serviços associados;
- v. mecanismos de autenticação, controle de acesso e rastreabilidade;
- vi. rotinas de monitoramento, backup, recuperação e suporte operacional.

7.9.4 A infraestrutura em nuvem deverá operar com mecanismos compatíveis com os requisitos de desempenho, estabilidade, segurança e escalabilidade exigidos para o ambiente da contratante, devendo a contratada adotar os recursos necessários para preservar a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços.

7.9.5 A contratada deverá assegurar que os ambientes de hospedagem em nuvem e infraestrutura tecnológica contemplem, quando aplicável:

- i. servidores virtuais, instâncias, contêineres, serviços gerenciados ou recursos equivalentes compatíveis com a natureza da solução;
- ii. recursos de armazenamento adequados ao volume e à sensibilidade das informações tratadas;
- iii. mecanismos de redundância, resiliência e tolerância a falhas;
- iv. conectividade compatível com o tráfego esperado e com as integrações necessárias;
- v. recursos de segurança lógica e proteção dos ambientes;
- vi. monitoramento contínuo da operação e da disponibilidade dos serviços.

7.9.6 A infraestrutura em nuvem deverá ser mantida em condições adequadas de atualização, compatibilidade, segurança e desempenho, cabendo à contratada realizar os ajustes técnicos, ampliações de capacidade e adequações operacionais necessários à sustentação das soluções durante a vigência contratual.

7.9.7 A contratada deverá adotar medidas para que a hospedagem em nuvem e a infraestrutura tecnológica não representem fator de degradação da experiência de uso, indisponibilidade recorrente, perda de desempenho, inconsistência de processamento ou comprometimento dos fluxos institucionais da contratante.

7.9.8 Os acessos às soluções hospedadas em nuvem deverão ocorrer por meios seguros e compatíveis com o ambiente institucional da contratante, observados os requisitos de autenticação, proteção das comunicações, integridade dos dados trafegados e controle das permissões de uso.

7.9.9 A contratada deverá manter observabilidade e monitoramento suficientes para identificar falhas, degradações, indisponibilidades, comportamentos anômalos e demais eventos que possam comprometer o funcionamento das soluções, adotando as providências necessárias para sua correção ou mitigação.

7.9.10 Quando a natureza da solução exigir, a infraestrutura em nuvem deverá contemplar suporte a integrações, dispositivos, canais de comunicação, ambientes externos, serviços complementares e demais componentes necessários ao pleno funcionamento do objeto contratado.

7.9.11 A contratada deverá assegurar que a hospedagem em nuvem e a infraestrutura tecnológica sejam mantidas em conformidade com os requisitos de segurança da informação, proteção de dados, rastreabilidade, continuidade operacional e compatibilidade técnica previstos neste Termo de Referência.

7.9.12 Não será admitida solução baseada exclusivamente em instalação local ou hospedagem dependente da infraestrutura física da contratante, salvo quando expressamente previsto neste Termo de Referência.

7.9.13 A hospedagem em nuvem e a infraestrutura tecnológica deverão contribuir para a operação estável, segura e contínua das soluções contratadas, assegurando aderência às necessidades institucionais da contratante e suporte adequado à execução dos serviços previstos.

7.10 Disposição Final da Seção

As diretrizes desta seção deverão ser interpretadas de forma sistemática com os demais capítulos deste Termo de Referência, seus anexos, especificações funcionais, requisitos técnicos, critérios de medição e aceite, níveis de serviço e demais documentos da contratação, prevalecendo, em caso de incompatibilidade, a disciplina específica aplicável ao item, módulo, sistema, serviço ou componente correspondente.

8. DEMAIS SERVIÇOS CONTRATADOS

8.1 EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Trata-se de serviço continuado de Educação Permanente em Saúde, destinado à atualização técnico-profissional, ao desenvolvimento de competências e à qualificação dos processos de trabalho no âmbito da rede municipal de saúde, por meio de ações formativas planejadas, contínuas e alinhadas às necessidades institucionais da contratante, com foco no aprimoramento das práticas assistenciais, administrativas, gerenciais e operacionais, bem como no fortalecimento da capacidade institucional de organizar, monitorar, avaliar e qualificar os serviços ofertados à população.

8.1.1 Diretrizes Gerais

8.1.1.1 A contratada deverá prestar serviços de Educação Permanente em Saúde destinados à atualização contínua, qualificação técnico-profissional e desenvolvimento de competências dos trabalhadores, gestores e demais agentes indicados pela contratante, observadas as necessidades da rede municipal de saúde e os objetivos da contratação.

8.1.1.2 As ações formativas deverão ser orientadas à qualificação dos processos de trabalho e ao aprimoramento das práticas assistenciais, administrativas, gerenciais e analíticas desenvolvidas no âmbito da contratante, observada a realidade institucional, organizacional e territorial da rede municipal de saúde.

8.1.1.3 A Educação Permanente em Saúde deverá considerar, de forma compatível com o objeto contratado, as especificidades da Atenção Primária à Saúde, da Atenção Especializada à Saúde, dos setores administrativos e estratégicos da gestão municipal, bem como os diferentes perfis profissionais envolvidos na execução das ações e serviços públicos de saúde.

8.1.1.4 A execução das ações formativas deverá observar abordagem pedagógica compatível com os princípios da Educação Permanente em Saúde, privilegiando a articulação entre aprendizagem e processo de trabalho, a aplicabilidade prática dos conteúdos, a problematização de situações concretas dos serviços e a integração entre formação e gestão.

8.1.1.5 No âmbito desta contratação, a Educação Permanente em Saúde poderá abranger, quando pertinente à necessidade da contratante, atualização normativa e institucional, qualificação de processos de trabalho, desenvolvimento de competências para uso adequado de tecnologias e instrumentos informacionais, fortalecimento da capacidade de utilização de informações em saúde, monitoramento e avaliação de indicadores, e disseminação de boas práticas de segurança da informação, ética profissional e proteção de dados.

8.1.1.6 A contratada deverá estruturar as ações de Educação Permanente em Saúde de forma contínua e planejada, com definição de públicos-alvo, conteúdos, metodologias e ciclos formativos compatíveis com as necessidades institucionais da contratante, admitindo-se atividades presenciais, remotas ou híbridas, bem como outras estratégias pedagógicas adequadas ao objeto.

8.1.1.7 As ações de Educação Permanente em Saúde deverão contribuir para a melhoria da qualidade dos registros e informações produzidas, o aprimoramento dos fluxos de trabalho, a redução de inconsistências operacionais, o fortalecimento da capacidade de planejamento, monitoramento e avaliação e a qualificação dos serviços ofertados à população.

8.1.2 Objetivos

8.1.2.1 Os serviços de Educação Permanente em Saúde terão por objetivo promover a atualização contínua dos profissionais, gestores e demais agentes indicados pela contratante, de modo a fortalecer competências técnico-profissionais, operacionais, analíticas, gerenciais e institucionais necessárias à qualificação dos serviços de saúde no âmbito do objeto contratado.

8.1.2.2 A Educação Permanente em Saúde deverá contribuir para o alinhamento das equipes às normativas, diretrizes, protocolos, instrumentos e referências aplicáveis à saúde pública, bem como para a qualificação dos processos de trabalho assistenciais, administrativos, operacionais, gerenciais e de apoio desenvolvidos na rede municipal de saúde.

8.1.2.3 As ações formativas deverão favorecer a melhoria da qualidade dos registros, da produção, da interpretação e do uso das informações em saúde, de modo a ampliar a capacidade das equipes para acompanhamento de processos, monitoramento de resultados e apoio à tomada de decisão.

8.1.2.4 Constitui igualmente objetivo da Educação Permanente em Saúde promover o desenvolvimento de competências voltadas ao uso qualificado de tecnologias, recursos digitais, instrumentos informacionais, ambientes eletrônicos e soluções tecnológicas vinculadas ao objeto da contratação, de forma integrada aos processos de trabalho e às necessidades institucionais da contratante.

8.1.2.5 A Educação Permanente em Saúde deverá fortalecer a capacidade institucional da contratante para planejar, executar, monitorar e avaliar ações e serviços de saúde, bem como utilizar dados, indicadores e referências técnicas para subsidiar decisões gerenciais e operacionais.

8.1.2.6 As ações formativas deverão contribuir para a redução de falhas evitáveis, inconsistências de registro, retrabalho, fragilidades operacionais, uso inadequado de recursos tecnológicos e dificuldades de integração entre setores, favorecendo o aprimoramento da eficiência institucional e da qualidade dos serviços ofertados à população.

8.1.2.7 Os objetivos da Educação Permanente em Saúde deverão ser desenvolvidos de forma compatível com os diferentes públicos contemplados no objeto, inclusive equipes da Atenção Primária à Saúde, da Atenção Especializada à Saúde e dos setores administrativos e estratégicos da gestão municipal, com foco na aplicabilidade prática dos conteúdos, na melhoria do desempenho institucional e no fortalecimento da cultura de aprendizagem contínua.

8.1.3 Públicos-alvo e Frentes Formativas da Educação Permanente em Saúde

8.1.3.1 Os serviços de Educação Permanente em Saúde deverão ser estruturados de forma a atender, de maneira planejada e compatível com o objeto contratado, os diferentes públicos vinculados à rede municipal de saúde da contratante, observadas suas atribuições, necessidades institucionais e contextos de trabalho.

8.1.3.2 Constituem públicos-alvo prioritários das ações de Educação Permanente em Saúde:

- i. profissionais e equipes da Atenção Primária à Saúde;
- ii. profissionais e equipes da Atenção Especializada à Saúde;
- iii. profissionais dos setores administrativos e estratégicos da Secretaria Municipal de Saúde e das unidades a ela vinculadas;
- iv. gestores, coordenadores, apoiadores institucionais, responsáveis técnicos e demais agentes indicados pela contratante, desde que relacionados ao objeto contratado.

8.1.3.3 As ações formativas deverão ser organizadas em frentes específicas, observada a pertinência temática de cada uma e a possibilidade de articulação transversal entre diferentes públicos e áreas contempladas.

8.1.3.4 Constituem frentes formativas prioritárias da Educação Permanente em Saúde:

- i. a frente voltada à Atenção Primária à Saúde, com foco na qualificação dos processos de trabalho, dos registros, do uso de informações em saúde, do monitoramento de indicadores e das práticas assistenciais e gerenciais;
- ii. a frente voltada à Atenção Especializada à Saúde, com foco na qualificação dos fluxos assistenciais, da organização da produção, da integração em rede, da análise de indicadores e do uso adequado de tecnologias e informações;
- iii. a frente voltada aos setores administrativos e estratégicos da saúde, com foco no aperfeiçoamento dos fluxos administrativos, da comunicação institucional, da organização de processos, da segurança das informações e do uso qualificado de recursos tecnológicos e informacionais.

8.1.3.5 Sem prejuízo das frentes específicas, as ações de Educação Permanente em Saúde poderão contemplar temas transversais aplicáveis a diferentes públicos, especialmente aqueles relacionados à atualização normativa, uso de tecnologias, qualidade das informações em saúde, monitoramento de indicadores, organização dos processos de trabalho, segurança da informação, proteção de dados e integração entre atenção, gestão e áreas de apoio.

8.1.3.6 A definição do público-alvo de cada ação formativa deverá observar a compatibilidade entre o conteúdo ofertado, as atribuições institucionais dos participantes e as necessidades da contratante, vedada a oferta genérica de conteúdos sem aderência ao contexto funcional dos profissionais e setores contemplados.

8.1.3.7 A contratada deverá, em articulação com a contratante, organizar as frentes formativas, os grupos priorizados, os objetivos de aprendizagem, os conteúdos temáticos, a estratégia de execução, a periodicidade e os mecanismos de acompanhamento e avaliação, de modo a assegurar execução contextualizada, melhor aproveitamento pedagógico e maior aplicação prática dos conhecimentos no cotidiano da rede municipal de saúde.

8.1.4 Frentes Formativas da Educação Permanente em Saúde

8.1.4.1 As ações de Educação Permanente em Saúde previstas nesta contratação deverão ser organizadas em frentes formativas compatíveis com os diferentes contextos de atuação da rede municipal de saúde, observadas as necessidades institucionais da contratante, os públicos contemplados e a pertinência dos conteúdos desenvolvidos.

8.1.4.2 Constituem frentes formativas prioritárias da presente contratação:

- i. Educação Permanente em Saúde voltada à Atenção Primária à Saúde;
- ii. formação específica relacionada ao e-SUS PEC no âmbito da Atenção Primária à Saúde, quando pertinente;
- iii. Educação Permanente em Saúde voltada à Atenção Especializada à Saúde;
- iv. Educação Permanente em Saúde voltada aos setores administrativos e estratégicos da saúde.

8.1.4.3 A frente formativa voltada à Atenção Primária à Saúde deverá contemplar, quando pertinente, conteúdos relacionados à organização dos processos de trabalho, territorialização, cadastramento, acompanhamento da população,

organização do acesso, qualificação dos registros, uso de informações em saúde, monitoramento de indicadores e aprimoramento das práticas assistenciais e gerenciais no âmbito da APS.

8.1.4.4 A formação específica relacionada ao e-SUS PEC deverá ser compreendida como ação de Educação Permanente em Saúde voltada à qualificação do uso desse ambiente no contexto da Atenção Primária à Saúde, com foco na melhoria da qualidade dos registros, da organização dos fluxos de trabalho, da utilização das informações produzidas e do uso de dados e indicadores para apoio ao planejamento e à gestão local, sem que isso implique desenvolvimento de software ou alteração estrutural da plataforma.

8.1.4.5 A frente formativa voltada à Atenção Especializada à Saúde deverá contemplar, quando pertinente, conteúdos relacionados à organização dos fluxos assistenciais, integração com a Atenção Primária e com os demais pontos da rede, qualificação dos registros, uso de informações em saúde, monitoramento da produção, acompanhamento de indicadores e utilização adequada de tecnologias e instrumentos informacionais aplicados aos serviços especializados.

8.1.4.6 A frente formativa voltada aos setores administrativos e estratégicos da saúde deverá contemplar, quando pertinente, conteúdos relacionados à organização e padronização de fluxos administrativos, comunicação institucional, regulação, gestão documental, monitoramento de processos, uso qualificado de tecnologias e recursos informacionais, tratamento de dados e fortalecimento da capacidade de apoio à gestão e ao funcionamento da rede municipal de saúde.

8.1.4.7 As ações formativas poderão contemplar, de forma transversal e conforme a necessidade da contratante, conteúdos relacionados à atualização normativa e institucional, qualificação dos processos de trabalho, uso de tecnologias, qualidade dos registros e das informações em saúde, monitoramento e avaliação de indicadores, desenvolvimento técnico-profissional, segurança da informação, proteção de dados e integração entre atenção, gestão e áreas de apoio.

8.1.4.8 A contratada deverá planejar e executar as ações formativas de forma contínua, articulada e compatível com a realidade dos serviços, observando as prioridades definidas pela contratante, os públicos a serem contemplados, os ciclos formativos estabelecidos e a necessidade de aplicação prática dos conteúdos no cotidiano da rede municipal de saúde.

8.1.4.9 As ações desenvolvidas no âmbito desta subseção deverão buscar resultados concretos quanto à melhoria da qualidade dos registros e informações, ao aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho, à redução de falhas evitáveis e retrabalho, ao fortalecimento do monitoramento e da avaliação e à qualificação da capacidade institucional da contratante de organizar, acompanhar e aprimorar seus serviços de saúde.

8.1.5 Metodologias Pedagógicas da Educação Permanente em Saúde

8.1.5.1 As ações de Educação Permanente em Saúde deverão ser desenvolvidas mediante metodologias pedagógicas compatíveis com o objeto contratado, com os públicos contemplados, com os objetivos formativos e com a realidade institucional da contratante, observada a articulação entre formação e processo de trabalho.

8.1.5.2 As metodologias adotadas não deverão se limitar à exposição teórica de conteúdos, devendo privilegiar a participação ativa dos profissionais, a problematização de situações concretas dos serviços, a contextualização dos temas abordados e a aplicação prática dos conhecimentos no cotidiano da rede municipal de saúde.

8.1.5.3 A contratada poderá utilizar, de forma isolada ou combinada, metodologias e estratégias como aulas dialogadas, oficinas práticas, estudos de caso, atividades de problematização, aprendizagem baseada em situações reais do serviço, rodas de conversa, atividades supervisionadas, demonstrações orientadas, mentoria, acompanhamento técnico-pedagógico, ações presenciais, remotas ou híbridas, bem como materiais de apoio e recursos educacionais complementares.

8.1.5.4 A escolha das metodologias deverá considerar a complexidade do conteúdo, o perfil e o nível de conhecimento prévio dos participantes, a necessidade de aplicabilidade prática, a viabilidade de execução no contexto dos serviços e a compatibilidade com a dinâmica funcional da contratante, de modo a favorecer a participação dos profissionais sem comprometer indevidamente a continuidade dos serviços.

8.1.5.5 Quando pertinente, as metodologias pedagógicas deverão contemplar atividades relacionadas à análise de indicadores, leitura de relatórios, discussão de casos reais, avaliação de registros, revisão de fluxos de trabalho, interpretação de normativas, uso qualificado de tecnologias e demais estratégias compatíveis com o desenvolvimento das competências previstas no âmbito da contratação.

8.1.5.6 Sempre que aplicável, a metodologia empregada deverá prever mecanismos de verificação da participação, da compreensão dos conteúdos e da capacidade de aplicação prática do conhecimento no contexto do serviço, sem prejuízo dos instrumentos de monitoramento e avaliação previstos em subseção própria.

8.1.5.7 As metodologias pedagógicas deverão ser organizadas com coerência entre os diferentes ciclos e ações formativas, de modo a evitar fragmentação excessiva, repetição desnecessária de conteúdos e estratégias inadequadas ao perfil dos participantes, contribuindo para o fortalecimento da aprendizagem contínua, da integração entre equipes e da melhoria dos processos de trabalho da rede municipal de saúde.

8.1.5.8 A execução das ações formativas deverá observar planejamento prévio validado com a contratante, com indicação dos conteúdos a serem trabalhados, públicos contemplados, formato da atividade, carga horária prevista, período de realização e resultados esperados.

8.1.5.9 As ações de Educação Permanente em Saúde poderão compreender formação inicial, ciclos periódicos de atualização, ações de aprofundamento, reforço ou reoferta de conteúdos, inclusive em caráter extraordinário, quando houver necessidade institucional superveniente, alteração normativa relevante, mudança de processo de trabalho ou prioridade definida pela contratante.

8.1.5.10 A contratada deverá adotar estratégia de execução compatível com a continuidade dos serviços da contratante, podendo organizar as ações por turmas, grupos, unidades, perfis profissionais ou ciclos sucessivos, em formatos presenciais, remotos, híbridos ou em serviço, com acompanhamento orientado, sempre que pertinente.

8.1.5.11 Sempre que aplicável, a execução das ações formativas deverá observar progressão pedagógica entre conteúdos introdutórios, conteúdos de aprofundamento e temas de atualização, podendo incluir acompanhamento técnico-pedagógico posterior à atividade, com vistas a apoiar a aplicação prática dos conteúdos no cotidiano institucional da contratante.

8.1.6 Planejamento e Execução das Ações de Educação Permanente em Saúde

8.1.6.1 A execução das ações de Educação Permanente em Saúde deverá ser precedida de planejamento pedagógico compatível com o objeto contratado, com as necessidades institucionais da contratante, com os públicos contemplados e com as frentes formativas previstas neste Termo de Referência.

8.1.6.2 A contratada deverá elaborar planejamento das ações formativas contendo, no mínimo, objetivos de aprendizagem, públicos contemplados, conteúdos programáticos, metodologias, estratégias de execução, carga horária estimada, cronograma, critérios de acompanhamento e resultados esperados.

8.1.6.3 O planejamento pedagógico deverá ser estruturado com base em diagnóstico de necessidades formativas, considerando prioridades institucionais da contratante, fragilidades dos processos de trabalho, perfis dos profissionais contemplados, alterações normativas relevantes e demandas supervenientes relacionadas ao objeto contratado.

8.1.6.4 As ações de Educação Permanente em Saúde deverão ser organizadas em ciclos formativos periódicos, compatíveis com a duração contratual, com a complexidade dos conteúdos, com a necessidade de atualização contínua das equipes e com a dinâmica operacional dos serviços da contratante, podendo contemplar ações introdutórias, atividades de atualização, conteúdos de aprofundamento, ações específicas por área ou setor e reoferta de conteúdos estratégicos, quando necessária.

8.1.6.5 O planejamento pedagógico e a organização dos ciclos formativos deverão ser submetidos à apreciação da contratante, a quem caberá validar prioridades temáticas, públicos-alvo, ordem de execução, cronogramas e demais definições relevantes, sem prejuízo da responsabilidade técnica da contratada pela consistência pedagógica e pela adequada condução das ações.

8.1.6.6 O planejamento poderá ser revisto ao longo da execução contratual, mediante articulação entre contratada e contratante, sempre que houver alteração normativa relevante, mudança de prioridades institucionais, identificação de novas necessidades formativas, insuficiência das ações previamente planejadas ou surgimento de demandas supervenientes relacionadas ao objeto da contratação.

8.1.6.7 As ações formativas poderão ser executadas em formato presencial, remoto, híbrido ou em serviço, com acompanhamento orientado, conforme a natureza do conteúdo, a estratégia pedagógica adotada, a viabilidade operacional e a conveniência da contratante, devendo contar com ambientes, recursos tecnológicos, materiais didáticos e instrumentos pedagógicos compatíveis com a atividade proposta.

8.1.6.8 A contratada deverá organizar a execução das ações de modo a compatibilizar a formação com a continuidade dos serviços da contratante, podendo, quando necessário, escalonar atividades por turmas, grupos, perfis funcionais, unidades, setores ou ciclos sucessivos, observada a efetividade pedagógica e a preservação da rotina assistencial, administrativa e gerencial da rede municipal de saúde.

8.1.6.9 A carga horária das ações formativas e a definição do quantitativo de participantes por atividade deverão ser compatíveis com os objetivos da ação, com a complexidade do conteúdo e com a necessidade de assimilação prática pelos participantes, vedada a adoção de condições que comprometam a adequada condução pedagógica da atividade.

8.1.6.10 A contratada deverá manter registro das ações executadas, contendo, no mínimo, identificação da atividade, data de realização, carga horária, conteúdo trabalhado, público contemplado, formato adotado, evidências de realização e registros de participação, podendo emitir certificados, declarações ou documentos equivalentes, quando aplicável ou solicitado pela contratante.

8.1.6.11 Os profissionais responsáveis pela condução das ações formativas deverão possuir perfil, experiência ou qualificação técnica compatíveis com os conteúdos ministrados e capacidade pedagógica adequada ao público contemplado.

8.1.6.12 O planejamento e a execução das ações de Educação Permanente em Saúde deverão contribuir para que a formação seja realizada como processo contínuo, progressivo e orientado a resultados, com aplicabilidade prática no cotidiano dos serviços e aderência às necessidades institucionais da contratante.

8.1.7 Quantitativo de profissionais contemplados pela Educação Permanente em Saúde

8.1.7.1 Para fins de dimensionamento do objeto, planejamento pedagógico e definição da base de remuneração dos serviços de Educação Permanente em Saúde, a contratante informará o quantitativo de profissionais contemplados no âmbito desta contratação.

8.1.7.2 O quantitativo de profissionais será apresentado em quadro próprio, organizado por áreas, setores, níveis de atenção ou agrupamentos institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, de modo a subsidiar a adequada organização das ações formativas.

8.1.7.3 A distribuição dos profissionais por área não implica obrigatoriedade de oferta uniforme de conteúdos para todos os grupos, podendo as ações formativas ser direcionadas à totalidade dos profissionais ou a públicos específicos, conforme a pertinência temática e o planejamento pedagógico aprovado.

8.1.7.4 A contratada deverá utilizar o quadro de quantitativos como referência para segmentação dos públicos, organização de turmas, grupos ou ciclos formativos e definição de prioridades de atendimento ao longo da vigência contratual.

8.1.7.5 Para fins de medição e remuneração, a referência principal será o quantitativo de profissionais constante do quadro de dimensionamento, independentemente de cada ação formativa atingir, isoladamente, a totalidade desse universo.

8.1.7.6 O quadro de dimensionamento poderá ser atualizado pela contratante, quando necessário, para refletir alterações na composição do quadro de profissionais da rede municipal de saúde, observados os critérios e limites definidos contratualmente.

Quadro de referência

Área / Setor da Secretaria Municipal de Saúde	Quantitativo de profissionais
Atenção Primária à Saúde	0
Atenção Especializada à Saúde	0
Vigilância em Saúde	0
Regulação	0
Setores administrativos e estratégicos	0
Gestão central	0
Outros	0
Total	0

8.1.8 Medição e remuneração dos serviços de Educação Permanente em Saúde

8.1.8.1 A medição e a remuneração dos serviços de Educação Permanente em Saúde observarão o modelo definido pela contratante, tendo como referência principal o quantitativo de profissionais contemplados no quadro de dimensionamento previsto neste Termo de Referência.

8.1.8.2 A remuneração do serviço não se confunde com pagamento por curso isolado, turma específica ou presença individual em atividade determinada, devendo refletir a natureza continuada, planejada e estruturada da Educação Permanente em Saúde.

8.1.8.3 A medição considerará a execução regular das ações previstas no planejamento pedagógico aprovado, o cumprimento dos ciclos formativos pactuados e a apresentação de evidências compatíveis de realização das atividades no período de referência.

8.1.8.4 Para fins de medição e aceite, deverão ser observados a unidade de medida adotada, a periodicidade de apuração, os documentos comprobatórios exigíveis e os critérios de validação pela contratante.

8.1.8.5 A contratada deverá comprovar a execução das ações formativas mediante documentação compatível com o serviço prestado, podendo incluir relatórios de atividades, conteúdos trabalhados, públicos contemplados, carga horária executada, cronograma realizado ou reprogramado, registros de participação e demais evidências pertinentes.

8.1.8.6 A insuficiência de execução ou de comprovação das ações previstas poderá ensejar glosa, ajuste proporcional da medição ou reprogramação das atividades, conforme disciplinado no contrato.

8.1.9 Disposições complementares sobre a Educação Permanente em Saúde

8.1.9.1 Os serviços de Educação Permanente em Saúde deverão ser executados de forma contínua, integrada e compatível com o objeto contratado, observadas as necessidades institucionais da contratante e o planejamento pedagógico aprovado.

8.1.9.2 As ações formativas deverão manter pertinência com as finalidades da contratação, vedada a execução de conteúdos ou atividades dissociados da realidade da rede municipal de saúde ou sem aplicabilidade prática no contexto dos serviços.

8.1.9.3 A contratada poderá realizar ajustes de conteúdo, cronograma, público contemplado ou estratégia de execução, desde que compatíveis com o objeto contratado e previamente alinhados com a contratante, quando necessário.

8.1.9.4 As ações relacionadas ao uso de tecnologias, recursos digitais, instrumentos informacionais e ao e-SUS PEC deverão restringir-se à qualificação do uso profissional e institucional desses recursos, não abrangendo desenvolvimento, customização ou manutenção estrutural de sistemas.

8.1.9.5 A execução dos serviços deverá ocorrer em articulação com a contratante, a quem caberá acompanhar, validar e fiscalizar as ações desenvolvidas, na forma prevista neste Termo de Referência e no contrato.

8.2 MONITORAMENTO CONTÍNUO DE INDICADORES DE SAÚDE

8.2.1 Diretrizes Gerais

Trata-se de serviço continuado de monitoramento de indicadores de saúde, destinado ao acompanhamento técnico e sistemático do desempenho da rede municipal, com foco na análise de dados estratégicos relacionados à Atenção Primária à Saúde, à Atenção Especializada e aos demais eixos da gestão em saúde, de modo a subsidiar o planejamento, o aperfeiçoamento dos processos internos e a tomada de decisão da contratante com base em informações qualificadas.

8.2.1.1 A contratada deverá prestar serviços de monitoramento contínuo de indicadores de saúde, com a finalidade de acompanhar de forma sistemática o desempenho assistencial, operacional, gerencial e estratégico da rede municipal de saúde, subsidiando a contratante com informações qualificadas para melhoria dos processos internos, aperfeiçoamento da gestão e fortalecimento da tomada de decisão baseada em evidências.

8.2.1.2 O serviço deverá ser executado em consonância com as diretrizes normativas aplicáveis ao Sistema Único de Saúde, com os instrumentos oficiais de monitoramento da Atenção Primária à Saúde, da Atenção Especializada à Saúde e das demais áreas contempladas pelo objeto, observadas as normas vigentes e os parâmetros institucionalmente aplicáveis ao contexto da contratante.

8.2.1.3 O monitoramento de indicadores constitui medida estratégica para a contratante, por sua relação direta com:

- i. o acompanhamento da qualidade da assistência prestada;
- ii. o monitoramento do desempenho dos serviços de saúde;
- iii. a identificação de fragilidades operacionais e gerenciais;
- iv. o acompanhamento de metas, parâmetros e resultados;
- v. a melhoria dos processos internos da rede municipal de saúde;
- vi. a qualificação da tomada de decisão no âmbito da gestão.

8.2.1.4 O serviço de que trata esta seção não se confunde com mera consolidação periódica de dados ou emissão automática de relatórios, caracterizando-se como atividade técnica continuada voltada ao acompanhamento estruturado dos indicadores, à leitura crítica de sua evolução, à identificação de desvios, fragilidades e tendências relevantes e ao apoio à contratante na reorientação de processos internos vinculados ao desempenho monitorado.

8.2.1.5 A execução do serviço deverá considerar, de forma integrada, indicadores da Atenção Primária à Saúde, da Atenção Especializada à Saúde, da gestão, do financiamento, da qualidade, da segurança, da eficiência operacional, do acesso, da cobertura, dos resultados em saúde, da satisfação dos usuários e das demais áreas contempladas pelo objeto.

8.2.1.6 A contratada deverá atuar de forma técnica, sistemática e orientada a resultados, promovendo o acompanhamento contínuo dos indicadores definidos no objeto, a observação de sua evolução, a identificação de fragilidades ou comportamentos críticos e a proposição de ajustes compatíveis com os processos internos da saúde do município.

8.2.1.7 A atuação da contratada deverá abranger, nos limites definidos neste Termo de Referência, o monitoramento periódico dos indicadores, a organização das informações correspondentes, a análise técnica dos resultados, a identificação de inconformidades ou tendências desfavoráveis, o apoio à interpretação dos achados e a sinalização de oportunidades de ajuste nos fluxos, rotinas e processos internos da contratante.

8.2.1.8 A execução do serviço deverá guardar compatibilidade com os sistemas, bases, relatórios, painéis, instrumentos oficiais e ambientes de informação utilizados pela contratante para gestão da Atenção Primária à Saúde, da Atenção Especializada à Saúde e das demais áreas contempladas pelo objeto, sem que isso implique, por si só, obrigação de desenvolvimento de software, alteração da arquitetura dos sistemas utilizados ou customização de plataformas que não integrem expressamente a contratação.

8.2.1.9 O monitoramento dos indicadores deverá observar critérios técnicos objetivos, coerência metodológica, integridade das bases utilizadas e aderência às definições oficialmente adotadas para cada indicador, quando aplicável, de modo a ampliar a confiabilidade das informações consideradas pela contratante na condução de seus processos internos de gestão.

8.2.1.10 A contratada deverá atuar em articulação com a contratante e com os representantes institucionais por ela designados, cabendo à Administração validar prioridades temáticas, focos de acompanhamento, parâmetros estratégicos, fluxos institucionais relevantes e demais definições necessárias à adequada condução do serviço.

8.2.1.11 O monitoramento dos indicadores deverá ser executado de forma compatível com a finalidade institucional da informação em saúde, não se restringindo ao acompanhamento de metas isoladas, mas também contribuindo para a melhoria do planejamento, da gestão da rede, da organização dos processos de trabalho, da eficiência operacional e da utilização qualificada dos dados pela contratante.

8.2.1.12 A atuação da contratada deverá observar os princípios da segurança da informação, da confiabilidade dos dados, da rastreabilidade das análises, da integridade dos registros utilizados, da transparência metodológica e da proteção dos dados pessoais eventualmente tratados no âmbito do serviço, nos limites do objeto contratado e em conformidade com a legislação aplicável.

8.2.1.13 A execução do serviço deverá guardar estrita pertinência com o objeto contratado, não gerando, por si só, obrigação de prestação de atividades estranhas ao escopo definido neste Termo de Referência, especialmente aquelas relacionadas a auditoria formal, consultoria ampla de gestão, controle externo, desenvolvimento de software, customização de sistemas, operação direta de serviços assistenciais ou quaisquer outras ações não expressamente previstas na contratação.

8.2.1.14 O serviço deverá ser compreendido como atividade continuada de monitoramento técnico de indicadores de saúde, voltada à observação estruturada dos resultados da rede municipal de saúde e à identificação de necessidades de ajuste em processos internos, com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho institucional da contratante.

8.2.1.15 As disposições desta subseção orientam a interpretação e a execução de todas as demais regras relativas ao monitoramento de indicadores de saúde, devendo o serviço ser compreendido como solução continuada de acompanhamento e suporte técnico à utilização da informação estratégica pela contratante.

8.2.2 Objetivos do serviço

8.2.2.1 Os serviços de monitoramento de indicadores de saúde terão por objetivo promover o acompanhamento contínuo, técnico e qualificado do desempenho da rede municipal de saúde, de modo a subsidiar a contratante com informações consistentes para aprimoramento dos processos internos, fortalecimento da gestão e melhoria dos resultados alcançados.

8.2.2.2 Constitui objetivo do serviço assegurar o monitoramento sistemático dos indicadores estratégicos, assistenciais, operacionais, gerenciais e de financiamento relacionados à Atenção Primária à Saúde, à Atenção Especializada à Saúde e às demais áreas contempladas pelo objeto, observadas as diretrizes normativas e os referenciais técnicos aplicáveis.

8.2.2.3 O serviço deverá contribuir para a identificação, o acompanhamento e a interpretação de fragilidades, desvios, oscilações, tendências críticas, comportamentos atípicos e oportunidades de melhoria no desempenho da rede municipal de saúde, permitindo à contratante maior capacidade de resposta na condução de suas ações, serviços e processos internos.

8.2.2.4 Constitui objetivo do serviço fortalecer a capacidade institucional da contratante de utilizar indicadores e informações em saúde como instrumentos permanentes de:

- i. acompanhamento de desempenho;
- ii. monitoramento da execução das ações e serviços;
- iii. priorização de intervenções;
- iv. reorganização de fluxos e rotinas;
- v. redirecionamento de estratégias;
- vi. tomada de decisão baseada em evidências.

8.2.2.5 O serviço deverá contribuir para o aperfeiçoamento da leitura técnica dos dados e indicadores utilizados pela contratante, promovendo maior confiabilidade das informações, redução de distorções interpretativas, fortalecimento da análise crítica dos resultados e melhor compreensão da evolução do desempenho da rede municipal de saúde.

8.2.2.6 Constitui também objetivo do serviço apoiar o acompanhamento dos indicadores relacionados ao financiamento, à qualidade da assistência, à eficiência operacional, ao acesso, à cobertura, à segurança, à produtividade, aos resultados

em saúde e à satisfação dos usuários, de forma a ampliar a capacidade da contratante de gerir seus processos internos com base em dados qualificados.

8.2.2.7 O serviço deverá promover maior integração entre o monitoramento dos indicadores e a realidade operacional dos serviços, contribuindo para que a análise dos dados produza efeitos concretos sobre a organização dos processos internos, a gestão da rede e a qualificação da assistência prestada à população.

8.2.2.8 Constitui objetivo do serviço apoiar a identificação de tendências, variações relevantes, fragilidades recorrentes e padrões de comportamento dos indicadores monitorados, possibilitando atuação mais tempestiva da contratante na correção de problemas, no reforço de estratégias e na melhoria do desempenho institucional.

8.2.2.9 O serviço deverá contribuir para o acompanhamento qualificado de indicadores temáticos relacionados, entre outros eixos, à saúde da mulher, gestante e puérpera, desenvolvimento infantil, diabetes, hipertensão, saúde da pessoa idosa, saúde bucal, eMulti, gestão e financiamento, qualidade e segurança, eficiência operacional, acesso, cobertura, resultados em saúde, satisfação, capacitação e coordenação, conforme o detalhamento previsto nas subseções próprias do objeto.

8.2.2.10 Constitui objetivo do serviço apoiar a contratante na estruturação de rotinas de monitoramento mais estáveis, na interpretação qualificada dos indicadores e na utilização dessas informações para aperfeiçoamento contínuo dos processos internos da saúde do município.

8.2.2.11 O serviço deverá contribuir para a qualificação do processo decisório da contratante, oferecendo subsídios técnicos para:

- i. revisão de fluxos e processos;
- ii. priorização de ações corretivas ou preventivas;
- iii. reorganização de estratégias assistenciais e gerenciais;
- iv. melhoria da coordenação entre áreas;
- v. fortalecimento da capacidade institucional de resposta diante dos resultados monitorados.

8.2.2.12 Constitui também objetivo do serviço ampliar a capacidade da contratante de acompanhar tecnicamente os dados utilizados no monitoramento dos indicadores, verificando consistência das informações, coerência metodológica, adequação dos critérios de apuração e confiabilidade das bases utilizadas para fins de gestão e tomada de decisão.

8.2.2.13 Os objetivos do serviço deverão ser desenvolvidos de forma compatível com a natureza estratégica da informação em saúde, reconhecendo os indicadores como instrumentos essenciais para gestão, coordenação, avaliação de desempenho, organização da assistência e acompanhamento da efetividade das ações e serviços ofertados à população.

8.2.2.14 A execução do serviço deverá estar orientada à obtenção de resultados concretos na capacidade da contratante de monitorar, interpretar e utilizar seus indicadores de saúde, com foco na utilidade prática das análises produzidas, na melhoria dos processos internos do município e no fortalecimento progressivo da gestão baseada em evidências.

8.2.3 Escopo do monitoramento de indicadores de saúde

8.2.3.1 O escopo do presente serviço compreende a execução de ações técnicas continuadas de monitoramento de indicadores de saúde, com foco no acompanhamento sistemático do desempenho assistencial, operacional, gerencial e estratégico da rede municipal de saúde, observadas as necessidades da contratante, as diretrizes normativas aplicáveis e os eixos temáticos definidos neste Termo de Referência.

8.2.3.2 O serviço abrangerá o monitoramento de indicadores vinculados à Atenção Primária à Saúde, à Atenção Especializada à Saúde e às demais áreas correlatas da gestão municipal de saúde, considerando fontes oficiais, bases institucionais, relatórios operacionais, painéis de acompanhamento e outros instrumentos regularmente utilizados pela contratante para análise de desempenho e organização de seus processos internos.

8.2.3.3 Integram o escopo do serviço, quando aplicáveis ao contexto da contratante:

- i. definição e organização técnica dos indicadores a serem acompanhados;
- ii. observação sistemática da evolução dos indicadores no tempo;
- iii. monitoramento de metas, parâmetros, resultados e comportamentos críticos;
- iv. identificação de desvios, fragilidades, tendências e oscilações relevantes;
- v. acompanhamento dos reflexos dos indicadores sobre os processos internos da saúde do município;
- vi. apoio à identificação de ajustes necessários em fluxos, rotinas, prioridades e estratégias institucionais;
- vii. produção de informações consolidadas para acompanhamento da execução do serviço.

8.2.3.4 O escopo do serviço compreende o acompanhamento dos indicadores em relação a aspectos como desempenho assistencial, eficiência operacional, qualidade da atenção, acesso, cobertura, segurança, financiamento, produtividade, resultados em saúde e outros eixos temáticos contemplados pelo objeto, de forma compatível com a realidade da contratante e com as prioridades definidas pela Administração.

8.2.3.5 O serviço abrangerá o monitoramento de indicadores oficiais e de indicadores específicos definidos pela contratante, desde que relacionados à gestão da rede municipal de saúde e compatíveis com o objeto contratado, permitindo análise mais aderente às necessidades locais e aos processos internos do município.

8.2.3.6 A contratada deverá acompanhar, nos limites do objeto, a evolução dos indicadores por periodicidade compatível com sua criticidade, natureza e utilidade prática, podendo o monitoramento ocorrer em frequência diária, semanal, mensal ou trimestral, conforme a característica do indicador e a organização operacional pactuada com a contratante.

8.2.3.7 O escopo do serviço compreende a utilização de métodos técnicos de coleta, consolidação, observação e leitura dos dados, inclusive com uso de fontes oficiais e institucionais pertinentes, de modo a permitir acompanhamento

consistente dos indicadores sem que isso implique, por si só, obrigação de desenvolvimento de software, alteração da arquitetura dos sistemas utilizados ou customização de plataformas que não integrem expressamente a contratação.

8.2.3.8 Integra o escopo do serviço a produção periódica de informações consolidadas sobre os indicadores monitorados, com a finalidade de permitir à contratante acompanhar o comportamento dos resultados, identificar áreas de risco ou baixo desempenho, visualizar tendências e adotar medidas de reorientação dos processos internos da saúde municipal.

8.2.3.9 O serviço também abrangerá a participação da contratada em reuniões técnicas periódicas com a contratante, quando previstas no modelo de execução adotado, com a finalidade de apresentar a leitura dos indicadores monitorados, discutir prioridades, sinalizar pontos críticos e apoiar a definição de ajustes nos processos internos do município.

8.2.3.10 Integra o escopo do serviço o monitoramento do desempenho das equipes e estruturas de saúde relacionadas aos eixos contemplados no objeto, inclusive, quando aplicável, equipes da Atenção Primária, Saúde Bucal, eMulti e demais arranjos assistenciais ou gerenciais considerados relevantes pela contratante para fins de acompanhamento técnico.

8.2.3.11 O escopo do serviço compreende, ainda, a identificação de necessidades de ajuste em fluxos, rotinas, prioridades operacionais e processos internos da saúde municipal, a partir da observação dos indicadores acompanhados, sem que isso converta o objeto em consultoria ampla de gestão ou em atividade estranha ao monitoramento contínuo previsto nesta contratação.

8.2.3.12 O serviço não se confunde com auditoria formal, controle externo, consultoria irrestrita, desenvolvimento de software, customização de sistemas, operação direta de serviços assistenciais ou quaisquer outras atividades estranhas ao monitoramento contínuo dos indicadores de saúde, salvo quando houver previsão expressa em sentido diverso no objeto contratado.

8.2.3.13 Quando houver necessidade de cruzamento, comparação ou consolidação de informações entre diferentes fontes de dados, a contratada poderá realizar tais atividades mediante utilização de bases oficiais e institucionais técnica e juridicamente compatíveis com o objeto, sem que isso implique obrigação de integração sistêmica ampla ou irrestrita com bases externas não previstas na contratação.

8.2.3.14 O escopo do serviço deverá ser interpretado de forma sistemática com as demais subseções deste Termo de Referência, especialmente aquelas relativas às diretrizes gerais, aos objetivos, à execução do monitoramento, aos eixos temáticos dos indicadores, aos produtos e entregas técnicas, às responsabilidades das partes, à medição e remuneração e às disposições complementares da contratação.

8.2.4 Execução dos serviços de monitoramento de indicadores de saúde

8.2.4.1 A contratada deverá executar os serviços de monitoramento de indicadores de saúde de forma planejada, contínua, técnica e compatível com a realidade institucional da contratante, observadas as diretrizes normativas aplicáveis, os

sistemas e bases utilizados pela gestão municipal de saúde, os eixos temáticos definidos no objeto e os parâmetros operacionais validados pela Administração.

8.2.4.2 A execução do serviço deverá compreender a organização metodológica do monitoramento, com definição dos indicadores a serem acompanhados, das fontes de informação utilizadas, da periodicidade de observação, dos recortes analíticos aplicáveis e da forma de consolidação dos resultados, de modo a assegurar regularidade, comparabilidade e utilidade prática das informações produzidas.

8.2.4.3 A contratada deverá realizar o acompanhamento sistemático da evolução dos indicadores monitorados, observando, quando aplicável:

i.	variações	relevantes	no	comportamento	dos	resultados;
ii.	oscilações		entre	períodos	de	apuração;
iii.	afastamento	em	relação	a	parâmetros	esperados;
iv.	tendências	de	melhora,	estabilidade	ou	piora;
v.	diferenças	entre	unidades,	equipes,	áreas	ou serviços;
vi.	outros comportamentos relevantes para a gestão da rede municipal de saúde.					

8.2.4.4 A execução do serviço deverá abranger a leitura técnica dos resultados monitorados, com a finalidade de identificar fragilidades, pontos críticos, padrões recorrentes, áreas de atenção prioritária e aspectos que demandem ajuste em fluxos, rotinas ou processos internos da saúde do município.

8.2.4.5 A contratada deverá estruturar o monitoramento de forma compatível com a natureza dos indicadores acompanhados, podendo adotar periodicidade diferenciada entre os eixos contemplados no objeto, desde que preservadas a regularidade do serviço, a coerência metodológica e a utilidade das informações para a contratante.

8.2.4.6 A execução do serviço poderá compreender o acompanhamento dos indicadores por unidade, equipe, área temática, linha de cuidado, perfil assistencial, território, período de referência ou outro recorte técnico compatível com a finalidade do monitoramento e com as necessidades institucionais da contratante.

8.2.4.7 A contratada deverá utilizar métodos técnicos de consolidação, leitura e acompanhamento dos dados que permitam à contratante compreender a evolução dos indicadores monitorados e a relação desses resultados com a organização dos processos internos da saúde municipal.

8.2.4.8 Sempre que a evolução dos indicadores revelar desvios relevantes, fragilidades recorrentes, risco de desempenho insuficiente ou tendência desfavorável, a contratada deverá sinalizar tecnicamente a ocorrência à contratante, indicando os pontos de atenção identificados e os aspectos dos processos internos que mereçam análise ou ajuste.

8.2.4.9 A execução do serviço deverá considerar, quando aplicável, a relação entre os resultados observados e fatores como organização do trabalho, fluxo assistencial, cobertura, registro de informações, produtividade, acesso, integração entre equipes e demais elementos que influenciem o comportamento dos indicadores monitorados.

8.2.4.10 A contratada deverá acompanhar os indicadores de forma articulada com a contratante, observando prioridades institucionais, focos temáticos definidos pela Administração, necessidades supervenientes de acompanhamento e eventuais alterações normativas ou operacionais que impactem a leitura dos resultados.

8.2.4.11 Quando o modelo de execução adotado pela contratante assim exigir, a contratada deverá participar de reuniões técnicas periódicas para apresentação dos resultados monitorados, discussão dos pontos críticos identificados e alinhamento quanto aos ajustes necessários nos processos internos da saúde municipal.

8.2.4.12 A execução do serviço deverá ser acompanhada de registros técnicos suficientes para demonstrar:

- i. os indicadores efetivamente monitorados no período;
- ii. as fontes de informação utilizadas;
- iii. os recortes analíticos adotados;
- iv. os principais achados observados;
- v. os desvios ou tendências identificados;
- vi. os pontos de atenção sinalizados à contratante;
- vii. os encaminhamentos técnicos formulados no âmbito do monitoramento.

8.2.4.13 A contratada deverá organizar a execução do serviço de forma compatível com as prioridades da contratante, podendo estruturar o trabalho por ciclos periódicos de monitoramento, por áreas temáticas, por unidades, por níveis de atenção ou por outros recortes técnicos que favoreçam maior efetividade da análise e melhor aderência à realidade do município.

8.2.4.14 A execução do serviço deverá buscar resultados concretos na capacidade da contratante de observar o comportamento de seus indicadores, compreender os fatores que influenciam o desempenho da rede e promover ajustes internos orientados por dados, com vistas à melhoria da gestão e da organização dos serviços de saúde.

8.2.4.15 A execução dos serviços de monitoramento de indicadores de saúde deverá contribuir para consolidar rotina institucional de acompanhamento técnico dos resultados da rede municipal, fortalecendo o uso qualificado da informação e a capacidade do município de responder de forma mais tempestiva e estruturada às necessidades identificadas a partir dos indicadores monitorados.

8.2.5 Eixos e áreas temáticas dos indicadores monitorados

8.2.5.1 O serviço de monitoramento de indicadores de saúde abrangerá eixos temáticos e áreas de acompanhamento compatíveis com as necessidades institucionais da contratante, com a organização da rede municipal de saúde e com os referenciais normativos e operacionais aplicáveis ao contexto da gestão pública em saúde.

8.2.5.2 O monitoramento deverá contemplar, de forma integrada, indicadores relacionados à Atenção Primária à Saúde, à Atenção Especializada à Saúde, à gestão, ao financiamento, à qualidade, à segurança, à eficiência operacional, ao acesso, à cobertura, aos resultados em saúde, à satisfação dos usuários, à capacitação e à coordenação das ações e serviços, sem prejuízo de outros eixos correlatos definidos pela contratante.

8.2.5.3 No âmbito da Atenção Primária à Saúde, o serviço deverá contemplar o monitoramento de indicadores relacionados à organização da base adscrita, ao desempenho das equipes, à produção assistencial, ao acompanhamento das condições prioritárias, ao acesso, à cobertura, à qualidade do cuidado e aos parâmetros vinculados ao financiamento e à organização do processo de trabalho da APS.

8.2.5.4 No âmbito da Atenção Especializada à Saúde, o serviço deverá contemplar o monitoramento de indicadores relacionados ao acesso aos serviços especializados, à produção assistencial, à continuidade do cuidado, ao desempenho operacional, à articulação com a Atenção Primária e aos resultados assistenciais e gerenciais vinculados à oferta especializada.

8.2.5.5 Constitui eixo temático específico o monitoramento de indicadores de saúde da mulher, gestante e puérpera, abrangendo, quando aplicável ao objeto e às bases utilizadas pela contratante, indicadores relacionados ao acompanhamento pré-natal, à assistência à gestação, ao puerpério, ao cuidado à saúde da mulher e aos fluxos assistenciais correlatos.

8.2.5.6 Constitui eixo temático específico o monitoramento de indicadores relacionados ao desenvolvimento infantil, abrangendo o acompanhamento da primeira infância, a observação de ações de cuidado e desenvolvimento, a vigilância do crescimento e desenvolvimento e demais parâmetros aplicáveis à atenção à criança no âmbito da rede municipal de saúde.

8.2.5.7 Constitui eixo temático específico o monitoramento de indicadores relacionados ao cuidado das pessoas com diabetes, abrangendo acompanhamento clínico, regularidade do cuidado, acesso às ações programadas, monitoramento das condições assistenciais pertinentes e demais parâmetros vinculados à linha de cuidado correspondente.

8.2.5.8 Constitui eixo temático específico o monitoramento de indicadores relacionados ao cuidado das pessoas com hipertensão arterial, abrangendo acompanhamento clínico, regularidade da assistência, observância de ações programadas, continuidade do cuidado e demais aspectos relevantes à organização da linha de cuidado correspondente.

8.2.5.9 Constitui eixo temático específico o monitoramento de indicadores relacionados à saúde da pessoa idosa, abrangendo acompanhamento das condições de saúde, observação de ações prioritárias, continuidade do cuidado, cobertura assistencial e demais parâmetros relevantes ao cuidado dessa população.

8.2.5.10 Constitui eixo temático específico o monitoramento de indicadores relacionados à saúde bucal, abrangendo desempenho das equipes correspondentes, produção assistencial, acesso, cobertura, organização do cuidado odontológico e demais aspectos vinculados à oferta desse componente da atenção em saúde.

8.2.5.11 Constitui eixo temático específico o monitoramento de indicadores relacionados à eMulti, abrangendo o acompanhamento do desempenho, da atuação integrada, da organização do processo de trabalho, da articulação com as equipes da Atenção Primária e dos demais parâmetros aplicáveis à estrutura correspondente.

8.2.5.12 O serviço deverá contemplar, ainda, o monitoramento de indicadores relacionados à gestão e financiamento, abrangendo, quando aplicável, parâmetros de desempenho institucional, critérios relacionados a financiamento, consistência de produção, aderência a metas, regularidade de registros e demais elementos relevantes à sustentabilidade e à gestão da rede municipal de saúde.

8.2.5.13 Constitui eixo temático do monitoramento o acompanhamento de indicadores de qualidade e segurança, abrangendo elementos relacionados à qualidade da assistência, segurança dos processos, conformidade operacional, regularidade dos registros e demais parâmetros que permitam à contratante identificar riscos, fragilidades e oportunidades de melhoria.

8.2.5.14 O serviço deverá contemplar o monitoramento de indicadores de eficiência operacional, abrangendo aspectos relacionados à produtividade, ao funcionamento dos fluxos, ao desempenho de processos internos, à utilização da capacidade instalada, à regularidade operacional dos serviços e a outros elementos úteis à melhoria da gestão do município.

8.2.5.15 Constitui eixo temático do serviço o monitoramento de indicadores de acesso e cobertura, abrangendo parâmetros relacionados ao alcance das ações e serviços, à oportunidade do cuidado, à presença assistencial da rede, à vinculação da população e à capacidade do município de ofertar atendimento compatível com suas necessidades sanitárias e assistenciais.

8.2.5.16 O serviço deverá contemplar o monitoramento de indicadores de resultados em saúde, abrangendo parâmetros relacionados à efetividade das ações desenvolvidas, ao comportamento dos desfechos acompanhados, à evolução dos resultados assistenciais e à observação de tendências relevantes para a gestão e para o planejamento da rede municipal de saúde.

8.2.5.17 Constitui eixo temático específico o monitoramento de indicadores de satisfação e experiência, abrangendo, quando aplicável ao objeto e às fontes adotadas pela contratante, parâmetros relacionados à percepção dos usuários, à

experiência com os serviços de saúde e à identificação de aspectos que influenciem a qualidade percebida da atenção ofertada.

8.2.5.18 O serviço deverá contemplar, ainda, o monitoramento de indicadores relacionados à capacitação e à coordenação, abrangendo parâmetros úteis à observação da qualificação dos processos internos, da articulação entre áreas, da organização do trabalho e da capacidade institucional de coordenar as ações e serviços da rede municipal de saúde.

8.2.5.19 Os eixos e áreas temáticas previstos nesta subseção deverão ser acompanhados de forma compatível com a disponibilidade das bases utilizadas, com as prioridades definidas pela contratante e com a utilidade prática dos indicadores para o aperfeiçoamento dos processos internos da saúde municipal.

8.2.5.20 Sem prejuízo da estrutura temática prevista nesta subseção, a contratante poderá definir recortes específicos de monitoramento por linha de cuidado, equipe, unidade, território, nível de atenção, área técnica ou necessidade institucional, desde que preservada a coerência metodológica do serviço e a aderência ao objeto contratado.

8.2.5.21 Os indicadores abrangidos pelos eixos temáticos desta subseção deverão ser interpretados de forma integrada, de modo a permitir à contratante compreender relações entre desempenho assistencial, organização operacional, gestão, financiamento, qualidade e resultados, favorecendo leitura mais consistente da realidade da rede municipal de saúde.

8.2.5.22 A estrutura temática prevista nesta subseção não afasta o monitoramento de outros indicadores correlatos, desde que relacionados ao objeto contratado, às necessidades institucionais da contratante e às finalidades de acompanhamento técnico contínuo da rede municipal de saúde.

8.2.6 Produtos, entregas técnicas e apoio à gestão

8.2.6.1 A contratada deverá produzir e disponibilizar à contratante os produtos e entregas técnicas necessários à adequada execução do serviço de monitoramento de indicadores de saúde, com a finalidade de assegurar acompanhamento sistemático dos resultados, suporte à gestão e rastreabilidade das informações geradas no âmbito do objeto contratado.

8.2.6.2 Os produtos e entregas técnicas do serviço deverão ser compatíveis com a natureza continuada do monitoramento, com os eixos temáticos contemplados, com a periodicidade pactuada e com a necessidade institucional da contratante de utilizar as informações produzidas para aperfeiçoamento de seus processos internos e fortalecimento da tomada de decisão.

8.2.6.3 Constituem entregas técnicas do serviço, quando aplicáveis ao modelo de execução adotado pela contratante:

- i. consolidações periódicas dos indicadores monitorados;
- ii. relatórios técnicos de acompanhamento;
- iii. painéis, quadros ou demonstrativos sintéticos de resultados, quando previstos no objeto;
- iv. análises comparativas entre períodos, unidades, equipes, áreas temáticas ou outros recortes definidos pela contratante;

- v. registros técnicos das reuniões de acompanhamento realizadas;
- vi. apontamentos de desvios, fragilidades, tendências e pontos de atenção identificados no monitoramento;
- vii. recomendações técnicas voltadas ao aperfeiçoamento dos processos internos da saúde municipal.

8.2.6.4 As entregas técnicas deverão permitir à contratante acompanhar, de forma organizada e inteligível:

- i. os indicadores efetivamente monitorados;
- ii. a evolução dos resultados ao longo do tempo;
- iii. as variações relevantes observadas;
- iv. os pontos críticos identificados;
- v. os eixos temáticos que demandem maior atenção da gestão;
- vi. os aspectos dos processos internos que mereçam ajuste ou reorientação.

8.2.6.5 Os relatórios técnicos de acompanhamento deverão apresentar, no mínimo, quando aplicável:

- i. identificação do período de referência;
- ii. indicação dos indicadores monitorados no período;
- iii. consolidação dos principais resultados observados;
- iv. descrição de variações relevantes, comportamentos atípicos ou tendências críticas;
- v. registro dos pontos de atenção identificados;
- vi. sinalização dos reflexos observados sobre os processos internos da contratante;
- vii. recomendações técnicas compatíveis com o objeto do serviço.

8.2.6.6 Os produtos do monitoramento poderão ser estruturados por eixos temáticos, níveis de atenção, unidades, equipes, áreas técnicas, linhas de cuidado, períodos de análise ou outros recortes definidos pela contratante, desde que preservadas a coerência metodológica e a utilidade prática das informações geradas.

8.2.6.7 Quando o objeto contemplar reuniões técnicas periódicas, a contratada deverá apresentar, no âmbito desses encontros, a leitura dos resultados monitorados, os principais desvios observados, os pontos críticos identificados e os aspectos dos processos internos que demandem atenção da contratante.

8.2.6.8 As reuniões técnicas, quando previstas, terão por finalidade apoiar a contratante na compreensão dos indicadores monitorados, na priorização de áreas de intervenção e na definição de ajustes operacionais ou gerenciais compatíveis com os achados produzidos no âmbito do serviço.

8.2.6.9 A contratada deverá manter registro das entregas técnicas realizadas, inclusive quanto:

- i. ao tipo de produto disponibilizado;
- ii. ao período de referência correspondente;
- iii. à data de apresentação ou entrega;
- iv. ao conteúdo técnico principal contemplado;
- v. aos encaminhamentos ou pontos de atenção registrados, quando aplicável.

8.2.6.10 Os produtos e entregas técnicas deverão ser apresentados em formato compatível com a utilização institucional pela contratante, com linguagem técnica adequada, organização clara das informações e estrutura suficiente para apoiar o acompanhamento dos resultados e a gestão dos processos internos da saúde municipal.

8.2.6.11 As entregas previstas nesta subseção não se confundem com produtos autônomos desvinculados do serviço principal, devendo ser compreendidas como instrumentos de comprovação, consolidação e suporte à execução continuada do monitoramento de indicadores de saúde.

8.2.6.12 Quando houver necessidade de aprofundamento sobre determinado eixo temático, indicador, unidade, equipe, processo ou comportamento identificado no monitoramento, a contratada poderá produzir análise técnica específica, desde que tal aprofundamento guarde aderência ao objeto contratado e à finalidade institucional do serviço.

8.2.6.13 Os produtos, entregas técnicas e atividades de apoio à gestão deverão contribuir para que a contratante utilize os resultados monitorados de forma mais estruturada, fortalecendo a observação contínua do desempenho da rede, a identificação de fragilidades e a promoção de ajustes nos processos internos da saúde do município.

8.2.6.14 As disposições desta subseção deverão ser interpretadas de forma integrada com as demais regras do serviço, especialmente aquelas relativas às diretrizes gerais, aos objetivos, ao escopo, à execução do monitoramento, aos eixos temáticos dos indicadores, às responsabilidades das partes, à medição e remuneração e às disposições complementares da contratação.

8.2.7 Atribuições das Partes na Execução do Serviço

8.2.7.1 Compete à contratada executar o serviço de monitoramento de indicadores de saúde em conformidade com as diretrizes, objetivos, escopo, eixos temáticos, periodicidade, produtos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, observando a natureza continuada do objeto e a necessidade de apoiar a contratante no acompanhamento técnico de seus resultados em saúde.

8.2.7.2	Compete	à	Contratada:
i.	organizar metodologicamente o monitoramento dos indicadores previstos no objeto;		
ii.	acompanhar de forma periódica e sistemática os indicadores definidos pela contratante;		
iii.	utilizar bases, fontes e instrumentos de informação compatíveis com a finalidade do serviço;		
iv.	identificar variações relevantes, tendências, fragilidades e pontos de atenção no comportamento dos indicadores;		
v.	produzir as entregas técnicas previstas no objeto;		
vi.	participar das reuniões técnicas pactuadas com a contratante, quando cabível;		
vii.	formular apontamentos técnicos e recomendações compatíveis com os processos internos da saúde municipal;		
viii.	manter registros suficientes da execução do serviço;		

ix. observar os princípios da segurança da informação, da confiabilidade dos dados e da rastreabilidade das análises realizadas.

8.2.7.3 Compete à contratada executar o monitoramento com coerência metodológica, integridade técnica e aderência às definições aplicáveis aos indicadores acompanhados, evitando leituras inconsistentes, uso indevido de parâmetros, interpretações desconectadas da realidade institucional da contratante ou qualquer outro procedimento que comprometa a utilidade do serviço.

8.2.7.4 Compete à contratada sinalizar à contratante, de forma tempestiva, a identificação de desvios relevantes, comportamentos críticos, inconsistências metodológicas, fragilidades recorrentes ou necessidades de ajuste nos processos internos da saúde municipal que sejam evidenciadas a partir do monitoramento realizado.

8.2.7.5 Compete à contratada manter postura técnica, colaborativa e responsiva na condução do serviço, promovendo alinhamento contínuo com a contratante quanto às prioridades temáticas, aos focos de acompanhamento, aos recortes analíticos e às necessidades institucionais relacionadas ao monitoramento dos indicadores.

8.2.7.6 Compete à Contratante:

- i. definir, validar ou priorizar, quando necessário, os indicadores, eixos temáticos, recortes de monitoramento e focos estratégicos do serviço;
- ii. disponibilizar à contratada acesso às bases, relatórios, sistemas, painéis ou informações necessárias à execução do objeto, nos limites de sua competência institucional e observadas as regras de sigilo e proteção de dados;
- iii. indicar os representantes institucionais responsáveis pela interlocução técnica com a contratada;
- iv. validar prioridades, diretrizes operacionais e encaminhamentos institucionais decorrentes do monitoramento;
- v. apreciar as entregas técnicas apresentadas pela contratada;
- vi. promover, no âmbito de sua competência, os ajustes internos que entender necessários a partir das evidências produzidas pelo serviço.

8.2.7.7 Compete à Contratante assegurar as condições institucionais mínimas para a execução do monitoramento, especialmente quanto ao acesso às informações necessárias, à interlocução com áreas técnicas e à apreciação dos resultados apresentados, sem prejuízo da autonomia administrativa da Administração quanto ao aproveitamento dos achados e recomendações produzidos pela contratada.

8.2.7.8 As responsabilidades da Contratada não compreendem, salvo previsão expressa em sentido diverso:

- i. definição unilateral de políticas públicas locais;
- ii. imposição autônoma de mudanças organizacionais no município;
- iii. execução direta de medidas assistenciais ou administrativas decorrentes dos resultados monitorados;
- iv. auditoria formal de natureza contábil, financeira ou de controle externo;
- v. desenvolvimento de software, customização de sistemas ou alteração da arquitetura das plataformas utilizadas pela contratante;
- vi. outras obrigações estranhas ao monitoramento contínuo dos indicadores de saúde.

8.2.7.9 As responsabilidades da contratante não afastam a obrigação da contratada de executar o serviço com qualidade técnica, regularidade e aderência ao objeto, nem autorizam a transferência indevida à Administração das atividades que integram a obrigação ordinária da contratada no âmbito do monitoramento contratado.

8.2.7.10 Sempre que a execução do serviço depender de validação institucional, definição de prioridade, acesso a informação sensível, alinhamento metodológico ou providência administrativa da Contratante, a Contratada deverá registrar a necessidade correspondente e atuar de forma coordenada com os representantes designados pela Administração.

8.2.7.11 As responsabilidades das partes deverão ser interpretadas de forma complementar e cooperativa, com a finalidade de assegurar a adequada execução do serviço, a utilidade prática das informações produzidas e o fortalecimento da capacidade da contratante de monitorar seus indicadores e aperfeiçoar os processos internos da saúde municipal.

8.2.7.12 O equilíbrio entre as responsabilidades da Contratada e da Contratante deverá preservar a natureza do serviço como atividade técnica continuada de monitoramento de indicadores, garantindo que a execução do objeto ocorra de forma organizada, rastreável, útil à gestão e compatível com as necessidades institucionais do município.

8.2.8.4 O instrumento convocatório ou o contrato definirá, de forma expressa:

- i. a unidade de medida aplicável ao serviço;
- ii. a forma de composição da remuneração;
- iii. a periodicidade de medição;
- iv. os documentos comprobatórios exigíveis;
- v. os critérios de aceite pela contratante;
- vi. as hipóteses de glosa, ajuste, reprogramação ou revisão da execução.

8.2.8.5 Para fins de medição, a contratada deverá comprovar a efetiva realização das atividades previstas no escopo do serviço, mediante documentação compatível com a natureza da contratação, podendo compreender, conforme aplicável:

- i. consolidação dos indicadores monitorados no período;
- ii. registros das análises técnicas realizadas;
- iii. identificação dos desvios, tendências e pontos de atenção observados;
- iv. relatórios técnicos de acompanhamento;
- v. registros de reuniões técnicas realizadas, quando previstas;
- vi. evidências de comunicação dos achados relevantes à contratante;
- vii. demais informações necessárias à validação da execução.

8.2.8.6 A contratada deverá apresentar relatório técnico de execução correspondente ao período de medição, contendo, no mínimo, quando aplicável:

- i. identificação do período de referência;
- ii. indicação dos indicadores acompanhados;

- iii. síntese dos principais resultados observados;
- iv. registro das variações relevantes e dos pontos críticos identificados;
- v. sinalização dos impactos potenciais sobre os processos internos da saúde municipal;
- vi. recomendações técnicas formuladas no âmbito do monitoramento;
- vii. demais informações necessárias à comprovação da execução do serviço.

8.2.8.7 O relatório referido no item anterior terá natureza comprobatória e técnica, destinando-se à demonstração objetiva da execução do serviço, ao acompanhamento da evolução dos indicadores monitorados e à fiscalização contratual pela Administração, não se confundindo com produto autônomo estranho ao objeto principal da contratação.

8.2.8.8 A contratante realizará a conferência da documentação apresentada pela contratada, com a finalidade de verificar a conformidade entre as atividades previstas no objeto, os indicadores efetivamente monitorados, as entregas realizadas e os critérios de medição estabelecidos no contrato.

- 8.2.8.9 O aceite da medição dependerá da verificação de que:
- i. houve execução compatível com o escopo contratado;
 - ii. os indicadores definidos para o período foram acompanhados de forma regular;
 - iii. as entregas técnicas previstas foram apresentadas;
 - iv. a contratada apresentou evidências suficientes da execução;
 - v. não houve descumprimento material das obrigações vinculadas ao serviço.

8.2.8.10 A insuficiência de comprovação documental, a ausência de execução das atividades previstas, a realização incompleta ou inadequada do monitoramento, a incompatibilidade entre a documentação apresentada e a execução efetivamente verificada ou o descumprimento de obrigações essenciais do serviço poderá ensejar glosa, ajuste proporcional da medição, determinação de regularização ou outras medidas previstas contratualmente, observados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

8.2.8.11 Quando a contratação contemplar ciclos distintos de monitoramento, diferentes áreas temáticas ou recortes específicos por nível de atenção, o instrumento convocatório ou o contrato poderá estabelecer critérios próprios de medição por período, eixo ou conjunto de entregas, desde que preservada a coerência do objeto e a demonstração objetiva da execução das atividades correspondentes.

8.2.8.12 A remuneração do serviço deverá refletir não apenas a consolidação dos dados acompanhados, mas também o esforço técnico necessário à organização metodológica do monitoramento, à leitura crítica dos resultados, à identificação de pontos de atenção, à produção das entregas técnicas e ao apoio continuado à contratante na observação dos indicadores e na melhoria de seus processos internos.

8.2.8.13 A medição e a remuneração previstas nesta subseção deverão assegurar equilíbrio entre o adequado dimensionamento econômico do serviço e a necessidade de comprovação objetiva da execução contratual, de modo a

preservar o interesse público, a rastreabilidade das atividades executadas e a efetiva contribuição do monitoramento para o aperfeiçoamento da gestão da saúde municipal.

8.2.9 Disposições complementares

8.2.9.1 Os serviços de monitoramento de indicadores de saúde deverão ser executados de forma integrada, contínua e coerente com as diretrizes gerais, os objetivos, o escopo, as regras de execução, os eixos temáticos, os produtos técnicos, as responsabilidades das partes e os critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência.

8.2.9.2 A execução do serviço deverá guardar estrita pertinência com o objeto contratado, vedada a inclusão automática de atividades, providências ou obrigações não previstas na contratação, salvo quando indispensáveis ao pleno cumprimento do objeto e inerentes à solução expressamente aceita pela contratante.

8.2.9.3 A contratada deverá assegurar coerência entre as diferentes frentes de acompanhamento do serviço, evitando fragmentação indevida, sobreposição metodológica desnecessária, perda de rastreabilidade, adoção de critérios contraditórios ou qualquer outra situação que comprometa a utilidade técnica e institucional do monitoramento realizado.

8.2.9.4 A eventual necessidade de ajuste em recortes analíticos, prioridades temáticas, fluxos de acompanhamento, periodicidade de observação, organização das entregas ou focos de atenção do serviço não descaracteriza o objeto contratado, desde que tais medidas:

- i. guardem compatibilidade com as diretrizes e finalidades da contratação;
- ii. preservem a coerência metodológica do monitoramento;
- iii. mantenham aderência às necessidades institucionais da contratante;
- iv. sejam formalmente registradas e alinhadas com a Administração, quando cabível.

8.2.9.5 A contratada deverá observar, na execução do serviço, a necessária articulação entre integridade da informação, coerência metodológica, leitura dos resultados, rastreabilidade das análises, regularidade do monitoramento e utilidade prática dos achados produzidos, de modo a assegurar que o acompanhamento dos indicadores contribua efetivamente para o aperfeiçoamento dos processos internos da saúde municipal.

8.2.9.6 O serviço não se confunde com mera consolidação pontual de dados, emissão episódica de relatórios ou observação desarticulada de indicadores isolados, devendo ser compreendido como solução estruturada de monitoramento contínuo dos resultados da rede municipal de saúde, com responsabilidade da contratada pela regularidade técnica da execução e pela coerência metodológica do trabalho desenvolvido.

8.2.9.7 A execução do serviço deverá respeitar as competências institucionais da contratante, os fluxos de validação definidos pela Administração e os limites materiais do objeto contratado, não gerando obrigação de prestação de atividades estranhas ao escopo previsto neste Termo de Referência, especialmente aquelas relacionadas a auditoria formal,

consultoria ampla de gestão, controle externo, desenvolvimento de software, customização de sistemas, operação direta de serviços assistenciais ou quaisquer outras ações não expressamente previstas na contratação.

8.2.9.8 Quando a execução do serviço envolver interação com sistemas, bases, painéis, referências institucionais ou critérios administrativos da contratante, a contratada deverá atuar nos limites do objeto contratado, com enfoque no adequado monitoramento dos indicadores e no apoio à observação dos processos internos da saúde municipal, sem que isso implique assunção automática de obrigações próprias de serviços distintos não previstos nesta contratação.

8.2.9.9 A contratada deverá manter postura técnica, colaborativa e responsiva na condução do serviço, promovendo alinhamento contínuo com a contratante e adotando as medidas necessárias à regularidade da execução sempre que identificadas necessidades de ajuste metodológico, adequação operacional, reforço de acompanhamento ou aprimoramento da leitura dos indicadores monitorados.

8.2.9.10 A aceitação inicial das entregas ou das etapas executadas não afasta a responsabilidade da contratada de manter, durante toda a vigência contratual, a aderência do serviço às condições técnicas, operacionais e metodológicas exigidas pela contratação, inclusive quanto à necessidade de continuidade do monitoramento, regularidade das entregas e consistência das análises produzidas.

8.2.9.11 As disposições relativas a este serviço deverão ser interpretadas de forma sistêmica e complementar, de modo a assegurar sua execução como solução continuada, rastreável, mensurável e orientada ao acompanhamento dos resultados da rede municipal de saúde, em benefício da gestão da informação, da melhoria dos processos internos e do fortalecimento da capacidade institucional da contratante.

8.2.9.12 Os serviços de monitoramento de indicadores de saúde deverão contribuir para o fortalecimento da capacidade do município de observar seus resultados de forma contínua, compreender os fatores que influenciam o desempenho da rede e promover ajustes internos com maior segurança técnica, regularidade e aderência às necessidades institucionais da saúde municipal.

8.3 FORNECIMENTO DE HARDWARE AS A SERVICE (HaaS)

8.3.1 Descrição do Serviço

Trata-se de serviço continuado de Hardware as a Service (HaaS), destinado à disponibilização de infraestrutura computacional para apoio às atividades assistenciais, operacionais e informacionais da contratante, compreendendo o fornecimento dos equipamentos e recursos físicos necessários ao seu funcionamento regular, em condições adequadas de uso, desempenho e continuidade operacional.

8.3.2 Diretrizes gerais do HaaS

8.3.2.1 A contratada deverá fornecer infraestrutura computacional na modalidade Hardware as a Service (HaaS), compreendendo a disponibilização continuada de equipamentos, componentes e recursos físicos necessários ao apoio das atividades assistenciais, administrativas, operacionais, gerenciais e informacionais relacionadas ao objeto da contratação, observadas as necessidades da contratante e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.3.2.2 O fornecimento em regime de HaaS não se confunde com simples aquisição ou locação isolada de bens, caracterizando-se como serviço continuado de disponibilização, sustentação, manutenção, substituição e suporte dos ativos físicos abrangidos pelo objeto contratado, com vistas à garantia de funcionamento regular, continuidade operacional e adequação técnica dos recursos disponibilizados à contratante.

8.3.2.3 A infraestrutura fornecida em regime de HaaS deverá ser compatível com a natureza dos serviços públicos de saúde apoiados pela contratação, devendo contribuir para a execução regular das atividades dos profissionais, para a utilização adequada dos sistemas, ambientes e recursos digitais oficialmente adotados pela contratante e para a organização dos processos de trabalho desenvolvidos no âmbito da rede municipal de saúde.

8.3.2.4 A contratada será responsável pela disponibilização dos ativos abrangidos pelo serviço, bem como pelas atividades de entrega, instalação, configuração inicial, inventário, suporte técnico, manutenção corretiva, manutenção preventiva, substituição de componentes ou equipamentos, e demais providências necessárias à preservação das condições de uso e desempenho requeridas para o objeto contratado, nos limites estabelecidos neste Termo de Referência.

8.3.2.5 Os equipamentos e componentes disponibilizados deverão atender integralmente às especificações técnicas, características funcionais, parâmetros de desempenho, condições de compatibilidade e requisitos operacionais definidos pela contratante, não sendo admitido o fornecimento de ativos em condição inadequada, obsoleta, incompatível com o ambiente de uso ou insuficiente para a finalidade a que se destinam.

8.3.2.6 A contratada deverá executar o serviço de HaaS de forma compatível com a realidade operacional da contratante, observando a diversidade de unidades, setores, ambientes assistenciais e contextos de uso em que os equipamentos serão instalados, utilizados, mantidos e eventualmente substituídos.

8.3.2.7 Durante a prova de conceito, demonstração técnica ou procedimento equivalente de validação, a contratante avaliará não apenas a conformidade formal da solução com a descrição do item, mas também sua adequação operacional, desempenho, estabilidade, compatibilidade, qualidade construtiva e aderência prática às necessidades institucionais da rede municipal de saúde, podendo rejeitar equipamentos ou soluções que, embora aparentemente compatíveis em documentação, revelem desempenho insatisfatório ou inadequação ao uso pretendido.

8.3.2.8 A contratada deverá manter postura técnica e responsiva durante toda a execução do serviço, adotando as medidas necessárias à sustentação dos ativos disponibilizados e atuando de forma articulada com a contratante para assegurar adequada instalação, regular funcionamento, controle patrimonial-operacional, tratamento de incidentes e correção de falhas que afetem o uso dos equipamentos abrangidos pelo HaaS.

8.3.2.9 Sem prejuízo das obrigações específicas da contratada quanto ao fornecimento, instalação e sustentação dos ativos, caberá à contratante disponibilizar condições institucionais e operacionais necessárias à execução do objeto, nos limites

definidos contratualmente, especialmente quanto ao acesso às unidades, indicação dos locais de instalação, interlocução técnica, validação de cronogramas, uso regular dos equipamentos e demais providências de sua competência.

8.3.2.10 As disposições desta subseção orientam a interpretação e a execução de todas as demais regras relativas ao Hardware as a Service (HaaS), devendo o serviço ser compreendido como solução continuada de infraestrutura computacional, estruturada para apoiar o funcionamento regular, seguro e eficiente das atividades vinculadas ao objeto da contratação.

8.3.3 Escopo do fornecimento em HaaS

8.3.3.1 O fornecimento de Hardware as a Service (HaaS) compreenderá a disponibilização continuada dos ativos físicos necessários ao funcionamento das atividades apoiadas pelo objeto contratado, observadas as necessidades operacionais da contratante, os ambientes de utilização, os perfis de uso e as especificações técnicas requeridas para cada categoria de equipamento.

8.3.3.2 Irá compor o escopo do fornecimento em HaaS:

i. Tablets

ii. Acessórios indispensáveis ao funcionamento regular dos equipamentos fornecidos;

8.3.3.3 A composição do escopo deverá guardar relação direta com as necessidades funcionais da contratante, podendo os equipamentos ser destinados, conforme o caso, ao apoio de atividades assistenciais, administrativas, operacionais, gerenciais, técnicas, informacionais, regulatórias ou estratégicas relacionadas aos serviços de saúde.

8.3.3.4 Os ativos abrangidos pelo HaaS poderão ser distribuídos entre unidades de saúde, setores administrativos, áreas técnicas, espaços de atendimento, ambientes de apoio, estruturas de gestão e demais locais de uso definidos pela contratante, de acordo com o planejamento de implantação e com a organização da rede municipal de saúde.

8.3.3.5 O escopo do fornecimento compreende não apenas a entrega física dos equipamentos, mas também sua disponibilização em condições de uso, com os componentes necessários ao funcionamento regular da solução, sem prejuízo das demais obrigações de instalação, configuração inicial, manutenção, substituição, suporte e controle patrimonial-operacional previstas nas subseções específicas deste Termo de Referência.

8.3.3.6 Somente integrarão o escopo do HaaS os ativos e recursos físicos expressamente previstos na contratação, não se presumindo incluídos bens, componentes, acessórios ou serviços não descritos no objeto, salvo quando indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos fornecidos e inerentes à solução ofertada.

8.3.3.7 Os acessórios fornecidos no âmbito do HaaS deverão limitar-se àqueles necessários ao funcionamento regular, seguro e adequado dos equipamentos previstos no objeto, não se incluindo, por presunção, itens acessórios de conveniência, personalização individual, ergonomia complementar ou ampliação não prevista da solução, salvo se expressamente definidos pela contratante.

8.3.3.8 A definição quantitativa e qualitativa dos ativos integrantes do HaaS será formalizada em quadros próprios deste termo de referência, nos quais constam as categorias de equipamentos, os quantitativos correspondentes, os perfis de uso, as especificações técnicas requeridas e demais informações necessárias ao adequado dimensionamento do objeto.

8.3.3.9 A distribuição dos ativos por unidade, setor, área técnica ou ambiente institucional deverá constar de quadro específico de implantação, inventário inicial, plano de alocação ou documento equivalente validado pela contratante, sem prejuízo de ajustes posteriores permitidos contratualmente.

8.3.3.10 A eventual substituição de um equipamento por outro equivalente ou superior, no curso da execução contratual, não descaracterizará o escopo do HaaS, desde que preservadas a finalidade de uso, a compatibilidade técnica, o desempenho requerido, a aderência ao objeto e as condições de aceitação definidas pela contratante.

8.3.3.11 Não integram o escopo do HaaS, salvo previsão expressa em sentido diverso:

- i. adequações civis ou reformas estruturais;
- ii. adequações elétricas prediais permanentes;
- iii. fornecimento irrestrito de acessórios não previstos no objeto;
- iv. quaisquer outros serviços ou bens estranhos à disponibilização continuada dos ativos físicos contratados.

8.3.3.12 O escopo do fornecimento em HaaS deve ser interpretado de forma sistemática com as demais subseções deste Termo de Referência, especialmente aquelas relativas às especificações técnicas requeridas, entrega e instalação, inventário, manutenção, substituição, suporte técnico, segurança, condições de uso, medição e remuneração.

8.3.4 Especificações técnicas requeridas dos equipamentos

8.3.4.1 As especificações técnicas requeridas terão caráter obrigatório para fins de aceitação da solução ofertada, não sendo admitido o fornecimento de equipamentos com desempenho inferior, inadequação funcional, incompatibilidade operacional, limitação de uso ou qualquer outra condição que comprometa a finalidade institucional a que se destinam.

8.3.4.2 As características técnicas exigidas deverão ser definidas em quadros próprios da contratação, por categoria de equipamento, podendo contemplar, conforme a natureza do ativo:

- i. arquitetura e capacidade de processamento;
- ii. memória;
- iii. armazenamento;
- iv. interfaces de comunicação;
- v. conectividade;
- vi. características de vídeo e exibição;
- vii. desempenho energético;
- viii. robustez construtiva;
- ix. compatibilidade com periféricos e acessórios;

- x. sistema operacional ou ambiente de funcionamento, quando aplicável;
xi. demais atributos técnicos pertinentes ao uso pretendido.

8.3.4.3 A contratada deverá fornecer equipamentos compatíveis com os sistemas, ambientes, soluções digitais e recursos tecnológicos oficialmente utilizados pela contratante, sempre que essa compatibilidade for necessária ao adequado funcionamento do objeto e estiver expressamente relacionada ao perfil de uso do ativo fornecido.

8.3.4.4 Salvo disposição expressa em sentido diverso, os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha de fabricação ou em condição de fornecimento regular compatível com a disponibilidade de suporte, manutenção, reposição e substituição durante a vigência contratual.

8.3.4.5 A comprovação de atendimento às especificações técnicas requeridas deverá ocorrer na forma definida pela contratante, podendo compreender, conforme aplicável:

- i. catálogo técnico;
- ii. ficha de produto;
- iii. manual do fabricante;

8.3.4.6 Durante a prova de conceito, uma amostra técnica deverá ser apresentada para validação prática, a contratante verificará não apenas a conformidade documental do equipamento, mas também sua aderência operacional, estabilidade de funcionamento, compatibilidade com o ambiente de uso, qualidade construtiva, desempenho prático e adequação à finalidade institucional pretendida.

8.3.4.7 O atendimento formal à descrição do item não afasta a possibilidade de rejeição da solução ofertada quando, durante a prova de conceito, teste, validação técnica ou uso demonstrativo, forem constatados desempenho insatisfatório, inadequação operacional, baixa estabilidade, incompatibilidade com o ambiente da contratante ou qualquer outro fator que comprometa a qualidade da solução.

8.3.4.8 A contratada deverá observar que as especificações técnicas requeridas constituem padrão de aceitação obrigatória, não sendo suficiente a apresentação de solução meramente aproximada, inferior em desempenho ou inadequada ao contexto de uso, ainda que possua semelhança nominal com a categoria de equipamento prevista no objeto.

8.3.4.9 Quando houver necessidade de acessórios, periféricos ou componentes indispensáveis ao funcionamento do equipamento principal, tais itens deverão observar padrão técnico compatível com o ativo a que se vinculam, de modo a não comprometer desempenho, segurança, integridade ou usabilidade da solução ofertada.

8.3.4.10 A contratada deverá assegurar que as especificações técnicas dos equipamentos fornecidos permaneçam compatíveis com as obrigações de manutenção, substituição, suporte e continuidade operacional previstas neste Termo de Referência, não sendo admitida solução cuja composição inviabilize ou fragilize a sustentação do serviço durante a vigência contratual.

8.3.4.11 A eventual substituição de equipamento por outro no curso do contrato somente será admitida quando o ativo substituto atender integralmente às especificações técnicas requeridas ou apresentar padrão técnico equivalente ou superior, sem prejuízo da finalidade de uso, da compatibilidade operacional e das condições de aceitação definidas pela contratante.

8.3.4.12 As especificações técnicas requeridas dos equipamentos deverão ser interpretadas em conjunto com as demais disposições deste Termo de Referência, especialmente aquelas relativas ao escopo do HaaS, à entrega e instalação, à manutenção, à substituição, ao suporte técnico, à segurança, à integridade operacional e às condições de aceitação da solução ofertada.

8.3.5 Entrega, instalação e disponibilização dos ativos

8.3.5.1 A contratada deverá realizar a entrega, a instalação e a disponibilização dos ativos abrangidos pelo Hardware as a Service (HaaS) de forma planejada, coordenada e compatível com as necessidades operacionais da contratante, observados os locais de implantação, os perfis de uso dos equipamentos, o cronograma pactuado e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.3.5.2 A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em condições adequadas de integridade física, acondicionamento, identificação e conferência, cabendo à contratada adotar os cuidados logísticos necessários à preservação dos ativos até sua efetiva instalação e disponibilização para uso.

8.3.5.3 A instalação dos ativos compreenderá, quando aplicável ao tipo de equipamento e ao objeto contratado, sua montagem, posicionamento, conexão, ativação, configuração inicial, testes de funcionamento e demais providências necessárias à sua disponibilização em condições regulares de uso pela contratante.

8.3.5.4 A contratante indicará os locais de entrega e instalação dos ativos, bem como os responsáveis institucionais pela interlocução operacional durante o processo de implantação, cabendo à contratada observar tais indicações para fins de organização, acesso, conferência e validação das etapas executadas.

8.3.5.5 A configuração inicial dos equipamentos deverá observar os parâmetros definidos no objeto contratado, inclusive quanto à preparação básica para uso institucional, compatibilidade com os ambientes tecnológicos da contratante, ativação funcional dos recursos fornecidos e demais requisitos operacionais necessários ao início da utilização dos ativos.

8.3.5.6 Quando aplicável ao equipamento fornecido, a instalação deverá incluir a conexão aos periféricos e componentes que integrem a solução contratada, bem como a verificação do funcionamento conjunto dos elementos necessários à operação regular do ativo.

8.3.5.7 A contratada deverá realizar testes de funcionamento no momento da instalação ou imediatamente após sua conclusão, de modo a verificar integridade física, ativação, operacionalidade, compatibilidade básica e aptidão do equipamento para o uso pretendido.

8.3.5.8 Os ativos somente serão considerados disponibilizados para uso após:
i. entrega física no local definido pela contratante;
ii. instalação e ativação, quando aplicáveis;
iii. realização dos testes de funcionamento correspondentes;
iv. registro das informações necessárias ao controle patrimonial-operacional;
v. aceite da etapa de implantação, na forma definida pela contratante.

8.3.5.9 A contratada deverá manter registro das atividades de entrega e instalação realizadas, contendo, no mínimo:
i. identificação do equipamento;
ii. marca, modelo e número de série, quando aplicável;
iii. local de instalação;
iv. data de entrega;
v. data de instalação;
vi. situação de funcionamento;
vii. eventual ocorrência verificada no processo;
viii. identificação do responsável técnico pela execução.

8.3.5.10 Sempre que pertinente, a contratada poderá executar a implantação por etapas, lotes, unidades, setores ou cronogramas progressivos, desde que tal organização esteja alinhada com a contratante e preserve a coerência operacional da implantação.

8.3.5.11 Na hipótese de entrega ou instalação parcial, a contratada deverá assegurar rastreabilidade dos ativos já implantados, clara identificação das etapas pendentes e comunicação objetiva à contratante quanto ao cronograma de conclusão das ações remanescentes.

8.3.5.12 A contratada deverá comunicar à contratante, de forma tempestiva, qualquer intercorrência relevante que comprometa a entrega, a instalação ou a disponibilização dos ativos, inclusive atraso logístico, incompatibilidade técnica identificada, impossibilidade de instalação no local indicado ou necessidade de providência prévia a cargo da Administração.

8.3.5.13 A implantação dos ativos deverá ocorrer em articulação com os representantes designados pela contratante, cabendo à Administração validar cronogramas, indicar prioridades de instalação, acompanhar a execução das etapas e atestar o recebimento e a disponibilização dos equipamentos na forma prevista contratualmente.

8.3.5.14 A entrega, a instalação e a disponibilização dos ativos deverão contribuir para o início regular da operação do HaaS, assegurando que os equipamentos sejam colocados em uso de forma organizada, rastreável, tecnicamente adequada e compatível com as necessidades institucionais da contratante.

8.3.6 Inventário, identificação e controle patrimonial-operacional

8.3.6.1 A contratada deverá manter inventário atualizado de todos os ativos disponibilizados no âmbito do Hardware as a Service (HaaS), de forma a assegurar rastreabilidade, controle operacional, identificação individualizada dos equipamentos e adequada gestão dos recursos físicos vinculados ao objeto contratado.

8.3.6.2 O inventário deverá contemplar todos os equipamentos efetivamente entregues, instalados, em operação, em substituição temporária, em contingência, em manutenção ou em qualquer outra condição relacionada à execução contratual, desde que vinculados ao serviço de HaaS.

8.3.6.3 Cada ativo disponibilizado deverá possuir identificação individualizada, permitindo sua associação inequívoca à categoria do equipamento, ao local de uso, à unidade ou setor de instalação e à situação operacional correspondente.

8.3.6.4 A contratada deverá apresentar à contratante relação inicial dos ativos disponibilizados, após a conclusão da implantação ou de cada etapa de implantação, contendo as informações necessárias ao acompanhamento do parque de equipamentos fornecido no âmbito do HaaS.

8.3.6.5 Sempre que houver substituição, remanejamento, retirada, instalação complementar, baixa operacional, troca temporária, contingência ou qualquer alteração relevante na composição ou localização dos ativos, a contratada deverá atualizar o inventário correspondente, mantendo sua base de controle compatível com a situação real dos equipamentos em campo.

8.3.6.6 O inventário dos ativos deverá permitir à contratante identificar, a qualquer tempo, quais equipamentos estão alocados em cada unidade, setor ou ambiente institucional, bem como sua situação de uso, sua vinculação ao objeto contratado e seu histórico operacional relevante.

8.3.6.7 A contratada deverá manter registro das movimentações dos ativos, incluindo, quando aplicável:

- | | | | | |
|------|--|--------------|---------|--------------|
| i. | | instalação | | inicial; |
| ii. | remanejamento | entre | setores | ou unidades; |
| iii. | | retirada | para | manutenção; |
| iv. | | substituição | | temporária; |
| v. | | substituição | | definitiva; |
| vi. | | | | devolução; |
| vii. | descontinuação ou encerramento de uso no âmbito do contrato. | | | |

8.3.6.8 A contratada deverá assegurar que os registros de inventário sejam suficientes para subsidiar:

- i. fiscalização contratual;
- ii. conferência da implantação;
- iii. acompanhamento da execução do serviço;
- iv. controle de substituições e manutenções;
- v. verificação de disponibilidade dos ativos;
- vi. medição e validação do objeto;
- vii. eventual processo de transição, encerramento ou reversibilidade contratual.

8.3.6.9 A contratante poderá, a qualquer tempo, solicitar relatórios, conferências, validações ou atualizações do inventário dos ativos vinculados ao HaaS, cabendo à contratada fornecer as informações necessárias ao adequado acompanhamento do objeto contratado.

8.3.7 Manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos

8.3.7.1 A contratada deverá executar serviços de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos disponibilizados no âmbito do Hardware as a Service (HaaS), com a finalidade de assegurar continuidade operacional, integridade funcional, estabilidade de uso, preservação do desempenho requerido e adequação permanente dos ativos às condições de utilização previstas no objeto contratado.

8.3.7.2 Para os fins desta contratação, considera-se manutenção corretiva o conjunto de intervenções técnicas destinadas à identificação, análise, tratamento e correção de falhas, defeitos, incidentes, mau funcionamento, degradação de desempenho, interrupções de uso ou outras ocorrências que comprometam total ou parcialmente a operação regular dos equipamentos fornecidos.

8.3.7.3 Para os fins desta contratação, considera-se manutenção preventiva o conjunto de intervenções técnicas planejadas ou periódicas voltadas à preservação das condições de funcionamento dos equipamentos, à redução da probabilidade de falhas, ao prolongamento da vida útil operacional dos ativos e à mitigação de riscos de indisponibilidade ou degradação do serviço.

8.3.7.4 A manutenção corretiva deverá abranger, quando aplicável:

- i. diagnóstico técnico da falha ou defeito apresentado;
- ii. reparo do equipamento ou de seus componentes;
- iii. substituição de peças, módulos, periféricos ou componentes indispensáveis ao funcionamento regular do ativo;
- iv. reinstalação, reconfiguração ou reativação funcional do equipamento, quando necessário;
- v. adoção de medida de contorno ou substituição temporária, quando a correção definitiva demandar maior prazo;
- vi. restabelecimento da operação em condições regulares de uso.

8.3.7.5 A manutenção preventiva deverá abranger, quando aplicável:
i. inspeções técnicas periódicas;
ii. verificação das condições de funcionamento dos ativos;
iii. limpeza técnica, quando pertinente ao tipo de equipamento e compatível com o objeto;
iv. revisão de componentes sujeitos a desgaste ou falha recorrente;
v. verificação da estabilidade operacional do equipamento;
vi. ações preventivas destinadas a reduzir a ocorrência de falhas e preservar o desempenho requerido.

8.3.7.6 Sempre que a manutenção implicar retirada temporária do equipamento de uso, a contratada deverá adotar providências para preservar a continuidade operacional da contratante, inclusive por meio de substituição provisória, quando cabível, nos termos das subseções específicas relativas à contingência e substituição.

8.3.7.7 A manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos deverá contribuir para a continuidade, a confiabilidade e a qualidade do HaaS, assegurando que os ativos permaneçam aptos ao desempenho das funções institucionais a que se destinam no âmbito da rede municipal de saúde.

8.3.8 Suporte técnico do HaaS

8.3.8.1 A contratada deverá prestar suporte técnico aos ativos disponibilizados no âmbito do Hardware as a Service (HaaS), com a finalidade de assegurar atendimento tempestivo às ocorrências relacionadas ao funcionamento dos equipamentos, continuidade operacional do serviço, adequada orientação à contratante e tratamento das demandas técnicas surgidas no curso da execução contratual.

8.3.8.2 O suporte técnico compreenderá o recebimento, registro, classificação, acompanhamento e tratamento das ocorrências relacionadas aos equipamentos fornecidos, inclusive falhas, defeitos, indisponibilidades, degradação de desempenho, necessidade de manutenção, substituição, orientação técnica de uso e demais situações compatíveis com o objeto do HaaS.

8.3.8.3 A contratada deverá disponibilizar canal ou canais adequados de atendimento para registro das demandas de suporte, devendo assegurar meios de comunicação compatíveis com a natureza do serviço, a criticidade dos ambientes atendidos e a necessidade de interlocução eficiente com a contratante.

8.3.8.4 Os canais de suporte técnico poderão compreender, conforme definido contratualmente:
i. atendimento por sistema de chamados;
ii. atendimento por correio eletrônico institucional;
iii. atendimento telefônico;
iv. atendimento remoto por meio eletrônico;
v. outros meios idôneos de registro e acompanhamento das ocorrências.

8.3.8.5 Toda demanda de suporte técnico deverá ser registrada de forma rastreável, contendo, no mínimo, quando aplicável:

- i. identificação do solicitante ou da unidade demandante;
- ii. identificação do equipamento envolvido;
- iii. descrição da ocorrência;
- iv. data e hora do registro;
- v. classificação da demanda;
- vi. providências adotadas;
- vii. data e hora do atendimento;
- viii. situação da ocorrência;
- ix. data e hora da conclusão.

8.3.8.6 A contratada deverá classificar as demandas de suporte conforme sua criticidade, gravidade, impacto operacional ou urgência, de forma a permitir priorização adequada do atendimento, especialmente quando a ocorrência afetar serviços assistenciais, rotinas administrativas essenciais ou atividades estratégicas da contratante.

8.3.8.7 O instrumento convocatório ou o contrato poderá estabelecer níveis de criticidade, prazos de resposta, prazos de solução, formas de escalonamento e demais parâmetros de atendimento aplicáveis ao suporte técnico do HaaS.

8.3.8.8 O suporte técnico poderá ser prestado de forma remota, sempre que a natureza da ocorrência permitir tratamento por esse meio, sem prejuízo de atendimento presencial quando necessário à adequada análise, manutenção, substituição, reativação ou restabelecimento do equipamento.

8.3.8.9 A adoção de suporte remoto não afasta a obrigação da contratada de realizar atendimento presencial quando a natureza do problema, a limitação do diagnóstico remoto, a necessidade de intervenção física ou a criticidade da ocorrência assim exigirem.

8.3.8.10 A contratada deverá manter fluxo de atendimento compatível com a necessidade de continuidade do serviço, devendo atuar com diligência técnica na identificação da causa da ocorrência, na adoção das medidas corretivas cabíveis e na comunicação tempestiva à contratante quanto à evolução do atendimento.

8.3.8.11 A contratada deverá assegurar que o suporte técnico seja executado por profissionais com qualificação compatível com os equipamentos, tecnologias e rotinas abrangidos pelo objeto contratado, aptos a diagnosticar ocorrências, orientar usuários institucionais, executar intervenções técnicas e articular soluções compatíveis com a criticidade de cada caso.

8.3.9 Condições de uso, responsabilidade e guarda

8.3.9.1 Os equipamentos disponibilizados no âmbito do Hardware as a Service (HaaS) deverão ser utilizados pela contratante exclusivamente para finalidades institucionais compatíveis com o objeto contratado, observadas as rotinas operacionais da rede municipal de saúde, as orientações de uso aplicáveis e as limitações técnicas inerentes a cada categoria de ativo fornecido.

8.3.9.2 A contratada permanecerá responsável pela disponibilização, sustentação, manutenção, substituição e suporte técnico dos ativos fornecidos em regime de HaaS, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência, sem que isso descaracterize a necessidade de uso regular, guarda ordinária e preservação básica dos equipamentos pela contratante durante o período em que estiverem sob sua utilização.

8.3.9.3 Caberá à contratante zelar pelo uso regular dos equipamentos, observando sua finalidade institucional, evitando utilização manifestamente incompatível com a destinação do ativo e adotando os cuidados ordinários necessários à preservação de sua integridade física e funcional durante a rotina de uso.

8.3.9.4 A guarda ordinária dos equipamentos caberá à contratante enquanto os ativos estiverem instalados e disponibilizados em suas unidades, setores ou ambientes institucionais, sem prejuízo da responsabilidade da contratada quanto à manutenção da rastreabilidade, do controle patrimonial-operacional e das providências técnicas necessárias à sustentação do serviço.

8.3.9.5 A contratante deverá comunicar à contratada, em prazo razoável e pelos canais adequados, a ocorrência de falhas, defeitos, indisponibilidades, danos aparentes, extravios, movimentações não programadas ou quaisquer eventos relevantes que afetem os equipamentos abrangidos pelo HaaS.

8.3.9.6 A movimentação, remanejamento, retirada ou reinstalação de equipamentos entre unidades, setores ou ambientes da contratante deverá observar os fluxos definidos contratualmente, de modo a preservar a rastreabilidade dos ativos, a integridade física dos equipamentos e a atualização do inventário patrimonial-operacional.

8.3.9.7 Quando a movimentação de ativo depender de intervenção técnica, transporte especializado, reinstalação, reconfiguração ou atualização de inventário, a contratante deverá acionar a contratada para execução ou acompanhamento da atividade, conforme o caso e os limites do objeto contratado.

8.3.9.8 A contratada não responderá por danos decorrentes de uso manifestamente inadequado, intervenção não autorizada de terceiros, manipulação incompatível com a finalidade do equipamento, remoção indevida, violação física injustificada do ativo ou outras condutas alheias ao uso institucional regular, sem prejuízo da necessidade de apuração da ocorrência e das providências cabíveis nos termos do contrato.

8.3.9.9 Não se considera uso inadequado, para os fins desta subseção, o desgaste normal decorrente da utilização regular do equipamento no contexto institucional da contratante, hipótese em que permanecerão íntegros os deveres ordinários da contratada relativos à manutenção, substituição e sustentação do HaaS.

8.3.9.10 A contratante deverá assegurar, na medida de sua competência institucional, condições ordinárias de ambiente para uso dos equipamentos, inclusive quanto ao acesso regular aos locais de instalação, proteção contra riscos evitáveis e preservação contra remoções, manuseios ou interferências incompatíveis com a rotina prevista para o ativo.

8.3.9.11 A utilização dos equipamentos por profissionais, equipes ou setores da contratante não transfere a esses usuários qualquer titularidade sobre os ativos, permanecendo os bens vinculados ao regime de serviço de HaaS durante toda a vigência contratual, sem prejuízo das regras de controle, rastreabilidade e responsabilização previstas no contrato.

8.3.9.12 A retirada definitiva, devolução, substituição final ou desmobilização dos ativos ao término do contrato ou em outra hipótese prevista contratualmente deverá observar procedimento formal de conferência, registro e atualização do inventário, de forma a assegurar adequada transição, rastreabilidade e regular encerramento da vinculação do equipamento ao serviço.

8.3.9.13 Quando houver necessidade de retirada temporária de ativo para manutenção, análise técnica, substituição ou contingência, a contratada deverá adotar as providências cabíveis para preservar a continuidade operacional da contratante, sem prejuízo da atualização dos registros patrimonial-operacionais correspondentes.

8.3.9.14 As condições de uso, responsabilidade e guarda previstas nesta subseção deverão ser interpretadas de forma equilibrada e compatível com a natureza do HaaS, de modo a assegurar, simultaneamente, a responsabilidade da contratada pela sustentação técnica e disponibilidade dos ativos e a responsabilidade da contratante pelo uso regular e pela guarda ordinária dos equipamentos em sua rotina institucional.

8.3.10 Medição e remuneração do HaaS

8.3.10.1 A medição e a remuneração dos serviços de Hardware as a Service (HaaS) observarão o modelo contratual definido pela contratante, tendo como referência os ativos efetivamente disponibilizados, instalados, em operação e mantidos em condições regulares de uso no âmbito do objeto contratado, conforme os quadros de dimensionamento, implantação e inventário previstos neste Termo de Referência.

8.3.10.2 A remuneração do HaaS corresponderá à disponibilização continuada da infraestrutura computacional contratada, não se restringindo à mera entrega física dos equipamentos, mas abrangendo, de forma integrada, instalação, configuração inicial, inventário, manutenção corretiva, manutenção preventiva, substituição, contingência, suporte técnico e demais obrigações ordinárias de sustentação previstas no escopo do serviço.

8.3.10.3 A medição do HaaS não se confunde com pagamento por fornecimento isolado de bem, por intervenção técnica individualmente considerada ou por acionamento específico de suporte, manutenção ou substituição, uma vez que tais atividades integram a obrigação ordinária da contratada no regime de serviço continuado estabelecido para o objeto.

8.3.10.4 A base de medição poderá ser organizada por:

- i. quantidade de ativos disponibilizados por categoria de equipamento;
- ii. quantidade de ativos efetivamente implantados por unidade, setor ou ambiente institucional;
- iii. outro critério objetivo de dimensionamento definido pela contratante e compatível com a natureza do HaaS.

8.3.10.5 Para fins de medição, somente poderão ser considerados os ativos que estejam:

- i. formalmente previstos no objeto contratado;
- ii. entregues e registrados no inventário patrimonial-operacional;
- iii. instalados ou disponibilizados na forma pactuada;
- iv. em condição regular de uso, ou regularmente substituídos por ativo equivalente em caso de manutenção, contingência ou renovação;
- v. vinculados às unidades, setores ou ambientes definidos pela contratante.

8.3.10.6 A contratada deverá apresentar, para fins de faturamento, documentação comprobatória suficiente da execução do serviço, podendo compreender, conforme aplicável:

- i. relação dos ativos em operação;
- ii. inventário atualizado;
- iii. registros de entrega e instalação;
- iv. relatórios de manutenção e suporte;
- v. registros de substituição e contingência;
- vi. comprovantes de atualização cadastral dos ativos;
- vii. outras evidências pertinentes à validação da medição.

8.3.10.7 A contratante realizará a conferência da documentação apresentada pela contratada, com a finalidade de verificar a conformidade entre os ativos medidos, o inventário vigente, a situação real de disponibilidade dos equipamentos e as obrigações contratuais relativas ao HaaS.

8.3.10.8 O aceite da medição dependerá da verificação de que:

- i. os ativos considerados para faturamento correspondem ao objeto contratado;
- ii. os equipamentos encontram-se implantados e em condição regular de uso, ou adequadamente substituídos nos casos previstos;
- iii. as obrigações ordinárias de sustentação do HaaS vêm sendo cumpridas;
- iv. a documentação apresentada é suficiente para comprovar a regularidade da execução;
- v. não houve descumprimento material das obrigações vinculadas ao serviço.

8.3.10.9 Na hipótese de ampliação, redução, remanejamento ou revisão quantitativa dos ativos contratados, a repercussão sobre a remuneração dependerá de formalização específica, observados os critérios, limites e procedimentos previstos no instrumento convocatório e no contrato.

8.3.10.10 A medição e a remuneração previstas nesta subseção deverão assegurar equilíbrio entre o adequado dimensionamento econômico do HaaS e a necessidade de comprovação objetiva da execução contratual, de modo a preservar o interesse público, a rastreabilidade dos ativos e a regularidade da infraestrutura computacional disponibilizada à contratante.

8.3.11 Disposições complementares do HaaS

8.3.11.1 Os serviços de Hardware as a Service (HaaS) deverão ser executados de forma integrada, contínua e coerente com as diretrizes gerais, o escopo do fornecimento, as especificações técnicas requeridas, as regras de entrega e instalação, os mecanismos de inventário, manutenção, substituição, suporte técnico, segurança, condições de uso e critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência.

8.3.11.2 A execução do HaaS deverá guardar estrita pertinência com o objeto contratado, vedada a inclusão automática de bens, acessórios, serviços ou obrigações não previstos na contratação, salvo quando indispensáveis ao pleno funcionamento dos ativos fornecidos e inerentes à solução expressamente aceita pela contratante.

8.3.11.3 A contratada deverá assegurar coerência entre os diferentes componentes do HaaS, evitando despadronização indevida, substituições incompatíveis, fragmentação operacional, perda de rastreabilidade, degradação da solução ao longo do tempo ou qualquer outra situação que comprometa a continuidade e a qualidade do serviço.

8.3.11.4 A eventual necessidade de ajuste em cronogramas de implantação, remanejamento de ativos, reorganização de lotes, redistribuição de equipamentos, substituições tecnicamente justificadas ou adequações operacionais compatíveis com o objeto não descaracteriza o HaaS, desde que tais medidas:

- i. guardem compatibilidade com as diretrizes e finalidades da contratação;
- ii. preservem as especificações técnicas requeridas;
- iii. mantenham a aderência da solução às necessidades institucionais da contratante;
- iv. sejam formalmente registradas e alinhadas com a Administração, quando cabível.

8.3.11.5 A contratada deverá observar, na execução do HaaS, a necessidade de articulação entre infraestrutura computacional, continuidade operacional, integridade dos ativos, suporte técnico, manutenção, inventário e rastreabilidade, de modo a assegurar que os equipamentos disponibilizados contribuam efetivamente para o funcionamento regular das atividades apoiadas pelo objeto contratado.

8.3.11.6 O HaaS não se confunde com simples fornecimento pontual de bens, entrega avulsa de equipamentos, suporte eventual desconectado do serviço ou disponibilização precária de ativos sem sustentação continuada, devendo ser compreendido como solução estruturada de infraestrutura computacional em regime de serviço, com responsabilidade da contratada pela manutenção das condições regulares de uso dos equipamentos disponibilizados.

8.3.11.7 A execução do HaaS deverá respeitar as competências institucionais da contratante, os fluxos de validação definidos pela Administração e os limites materiais do objeto contratado, não gerando obrigação de prestação de

atividades estranhas ao escopo previsto neste Termo de Referência, especialmente aquelas relacionadas a desenvolvimento de software, customização de sistemas, operação integral de rede lógica, gestão predial, reformas estruturais, adequações civis permanentes ou adequações elétricas prediais não incluídas expressamente no objeto.

8.3.11.8 Quando a prestação do HaaS envolver interação com ambientes tecnológicos, sistemas corporativos ou recursos institucionais da contratante, a contratada deverá atuar nos limites do objeto contratado, com enfoque na adequada disponibilização e sustentação dos ativos físicos, sem que isso implique assunção automática de obrigações próprias de serviços distintos não previstos nesta contratação.

8.3.12 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS DOS EQUIPAMENTOS FORNECIDOS

8.3.12.1 Os equipamentos de informática a serem disponibilizados pela Contratada deverão atender, de forma integral, às especificações técnicas mínimas definidas neste Termo de Referência.

8.3.12.2 O desempenho de cada dispositivo deverá ser compatível com as exigências operacionais dos sistemas oficiais atualmente utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, contemplando especialmente:

- i) Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC - e-SUS APS);
- ii) os sistemas de gestão hospitalar e ambulatorial;
- iii) as soluções voltadas à regulação, farmácia, business intelligence e gestão administrativa;
- iv) demais plataformas integradas à política nacional de Saúde Digital do SUS.

8.3.12.3 No momento da apresentação da proposta, a Contratada deverá anexar catálogos oficiais, folders ou documentos técnicos emitidos pelos fabricantes, de modo a comprovar a conformidade das especificações declaradas com os requisitos mínimos estabelecidos neste instrumento.

8.3.12.4 As quantidades e especificações técnicas detalhadas dos equipamentos encontram-se descritas no Anexo IV - Quadro de Especificações Técnicas e Quantitativos de Equipamentos, que integra o presente Termo de Referência para todos os fins legais.

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviço ou de outro instrumento formal de autorização expedido pela contratante.

A contratada deverá observar, durante toda a execução contratual, os marcos, etapas, entregas e prazos definidos pela Administração, em conformidade com este Termo de Referência, com o contrato e com o cronograma físico-financeiro aprovado.

Os prazos previstos poderão ser revistos apenas nas hipóteses legalmente admitidas, mediante justificativa formal e anuência da contratante, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, quando cabível.

Para fins de organização da execução contratual, os serviços ficam estruturados em:

- a) etapas de implantação, compreendendo as atividades iniciais de configuração, parametrização, integração, ativação, validação, saneamento inicial, disponibilização das soluções e capacitação inicial; e
- b) serviços continuados, compreendendo as atividades permanentes de hospedagem, sustentação, monitoramento, suporte, manutenção, atualização, qualificação continuada da base cadastral, educação permanente em saúde, acompanhamento de indicadores, backup e continuidade operacional.

Essa distinção servirá de referência para o acompanhamento da execução, a aferição das entregas, a medição dos serviços e a liberação dos pagamentos.

9.1. Cronograma de execução

9.1.1. Etapas de implantação

ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO		
ITEM	ETAPA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO	PRAZO
1	Implantação, configuração e parametrização do ambiente em nuvem	05 (cinco) dias úteis
2	Implantação, configuração e validação do e-SUS APS PEC no ambiente contratado	05 (cinco) dias úteis
3	Levantamento técnico, organização cadastral inicial e parametrização operacional de cadastros, acessos, perfis, estabelecimentos e equipes	05 (cinco) dias úteis
4	Diagnóstico inicial, qualificação, saneamento e organização da base cadastral da Atenção Primária à Saúde	05 (cinco) dias úteis
5	Implantação e ativação da solução de Painel de Chamadas integrada ao e-SUS APS PEC	10 (dez) dias úteis

ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO		
6	Instalação, ativação e parametrização dos painéis e periféricos nas unidades de saúde	10 (dez) dias úteis
7	Implantação, configuração e disponibilização da plataforma de Business Intelligence	10 (dez) dias úteis
8	Integração, sincronização inicial e validação dos dados da plataforma de Business Intelligence com o e-SUS APS PEC e com a AES	10 (dez) dias úteis
9	Estruturação inicial do monitoramento de indicadores de saúde, com definição de parâmetros, recortes e rotinas de acompanhamento	15 (quinze) dias úteis
10	Capacitação inicial dos usuários e início das ações de Educação Permanente em Saúde	30 (trinta) dias úteis
11	Ativação do hardware as a service (haas)	30 (trinta) dias úteis
12	Sistema de gestão hospitalar e prontuário eletrônico para unidades hospitalares, pronto atendimento e serviços ambulatoriais.	30 (trinta) dias úteis
13	Sistema voltado à informatização do gabinete do secretário de saúde	15 (quinze) dias úteis
14	Sistema de informatização do serviço de tratamento fora do domicílio	15 (quinze) dias úteis
15	Sistema de informatização da central de abastecimento farmacêutico e da rede de abastecimento em saúde	15 (quinze) dias úteis
16	Sistema de informatização da central de marcação de exames, consultas e procedimentos.	15 (quinze) dias úteis
17	Plataforma de informatização dos serviços de vigilância sanitária municipal	15 (quinze) dias úteis

9.1.2. Serviços continuados

ITEM	ETAPA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO	VIGÊNCIA
1	Infraestrutura em nuvem para sustentação do e-SUS APS PEC	12 (doze) meses
2	Hospedagem, monitoramento e administração do ambiente tecnológico	12 (doze) meses
3	Parametrização, adequação operacional e suporte aos cadastros, acessos, perfis, estabelecimentos e equipes	12 (doze) meses
4	Qualificação, saneamento e manutenção continuada da base cadastral da Atenção Primária à Saúde	12 (doze) meses
5	Operação continuada da solução de Painel de Chamadas integrada ao e-SUS APS PEC	12 (doze) meses
6	Operação continuada da plataforma de Business Intelligence	12 (doze) meses
7	Educação Permanente em Saúde	12 (doze) meses
8	Monitoramento contínuo de indicadores de saúde	12 (doze) meses
9	Suporte técnico especializado	12 (doze) meses
10	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva	12 (doze) meses
11	Backup, recuperação e continuidade operacional	12 (doze) meses

12	Atualizações da infraestrutura, do e-SUS APS PEC e das soluções integradas	12 (doze) meses
13	Fornecimento de hardware as a service (haas)	12 (doze) meses
14	Sistema de gestão hospitalar e prontuário eletrônico para unidades hospitalares, pronto atendimento e serviços ambulatoriais	12 (doze) meses
15	Operação continuada do Sistema voltado à informatização do gabinete do secretário de saúde	12 (doze) meses
16	Operação continuada do Sistema de informatização do serviço de tratamento fora do domicílio	12 (doze) meses
17	Operação continuada do Sistema de informatização da central de abastecimento farmacêutico e da rede de abastecimento em saúde	12 (doze) meses
18	Operação continuada do Sistema de informatização da central de marcação de exames, consultas e procedimentos.	12 (doze) meses
19	Operação continuada do Plataforma de informatização dos serviços de vigilância sanitária municipal	12 (doze) meses

9.2. Cronograma físico-financeiro

O cronograma físico-financeiro deverá observar a natureza de cada prestação, distinguindo-se as etapas de implantação dos serviços de caráter continuado.

9.2.1. Etapas de implantação

ITEM	ETAPA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO	Periodicidade	Percentual / Valor Único
1	Implantação, configuração e parametrização do ambiente em nuvem	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
2	Implantação, configuração e validação do e-SUS APS PEC no ambiente contratado	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
3	Levantamento técnico, organização cadastral inicial e parametrização operacional de cadastros, acessos, perfis, estabelecimentos e equipes	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
4	Diagnóstico inicial, qualificação, saneamento e organização da base cadastral da Atenção Primária à Saúde	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
5	Implantação e ativação da solução de Painel de Chamadas integrada ao e-SUS APS PEC	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
6	Instalação, ativação e parametrização dos painéis e periféricos nas unidades de saúde	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
7	Implantação, configuração e disponibilização da plataforma de Business Intelligence	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
8	Integração, sincronização inicial e validação dos dados da plataforma de Business Intelligence com o e-SUS APS PEC	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite

9	Estruturação inicial do monitoramento de indicadores de saúde, com definição de parâmetros, recortes e rotinas de acompanhamento	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
10	Capacitação inicial dos usuários e início das ações de Educação Permanente em Saúde	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
11	Ativação do hardware as a service (haas)	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
12	Sistema de gestão hospitalar e prontuário eletrônico para unidades hospitalares, pronto atendimento e serviços ambulatoriais.	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
13	Sistema voltado à informatização do gabinete do secretário de saúde	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
14	Sistema de informatização do serviço de tratamento fora do domicílio	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
15	Sistema de informatização da central de abastecimento farmacêutico e da rede de abastecimento em saúde	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
16	Sistema de informatização da central de marcação de exames, consultas e procedimentos.	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens Implantados / Aceite
17	Plataforma de informatização dos serviços de vigilância sanitária municipal	Parcela por item / aceite	Percentual de Itens

			Implantados / Aceite
--	--	--	-------------------------

9.2.2. Serviços continuados

ITEM	ETAPA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO	Periodicidad e	Percentual / Valor Mensal
1	Infraestrutura em nuvem para sustentação do e-SUS APS PEC	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
2	Hospedagem, monitoramento e administração do ambiente tecnológico	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
3	Parametrização, adequação operacional e suporte aos cadastros, acessos, perfis, estabelecimentos e equipes	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
4	Qualificação, saneamento e manutenção continuada da base cadastral da Atenção Primária à Saúde	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
5	Operação continuada da solução de Painel de Chamadas integrada ao e-SUS APS PEC	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
6	Operação continuada da plataforma de Business Intelligence	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
7	Educação Permanente em Saúde	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades

8	Monitoramento contínuo de indicadores de saúde	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
9	Suporte técnico especializado	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
10	Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
11	Backup, recuperação e continuidade operacional	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
12	Atualizações da infraestrutura, do e-SUS APS PEC e das soluções integradas	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
13	Fornecimento de hardware as a service (haas)	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
14	Sistema de gestão hospitalar e prontuário eletrônico para unidades hospitalares, pronto atendimento e serviços ambulatoriais	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
15	Operação continuada do Sistema voltado à informatização do gabinete do secretário de saúde	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
16	Operação continuada do Sistema de informatização do serviço de tratamento fora do domicílio	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades

17	Operação continuada do Sistema de informatização da central de abastecimento farmacêutico e da rede de abastecimento em saúde	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
18	Operação continuada do Sistema de informatização da central de marcação de exames, consultas e procedimentos.	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades
19	Operação continuada do Plataforma de informatização dos serviços de vigilância sanitária municipal	Valor por Unidade	Valor por Unidade Contratada x Quantidades

Os percentuais e valores correspondentes a cada etapa e a cada serviço deverão ser definidos no cronograma físico-financeiro definitivo, observada a natureza da prestação, a lógica de implantação das soluções, a forma de medição adotada e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A execução contratual deverá ser acompanhada por meio de relatórios periódicos, preferencialmente mensais, contendo a demonstração das atividades realizadas, das entregas concluídas, dos níveis de serviço observados, dos chamados atendidos, das atualizações implementadas, das ações de parametrização e saneamento cadastral executadas, das atividades formativas realizadas, do acompanhamento dos indicadores monitorados, das ocorrências relevantes e das demais informações necessárias ao controle físico e financeiro do contrato.

Os serviços de infraestrutura em nuvem, sustentação do ambiente, parametrização operacional continuada, qualificação e manutenção da base cadastral, suporte técnico, manutenção, monitoramento, backup, continuidade operacional, Painel de Chamadas, Business Intelligence, Educação Permanente em Saúde e monitoramento contínuo de indicadores de saúde terão duração correspondente à vigência contratual de 12 (doze) meses, admitida prorrogação nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que presentes os pressupostos legais e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

As etapas de implantação, configuração inicial, parametrização, ativação, integração, saneamento inicial, estruturação do monitoramento e capacitação inicial deverão observar os marcos e prazos específicos definidos no cronograma de execução, sem prejuízo de eventual ajuste formalmente autorizado pela contratante, nas hipóteses legalmente admitidas.

DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados nas dependências do Município de Dom Basílio e nas unidades vinculadas à contratante abrangidas pela execução do objeto, conforme definido pela Administração e de acordo com as necessidades operacionais da contratação.

Quando a natureza do serviço assim o permitir, a execução poderá ocorrer de forma remota, sem prejuízo das atividades presenciais que se mostrarem necessárias à implantação, configuração, validação, suporte técnico, manutenção, capacitação ou demais providências relacionadas ao regular cumprimento do objeto contratual.

A tabela à seguir apresenta a lista de locais de instalação/disponibilização dos serviços:

SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO			
IMPLANTAÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE			
<ul style="list-style-type: none">• Implantação, configuração e parametrização do ambiente em nuvem• Implantação, configuração e validação do e-SUS APS PEC no ambiente contratado• Levantamento técnico, organização cadastral inicial e parametrização operacional de cadastros, acessos, perfis, estabelecimentos e equipes• Diagnóstico inicial, qualificação, saneamento e organização da base cadastral da Atenção Primária à Saúde• Implantação e ativação da solução de Painel de Chamadas integrada ao e-SUS APS PEC• Instalação, ativação e parametrização dos painéis e periféricos nas unidades de saúde• Implantação, configuração e disponibilização da plataforma de Business Intelligence• Integração, sincronização inicial e validação dos dados da plataforma de Business Intelligence com o e-SUS APS PEC• Estruturação inicial do monitoramento de indicadores de saúde, com definição de parâmetros, recortes e rotinas de acompanhamento• Capacitação inicial dos usuários e início das ações de Educação Permanente em Saúde• Ativação do hardware as a service (haas)			
ITEM	CNES	UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE	QUANT.
1	3020916	USF DE BARRA DO BERNARDO	1
2	3020924	USF CENTRO II	1
3	2602067	USF CENTRO	1
4	2996499	USF CENTRO 05	1

5	3430405	USF DOM HÉLIO PASCOAL	1
ITEM	COD.	EQUIPES DA ATENÇÃO BÁSICA - APS	QUANT.
1	70	ESF - Equipe de Saúde da Família	5
2	71	ESB - Equipe de Saúde Bucal	5
3	72	e-Multi - na At. Primária à Saúde	1
4	NS	Agentes de Saúde Pública	40

IMPLANTAÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

- Implantação de Sistema de gestão hospitalar e prontuário eletrônico para unidades hospitalares, pronto atendimento e serviços ambulatoriais

ITEM	CNES	UNIDADE	QUANT
1	2602563	HOSPITAL M DE DOM BASÍLIO MATERNIDADE DR MARILTON TANAJURA	1

IMPLANTAÇÃO - SETORES ESTRATÉGICOS DA SAÚDE

- Implantação de Sistema voltado à informatização do gabinete do secretário de saúde
- Implantação de Sistema de informatização do serviço de tratamento fora do domicílio
- Implantação de Sistema de informatização da central de abastecimento farmacêutico e da rede de abastecimento em saúde
- Implantação de Sistema de informatização da central de marcação de exames, consultas e procedimentos.
- Implantação de Plataforma de informatização dos serviços de vigilância sanitária municipal

ITEM	CNES	UNIDADE	QUANT .
1	7598173	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE ZONOSSES	1
2	7316941	FARMACIA BASICA MUNICIPAL	1
3	7316968	CAF CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	1
4	6449379	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOM BASÍLIO	1
5	221880	CENTRAL DE REGULACAO CONTROLE E AVALIAÇÃO	1

SERVIÇOS CONTINUADOS			
SERVIÇOS MENSAIS - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE			
<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura em nuvem para sustentação do e-SUS APS PEC • Hospedagem, monitoramento e administração do ambiente tecnológico • Parametrização, adequação operacional e suporte aos cadastros, acessos, perfis, estabelecimentos e equipes • Qualificação, saneamento e manutenção continuada da base cadastral da Atenção Primária à Saúde • Operação continuada da solução de Painel de Chamadas integrada ao e-SUS APS PEC • Operação continuada da plataforma de Business Intelligence • Educação Permanente em Saúde • Monitoramento contínuo de indicadores de saúde • Suporte técnico especializado • Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva • Backup, recuperação e continuidade operacional • Atualizações da infraestrutura, do e-SUS APS PEC e das soluções integradas • Fornecimento de hardware as a service (haas) 			
ITEM	CNES	UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE	QUANT .

1	3020916	USF DE BARRA DO BERNARDO	1
2	3020924	USF CENTRO II	1
3	2602067	USF CENTRO	1
4	2996499	USF CENTRO 05	1
5	3430405	USF DOM HÉLIO PASCOAL	1
ITEM	COD.	EQUIPES DA ATENÇÃO BÁSICA - APS	QUANT
1	70	ESF - Equipe de Saúde da Família	5
2	71	ESB - Equipe de Saúde Bucal	5
3	72	e-Multi - na At. Primária à Saúde	1
4	NS	Agentes de Saúde Pública	40

SERVIÇOS MENSAIS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

- Sistema de gestão hospitalar e prontuário eletrônico para unidades hospitalares, pronto atendimento e serviços ambulatoriais

ITEM	CNES	UNIDADE	QUANT.
1	2602563	HOSPITAL M DE DOM BASÍLIO MATERNIDADE DR MARILTON TANAJURA	1

SERVIÇOS MENSAIS - SETORES ESTRATÉGICOS DA SAÚDE

- Operação continuada do Sistema voltado à informatização do gabinete do secretário de saúde

SERVIÇOS MENSAIS - SETORES ESTRATÉGICOS DA SAÚDE

- Operação continuada do Sistema de informatização do serviço de tratamento fora do domicílio
- Operação continuada do Sistema de informatização da central de abastecimento farmacêutico e da rede de abastecimento em saúde
- Operação continuada do Sistema de informatização da central de marcação de exames, consultas e procedimentos.
- Operação continuada do Plataforma de informatização dos serviços de vigilância sanitária municipal

ITEM	CNES	UNIDADE	QUANT.
1	7598173	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE ZONÓSES	1
2	7316941	FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL	1
3	7316968	CAF CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	1
4	6449379	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOM BASÍLIO	1
5	221880	CENTRAL DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO	1

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto,

do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente com os itens pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos

cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 168.016,92 (cento e sessenta e oito mil dezesseis reais e noventa e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima do item 01.

ADILSON MOREIRA BONFIM
Diretor de Média e Alta Complexidade

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E ANÁLISE DE RISCOS

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Análise de Riscos

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLTADOS À IMPLANTAÇÃO,
SUSTENTAÇÃO, SUPORTE, CAPACITAÇÃO E OPERAÇÃO DO E-
SUS APS PEC E SOLUÇÕES CORRELATAS, EM APOIO À GESTÃO
MUNICIPAL DE SAÚDE**

1. OBJETO

Trata-se da necessidade de prestação de serviços voltados à implantação, sustentação, suporte, capacitação e operação do E-SUS APS PEC e soluções correlatas, em apoio à gestão municipal de saúde.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada implantação, sustentação, suporte técnico, capacitação de usuários e operação assistida do sistema e-SUS APS PEC, bem como das soluções a ele correlatas, no âmbito da gestão municipal de saúde.

Considerando a relevância do prontuário eletrônico como instrumento essencial para o registro, organização, qualificação e monitoramento das informações da Atenção Primária à Saúde, torna-se imprescindível dispor de suporte técnico especializado e contínuo, capaz de garantir a estabilidade operacional do sistema, a integridade das informações, a conformidade com diretrizes do Ministério da Saúde e a adequada utilização pelos profissionais da rede.

Adicionalmente, a contratação visa promover a melhoria dos processos de trabalho, o aprimoramento da qualidade da informação em saúde, o fortalecimento da capacidade de planejamento e tomada de decisão baseada em evidências, bem como a continuidade dos serviços assistenciais, evitando descontinuidade, falhas operacionais ou prejuízos à gestão e ao atendimento à população.

Dessa forma, a solução pretendida mostra-se necessária para garantir eficiência, segurança, padronização e efetividade no uso das ferramentas digitais que suportam a Atenção Primária à Saúde no município.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra-se alinhada com o planejamento estratégico da Administração Municipal, especialmente no que se refere ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, à qualificação da informação em saúde e à modernização dos processos de gestão por meio da transformação digital.

A solução proposta guarda compatibilidade com os instrumentos de planejamento do Município, tais como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estando direcionada ao atendimento das ações e metas voltadas à melhoria da gestão dos serviços de saúde e à ampliação da eficiência operacional da rede municipal.

Adicionalmente, a contratação está em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde para utilização do sistema e-SUS APS PEC, contribuindo para o adequado registro das informações assistenciais, o monitoramento de indicadores e o fortalecimento da tomada de decisão baseada em evidências.

Dessa forma, a contratação pretendida integra o conjunto de iniciativas estratégicas voltadas à melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde, à otimização dos recursos disponíveis e ao atendimento das necessidades institucionais da gestão municipal.

4. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na prestação de serviços continuados de natureza técnica, operacional e especializada, destinados à implantação, sustentação, suporte, capacitação e operação assistida do sistema e-SUS APS PEC, bem como de soluções a ele integradas, no âmbito da gestão municipal de saúde.

A solução contempla, de forma integrada, a disponibilização de infraestrutura tecnológica adequada ao funcionamento do sistema, incluindo ambiente em nuvem, recursos de armazenamento, processamento, segurança, backup e continuidade operacional, necessários à garantia da disponibilidade, integridade e confiabilidade das informações.

Inclui, ainda, a execução de serviços técnicos de parametrização, configuração, integração e adequação dos ambientes e cadastros, bem como a qualificação e manutenção da base de dados da Atenção Primária à Saúde, de modo a assegurar consistência, padronização e fidedignidade das informações utilizadas na gestão e na assistência.

Adicionalmente, a solução abrange a disponibilização de ferramentas complementares, tais como painel de chamadas para organização do fluxo de atendimento nas unidades de saúde e plataforma de Business Intelligence voltada ao monitoramento, análise e gestão de indicadores, com recursos de relatórios, painéis e acompanhamento de desempenho.

Também compreende a realização de ações continuadas de capacitação e educação permanente dos profissionais envolvidos, bem como a prestação de suporte técnico especializado e monitoramento contínuo do ambiente, assegurando o adequado funcionamento da solução, a resolução de incidentes e a evolução dos processos de trabalho.

Dessa forma, a solução visa garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de saúde, promovendo a modernização da gestão, a qualificação da informação e o fortalecimento da tomada de decisão no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora pretendidos são classificados, de acordo com o artigo 6.º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, de comuns, haja vista que suas características são amplamente conhecidas e praticadas no mercado.

Art. 6.º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

6. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS, DE ACORDO COM A SUA NATUREZA:

Lei n. 14.133/2021.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a. Requisitos Obrigacionais

Efetuar a execução do contrato em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Apresentar juntamente à fatura os documentos que comprovem a situação de habilitação.

8. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

O quantitativo estimado da contratação para atendimento das necessidades para o período de doze meses para locação do sistema.

a. Da metodologia aplicada às quantidades estimadas

A definição da estimativa da presente contratação foi realizada com base na natureza contínua dos serviços, considerando que a solução será disponibilizada sob a forma de locação de sistemas, com cobrança de valor mensal fixo.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A estimativa do valor da contratação aqui apresentada se deu através de pesquisa com fornecedores do ramo, que subsidiará valor estimado para futura contratação.

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	Unidade	Quant	Valor unit	Valor total
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLTADOS À IMPLANTAÇÃO, SUSTENTAÇÃO, SUPORTE, CAPACITAÇÃO E OPERAÇÃO DO E-SUS APS PEC E SOLUÇÕES CORRELATAS, EM APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE	Mês	12	R\$ 14.001,41	R\$ 168.016,92
VALOR TOTAL				R\$ 168.016,92	

a. **Valor estimado da contratação: R\$ 168.016,92 (cento e sessenta e oito mil dezesseis reais e noventa e dois centavos).**

b. Metodologia aplicada à pesquisa de preços

A pesquisa de preços para a presente contratação foi realizada com base em critérios técnicos e em conformidade com as boas práticas da Administração Pública, considerando a natureza do objeto, que consiste na locação de sistemas E SUS.

Os valores coletados foram analisados de forma crítica, com a exclusão de eventuais preços inexequíveis ou excessivamente elevados, adotando-se como referência o valor médio de mercado, de modo a assegurar a compatibilidade com os preços praticados e o atendimento ao princípio da economicidade.

A pesquisa de preços será realizada juntamente com o termo de referência.

10. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na estruturação de um conjunto integrado de serviços técnicos, operacionais e especializados voltados à implantação, sustentação, suporte, capacitação e operação assistida do sistema e-SUS APS PEC e de soluções correlatas, no âmbito da Atenção Primária à Saúde do Município.

A solução abrange a disponibilização de infraestrutura tecnológica compatível com as necessidades operacionais do sistema, incluindo recursos de processamento, armazenamento, segurança da informação, backup e continuidade operacional, de modo a assegurar a disponibilidade, a integridade e a confiabilidade das informações em saúde.

Compreende, ainda, a execução de serviços técnicos de configuração, parametrização, integração e adequação dos ambientes e cadastros, bem como ações contínuas de qualificação, saneamento e manutenção da base de dados, com vistas à padronização, consistência e fidedignidade das informações utilizadas nos processos assistenciais e gerenciais.

Inclui também a disponibilização de ferramentas de apoio à gestão, tais como soluções de organização do fluxo de atendimento nas unidades de saúde e plataformas de análise de dados e indicadores, permitindo o monitoramento sistemático das ações de saúde, o acompanhamento de desempenho e o fortalecimento da tomada de decisão baseada em evidências.

Adicionalmente, a solução contempla a realização de ações continuadas de capacitação e educação permanente dos profissionais envolvidos, bem como a oferta de suporte técnico especializado e monitoramento contínuo do ambiente, assegurando o adequado funcionamento dos sistemas, a mitigação de falhas e a evolução dos processos de trabalho.

A adoção dessa solução justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade operacional dos sistemas utilizados na Atenção Primária, melhorar a qualidade da informação em saúde, otimizar os processos de trabalho, ampliar a capacidade de gestão e assegurar maior eficiência, transparência e efetividade na prestação dos serviços públicos de saúde.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A solução foi concebida de forma integrada, contemplando um conjunto de serviços técnicos, operacionais e especializados que se inter-relacionam e dependem entre si para o adequado funcionamento do sistema e-SUS APS PEC e das ferramentas correlatas.

A eventual divisão do objeto em parcelas distintas poderia comprometer a eficiência da execução, tendo em vista a necessidade de compatibilidade técnica, padronização dos processos, integração entre os componentes da solução e responsabilidade unificada pela sustentação do ambiente tecnológico e informacional.

Além disso, o parcelamento poderia acarretar riscos à continuidade operacional, à segurança da informação, à qualidade dos dados e à efetividade do suporte técnico, uma vez que diferentes executores poderiam gerar fragmentação de responsabilidades, dificuldades de governança e aumento da complexidade na gestão contratual.

Dessa forma, a adoção da solução de forma global mostra-se mais adequada ao interesse público, por garantir maior eficiência, integração, padronização, controle e responsabilização na execução, além de contribuir para a obtenção de melhores resultados no âmbito da gestão da Atenção Primária à Saúde.

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado realizado para a presente contratação identificou a existência de diversas empresas especializadas na prestação de serviços técnicos, operacionais e especializados que se inter-relacionam e dependem entre si para o adequado funcionamento do sistema e-SUS APS PEC e das ferramentas correlatas.

Verificou-se que o mercado oferece soluções completas em ambiente web, com acesso remoto, atualização contínua e suporte técnico integrado, atendendo às exigências legais e operacionais da Administração Pública. Essas soluções, em sua maioria, já se encontram implantadas em diversos municípios brasileiros, demonstrando maturidade tecnológica, confiabilidade e aderência às necessidades da gestão de saúde do município.

Observou-se ainda que os fornecedores atuam, predominantemente, sob o modelo de licenciamento ou locação mensal, incluindo no valor contratado serviços como implantação, treinamento, manutenção, suporte técnico e atualizações periódicas, o que se mostra compatível com as necessidades do Município de Dom Basílio.

O levantamento também permitiu identificar que a contratação de solução integrada, fornecida por uma única empresa, é prática comum no setor público, em razão da necessidade de interoperabilidade entre os módulos, segurança das informações e centralização do suporte técnico.

Dessa forma, conclui-se que há ampla oferta de soluções no mercado, aptas a atender às necessidades da Administração, garantindo competitividade no certame e possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O objeto a ser licitado não demanda de contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, não se vislumbra relação de outros serviços com o objeto principal, que interliga com essa prestação do serviço, nem tampouco, precisam ser contratadas juntamente a essa, outros serviços para a completa execução deste.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

Não se amolda ao objeto a ser licitado produção de impactos ambientais.

15. RESULTADOS PRETENDIDOS

A solução visa assegurar a continuidade e o adequado funcionamento do sistema e-SUS APS PEC e das ferramentas correlatas, garantindo estabilidade, disponibilidade e suporte às atividades da Atenção Primária à Saúde.

Espera-se a melhoria da qualidade e confiabilidade das informações em saúde, por meio da qualificação e manutenção das bases de dados, com registros mais consistentes e padronizados. Busca-se o aprimoramento dos processos de trabalho nas unidades de saúde, com maior organização do fluxo assistencial, eficiência operacional e melhor uso dos recursos tecnológicos disponíveis.

Por fim, almeja-se reduzir falhas operacionais, aumentar a continuidade dos serviços e qualificar o suporte técnico e a capacitação dos usuários do sistema.

16. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na análise técnica realizada no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução proposta é viável sob os aspectos técnico, operacional e gerencial, atendendo às necessidades da Atenção Primária à Saúde do Município.

A estruturação de serviços integrados voltados à sustentação do sistema e-SUS APS PEC e suas soluções correlatas demonstra-se adequada para garantir a continuidade operacional, a confiabilidade das informações em saúde e o suporte às atividades assistenciais e de gestão.

Verifica-se, ainda, que a solução contribui para a melhoria dos processos de trabalho, a qualificação das bases de dados, o fortalecimento da tomada de decisão e a ampliação da eficiência na gestão dos serviços de saúde.

Dessa forma, considera-se que a solução é tecnicamente viável e adequada ao atendimento do interesse público, recomendando-se o prosseguimento das etapas subsequentes de planejamento da contratação.

ADILSON MOREIRA BONFIM
Diretor de Média e Alta Complexidade

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Estudo Técnico Preliminar da Análise de Riscos

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLTADOS À IMPLANTAÇÃO,
SUSTENTAÇÃO, SUPORTE, CAPACITAÇÃO E OPERAÇÃO DO E-
SUS APS PEC E SOLUÇÕES CORRELATAS, EM APOIO À GESTÃO
MUNICIPAL DE SAÚDE**

ANÁLISE DE RISCO DA CONTRATAÇÃO – ARC

1.1. Introdução

Trata-se da necessidade de prestação de serviços voltados à implantação, sustentação, suporte, capacitação e operação do e-sus aps pec e soluções correlatas, em apoio à gestão municipal de saúde.

1.2. Riscos do processo de contratação:

RISCO 01

Probabilidade (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: (x) Baixa () Média () Alta

Ação Preventiva

Responsável

- Verificar no mercado fornecedor com as propostas mais vantajosas que atendam aos requisitos para contratação.

Equipe de Planejamento da Contratação

- Especificações dos equipamentos exigidos de acordo com as práticas do mercado;

- Atentar para que os preços estimados estejam em conformidade com os praticados pelo mercado

RISCO 02

Probabilidade (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: (x) Baixa () Média () Alta

DANO

Descrição: Atraso no processo de seleção do fornecedor – Processo de seleção do fornecedor ultrapassa o prazo esperado e razoável para a contratação

Ação Preventiva

Responsável

Priorização do processo licitatório

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RISCO 03

Probabilidade (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: () Baixa (x) Média () Alta

DANO

Descrição: Impugnações, recursos e ações judiciais – Atraso no processo de contratação devido a impugnações, recurso ou ações judiciais.

Ação Preventiva

Responsável

- Especificações e exigências técnicas revisadas no intuito de possibilitar a participação do maior número de empresas com a qualidade mínima exigida para evitar frustração indevida da competição.

Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Licitações

- Analisar as recomendações dos recentes Acórdãos exarados pelo TCU de modo a prevenir possíveis falhos no processo licitatório.

- Atentar para as legislações aplicáveis ao caso concreto

Ação de Contingência

Responsável

- Alocação de servidores qualificados para responder eventuais questionamentos e promover alterações eventualmente necessárias.

Equipe de Licitação e Setor Jurídico

- Avaliar as recomendações do Parecer da Assessoria Jurídica Especializada.

RISCO 04

Probabilidade (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: (x) Baixa () Média () Alta

DANO

Descrição: Riscos de Contingenciamento de recursos orçamentários durante a execução do projeto

Ação Preventiva

Responsável

- Certificar-se da existência de recursos orçamentários e/ou do Ateste necessário.

- Elaborar um cronograma físico-financeiro adequado à situação do órgão

Equipe de Licitação e Equipe de Planejamento

Ação de Contingência

Responsável

- Readequação do quantitativo a ser contratado para que o orçamento seja suficiente para efetuar o pagamento dos serviços

Responsável pela Formalização da Demanda e Equipe de Planejamento

RISCO 05

Probabilidade (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: (x) Baixa () Média () Alta

DANO

Descrição: Risco de a contratada não estar com a saúde financeira em dia

Ação Preventiva	Responsável
- Exigir, na habilitação do licitante, qualificação econômico-financeira compatível com a envergadura do projeto.	Equipe de Licitação

Ação de Contingência	Responsável
No caso de rescisão contratual, formalizar novo procedimento licitatório para buscar a melhor proposta no mercado de acordo as especificações constantes do processo.	Responsáveis pela formalização da Demanda

1.2 Riscos da Gestão do Contrato:

RISCO 01			
Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(x) Média	() Alta
DANO			

Descrição: Descumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço - A contratada não entrega os produtos e os serviços nos prazos estabelecidos.

Ação Preventiva	Responsável
- Estabelecer Sanções e Glosas por descumprimento contratual.	Gestor e Fiscal do Contrato

Ação de Contingência	Responsável
No caso de rescisão contratual, formalizar novo procedimento licitatório para buscar a melhor proposta no mercado de acordo as especificações constantes do processo.	Responsáveis pela formalização da Demanda

RISCO 02			
Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	(x) Baixa	() Média	() Alta
DANO			

Descrição: Indisponibilidade na prestação do serviço durante o período de execução.

Ação Preventiva	Responsável
-----------------	-------------

- Estabelecer critérios adequados de qualidade de prestação de serviços quando da seleção do fornecedor.

- Inclusão de cláusula para encerramento contratual e impedimento de licitar e de contratar com a Administração.

- Manter o registro formal dos critérios de aceitação do serviço e acompanhar os indicadores.

Equipe de Planejamento e Gestor/Fiscal do Contrato

- Aplicar sanções administrativas com rigor já nas possíveis primeiras ocorrências.

- Estabelecer nível mínimo de prestação de serviços com prazos e datas pré agendados

Ação de Contingência	Responsável
----------------------	-------------

- Realizar planejamento de nova contratação mesmo durante a execução do contrato

Equipe de Planejamento e Gestor/Fiscal do Contrato

ADILSON MOREIRA BONFIM
Diretor de Média e Alta Complexidade

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE DOM BASÍLIO, POR
INTERMÉDIO DO (A) E
.....

O Município de Dom Basílio com sede no(a), na cidade de, /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

11. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 A Proposta do contratado;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
 - 1. moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 - 2. moratória de 1% um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 3. compensatória de 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 0304 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2514 – Custeio das Ações de Média e Alta Complexidade

Elemento: 3903900000 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 150010020000 – Recursos não vinculados de impostos – (saúde)

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LICITAÇÃO Nº:
MODO DE DISPUTA:
OBJETO:

A proponente, através de representante habilitado, vem apresentar ao Pregoeiro e Equipe de apoio sua proposta de preços, para prestação dos serviços acima discriminados, declarando expressamente:

- I. Que concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação, em especial o cronograma físico-financeiro (etapas e desembolso de pagamento) e as cláusulas estabelecidas na minuta-padrão de contrato;
- II. Que na execução dos serviços observaremos, rigorosamente as especificações das Normas Brasileiras e do Caderno de Encargos, bem assim as recomendações e instruções da Fiscalização do Município de Dom Basílio, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos de conformidade com as especificações e os padrões dessa empresa.
- III. **Que se propõe a efetuar o desconto de acordo a Planilha e Quantitativos:**

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	Unidade	Quant	DESCONTO	Valor total
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLTADOS À IMPLANTAÇÃO, SUSTENTAÇÃO, SUPORTE, CAPACITAÇÃO E OPERAÇÃO DO E-SUS APS PEC E SOLUÇÕES CORRELATAS, EM APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE	Mês	12		
VALOR TOTAL					

- IV. Que nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do objeto contratual, todos os custos relativos a mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, as contribuições fiscais, transporte e seguro, bem como os custos e as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias a total execução dos serviços, incluídos todos os impostos e taxas incidentes sobre os insumos e serviços utilizados para a prestação dos serviços, as despesas com "knowhow", "royalties", ensaios, divulgação e quaisquer outros encargos que incidam sobre os serviços, de modo que os mesmos se constituem na única remuneração pelos serviços contratados.
- V. Que para efeito de medições e pagamentos, serão considerados apenas os serviços efetivamente executados, e não aqueles constantes do Quadro de Quantitativos fornecido, o qual é utilizado apenas para fins de julgamento da proposta de preço;
- VI. Que se submete a todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sujeitando-se totalmente às disposições neles contidas.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da Licitação.

Declaramos ainda que:

- I. Conhecemos plenamente as condições de execução dos trabalhos, assumindo total responsabilidade tanto pela execução dos serviços conforme especificações técnicas determinadas, quanto pelo perfeito cumprimento do contrato que integram o objeto desta Licitação.
- II. A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e que o conteúdo desta proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- III. A intenção de apresentar esta proposta não foi informada ou discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- IV. Não tentamos, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, quanto a participar ou não da referida licitação;

- V. O conteúdo desta proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- VI. O conteúdo desta proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Dom Basílio antes da abertura oficial das propostas.

Na oportunidade, aproveitamos para informar nossos dados bancários e informações pertinentes à contratação:

Representante da empresa que irá assinar o contrato: _____

CPF nº: _____

RG nº: _____

Endereço Postal: _____

Endereço Eletrônico (e-mail): _____

CNPJ da empresa: _____

BANCO:	Nº:
CONTA CORRENTE:	AGÊNCIA/DÍGITO:

Dom Basílio, de de

Assinatura do Licitante

Nome:

Função: